



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO**

JOSÉ CASSIMIRO DIAS NETO

**TUTOR PEDAGÓGICO: DE ENCARREGADO DO GOVERNO A PROFISSIONAL
DE RESPEITO**

GOIÂNIA
2022

JOSÉ CASSIMIRO DIAS NETO

**TUTOR PEDAGÓGICO: DE ENCARREGADO DO GOVERNO A PROFISSIONAL
DE RESPEITO**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação, na área de Concentração Educação e Sociedade, do Programa de Mestrado em Educação e Linha de Pesquisa, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás Estado, Políticas e Instituições Educacionais – PUC Goiás.

Orientadora: Profa. Dra. Lucia Helena Rincon Afonso

GOIÂNIA
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
SIBI PUC GOIÁS

Catalogação na Fonte - Sistema de Bibliotecas da PUC Goiás
Márcia Rita Freire - Bibliotecária - CRB1/1551

D541t Dias Neto, José Cassimiro
Tutor pedagógico : de encarregado do governo a profissional
de respeito / José Cassimiro Dias Neto. -- 2022.
128 f. : il.

Texto em português, com resumo em inglês.
Dissertação (mestrado) -- Pontifícia Universidade
Católica de Goiás, Escola de Formação de Professores
e Humanidades, Goiânia, 2022.
Inclui referências: f. 121-126.

1. Educação e Estado - Goiás (Estado). 2. Educadores.
3. Orientadores educacionais. I. Rincón Afonso, Lúcia
Helena. II. Pontifícia Universidade Católica de Goiás
- Programa de Pós-Graduação em Educação - 15/09/2022.
III. Título.

CDU: Ed. 2007 -- 37.014(043)

FOLHA DE APROVAÇÃO



Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa – PROPE
Coordenação de Pós-Graduação Stricto Sensu – CPGSS
Escola de Formação de Professores e Humanidades - EFPH

TUTOR PEDAGÓGICO: DE ENCARREGADO DO GOVERNO A PROFISSIONAL DE RESPEITO
Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, aprovada em 15 de setembro de 2022.

JOSÉ CASSIMIRO DIAS NETO

BANCA EXAMINADORA

Lucia Rincón

Profa. Dra. Lúcia Helena Rincón Afonso / PUC Goiás (Presidente)

Maria Cristina das Graças Dutra Mesquita

Profa. Dra. Maria Cristina das Graças Dutra Mesquita / PUC Goiás

Orley Olavo Filemon

Prof. Dr. Pedro Fernando Sahium/UEG

Maria Esperança F. Carneiro

Profa. Dra. Maria Esperança F. Carneiro / PUC Goiás (Suplente)

Profa. Dra. Ruth Aparecida Viana Silva/ IF-Trindade(suplente)

DEDICATÓRIA

Dedico esta Dissertação aos sinceros e valiosos professores e à orientadora Lúcia Helena Rincon Afonso, seres humanos incomparáveis.

À minha querida esposa Cristiana e mãe Rita, admiradoras e verdadeira amigas.

Aos estimados irmãos e filho, José Felipe, que acompanharam meus passos nesta jornada.

Aos professores, Tutores e Gestores da rede estadual em Anápolis, que gentilmente colaboraram e participaram nessa pesquisa.

Aos amigos que verdadeiramente contribuíram para a minha formação e acreditaram no meu potencial, em especial, ao Grupo de servidores do Colégio Estadual Professor Salvador Santos e aos Professores e Mestres Hamilton Machado, Edergênio Severino Vieira e Rosangela Maria Santana (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer, em primeiro lugar, a Deus, pela força e coragem durante a realização dessa pesquisa. À minha Esposa Cristiana e ao meu filho José Filipe, que, indiretamente, participaram das aulas no momento de pandemia que nosso mundo estava vivendo no período de 2020 a 2021, pois como as aulas eram remotas, sempre me apoiavam no silêncio e, às vezes, assistiam as aulas; além da minha eterna amiga Rita, uma mãe que não mediu esforços para me educar e incentivar nos estudos.

A conclusão de um curso de mestrado implica, ao seu final, o dever de agradecer.

Agradecer sim, pois às vezes esquecemos de retribuir, mesmo que com simples palavras, a todos aqueles que, direta ou indiretamente, ajudaram na concretização deste objetivo. Tive a sorte de ter ao meu lado as melhores pessoas, que me ajudaram, incentivaram, corrigiram e, quando necessário, dividiram comigo esta conquista tão sonhada.

Aos Gestores, Tutores Educacionais Pedagógicos e aos antigos Tutores da Regional de Anápolis-GO, que tiveram a serenidade em doar um pouco do seu tempo para responder aos questionários, além de expor um pouco das suas dificuldades e os prazeres nesta função que é ser Professor e disseminador de um ensino em que, a cada mudança de Governo ou política, conseguem manter o equilíbrio mais ético possível no ensino e aprendizagem para as nossas crianças, adolescentes e jovens. E, em especial, ao meu chefe e Coordenador da CRE, Professor e Mestre Luciano Almeida Pereira e ao Técnico Pedagógico da CRE de Anápolis, João Magela Pessoa, em que todos os momentos da minha pesquisa sempre souberam me dizer sim e não, reconhecendo a importância de se fazer uma pesquisa no nosso país.

À minha querida orientadora, Prof^ª. Dra. Lucia Helena Rincon Afonso: nunca observei tanta coincidência boa, nasceu no mesmo dia e mês do meu filho, casou-se no mesmo dia e mês que nasci; uma amizade para a vida toda, e não é devido a essas semelhanças boas, mas sim pela paciência, doçura e pelos ensinamentos que levarei para sempre.

À Professora e Tutora Fabiana Andrade Chagas, que se tornou um símbolo desta dissertação, pois quando estava ainda com dúvidas sobre qual objeto de pesquisa eu iria fazer, ela foi primordial para a minha escolha. Sentada na sala do Gabinete da SEDUC-GO, vestida de cores que lembravam a pele de uma onça, quase que dizendo, quero demonstrar a importância desta função e desse programa do Tutor Educacional Pedagógico. Naquele momento não tive dúvidas sobre o meu objeto de pesquisa. Obrigado Fabi.

À coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de estudos nesses anos de curso do Mestrado em Educação. Posso garantir que todo o investimento pela qual vocês fizeram e fazem darão frutos.

A todos meus amigos e colegas que fiz durante esse período de mestrado, nas atividades e em seus Processos Pedagógicos da PUC Goiás, por serem meus parceiros nessa caminhada. Em especial, aos amigos Aleandro e Marcelo, que sempre se prontificaram em ser meus parceiros nas apresentações e atividades acadêmicas, na paciência e palavras de apoio. Serei eternamente grato.

Tenho um amigo tão chegado quanto um irmão ou melhor um pai, pois na ausência dele, meu pai, consegui substituí-lo à altura, e mesmo me pedindo para não ser citado nem na dedicatória ou agradecimentos, seria uma traição a mim mesmo. Então Professor e Mestre Hamilton Machado, a realização dessa dissertação além dos artigos, sem a sua interferência nas correções ortográficas e nas várias sugestões, mas, principalmente em começar e fazer o curso na PUC Goiás, com certeza eu teria muito mais dificuldades.

Sou grato por ter vocês em minha vida, apesar de a pesquisa e a escrita serem um processo solitário, sei que vocês sempre estiveram comigo. Palavras são pouco para agradecer.

LISTA DE FIGURAS, TABELAS E QUADROS

Imagem 1 – Da “Dupla Pedagógica” ao “Tutor Educacional”.....	33
Imagem 2 – O Tutor Educacional Pedagógico: contextualização histórica	33
Imagem 3 – O Profissional “Tutor Educacional Pedagógico” na Lei nº 20.115/2018.....	44
Imagem 4 – Estratégias da Tutoria Educacional Pedagógica.....	107
Tabela 1 – Taxas de Rendimento (2018).....	59
Tabela 2 – Taxas de Rendimento (2019).....	60
Tabela 3 – Quadro Funcional dos Tutores Educacionais da SEDUC	66

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Idade/Sexo	67
Gráfico 2 – Área de Formação.....	68
Quadro 2 – Sujeitos da Pesquisa e quantitativo de entrevistados	71
Quadro 3 – Total de Instituições de Ensino Estaduais na Regional de Anápolis-GO	71
Gráfico 3 – Raça/Etnia - Para você, qual é a sua raça/cor?	73
Gráfico 4 – Idade	74
Gráfico 5 – Nível de escolaridade	75
Gráfico 6 – Tutores Educacionais Pedagógicos	75
Gráfico 7 – Tutores Educacionais Pedagógicos – Licenciatura ou Bacharelado?.....	76
Gráfico 8 – Gestores Educacionais da Regional de Anápolis-GO – Licenciatura ou Bacharelado?	76
Gráfico 9 – Ex-Tutores Educacionais Pedagógicos – curso superior de formação	77
Gráfico 10 – Tutores Educacionais Pedagógicos	78
Gráfico 11 – Gestores	78
Gráfico 12 – Ex-Tutores Educacionais Pedagógicos.....	78
Gráfico 13 – Atuação na Educação Básica – Tutores Educacionais Pedagógicos	79
Gráfico 14 – Atuação na Educação Básica – Gestores	80
Gráfico 15 – Atuação na Educação Básica – Ex-Tutores Educacionais Pedagógicos	80
Gráfico 16 – Local de Atuação	81
Gráfico 17 – Tempo que exerceu cargo de liderança escolar	82
Gráfico 18 – Tempo que está na função de Tutor Educacional Pedagógico	83
Gráfico 19 – Tempo que atuou na função de Tutor Educacional Pedagógico	84
Gráfico 20 – Tempo que está na função de Gestão	85
Gráfico 21 – Unidades educacionais onde exerce a função de Tutor Educacional Pedagógico	85
Gráfico 22 – Conhecimento sobre determinações e competências da Tutoria Educacional Pedagógica.....	86
Gráfico 23 – Conhecimento sobre as Diretrizes Operacionais da Educação em Goiás (2020-2022).....	87
Gráfico 24 – Função: Supervisionar o trabalho de Gestores e professores	88
Gráfico 25 – Função: Supervisionar o cumprimento das Diretrizes e das Normas Oficiais	89
Gráfico 26 – Função: Contribuir na formação pedagógica do pessoal da Escola	90

Gráfico 27 – Função: Contribuir com os Gestores para alcançar as metas das avaliações externas e de frequência dos alunos.....	90
Gráfico 28 – Conhecimento das normativas sobre a função do Tutor Educacional Pedagógico	91
Gráfico 29 – Quantitativo de escolas sob a responsabilidade do Tutor Educacional Pedagógico	93
Gráfico 30 – Percepção quanto ao atendimento nas unidades escolares	93
Gráfico 31 – Percepção do Gestor quanto à presença do Tutor na unidade escolar	93
Gráfico 32 – Percepção quanto ao atendimento nas unidades escolares	94
Gráfico 33 – Tipo de Discriminação – Raça	94
Gráfico 34 – Tipo de Discriminação – Gênero.....	95
Gráfico 35 – Tipo de Discriminação – quanto à função que exerce.....	95
Gráfico 36 – Se tomou providências por algum tipo de discriminação sofrida.....	96
Gráfico 37 – Conhecimento sobre afastamento de Tutor	97
Gráfico 38 – Importância da Função do Tutor Educacional Pedagógico	98
Gráfico 39 – Importância da Regulamentação da Função do Tutor Educacional Pedagógico	99
Gráfico 40 – Caso deixe a função do Tutor Educacional Pedagógico, voltaria para qual função?	99
Gráfico 41 – Caso deixe a função de Gestor aceitaria a função de Tutor Educacional Pedagógico?.....	100
Gráfico 42 – Função assumida quando deixou de ser Tutor Educacional Pedagógico	102

LISTA DE SIGLAS

BIRD – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CF – Constituição Federal

CRE – Coordenação Regional de Educação

DEM – Democratas

DC-GO – Diretriz Curricular de Goiás

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica

SAEGO – Sistema de Avaliação do Estado de Goiás

SEDUC – Secretaria Estadual de Educação e Cultura

“[...] é sensacional sondar o desconhecido e lançar luz
Onde antes havia escuridão [...]” – Isaac Asimov

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo desenvolver um estudo sobre a implementação do Programa de Tutoria Educacional Pedagógica, atendendo às demandas do Estado avaliador, que tem como princípio buscar novas ferramentas e instrumentos diferenciados para a ampliação da rede estadual com vistas a ajustar o sistema educacional e as escolas ao mercado, sendo disponibilizado mais preparação aos alunos e mais capacitação a professores e Gestores. Apesar de representar um personagem recente na educação, a função do Tutor Educacional Pedagógico no seio do sistema educacional de Goiás guiava-se através do controle do rendimento escolar em diferentes instrumentos avaliativos dos resultados. O estudo introdutório propõe uma discussão sobre o seguinte questionamento: O programa da Tutoria Educacional Pedagógica da Secretaria Estadual de Educação representa um programa ou política de governo? A pesquisa evidencia que a Tutoria representa um programa, dado a sua natureza pedagógica/administrativa, pautada nos referenciais da concepção crítico-reflexiva, com o objetivo de se conhecer e identificar os principais aspectos sobre a formação continuada da equipe gestora e dos professores, tendo em vista as formas de mediação oportunizadas pelos Coordenadores Pedagógicos e as razões pelas quais o desenvolvimento docente é produzido e legitimado nos Colégios Estaduais de Ensino da Regional da CRE de Anápolis-GO¹. O estudo se desenvolve em três partes, sendo a primeira um levantamento histórico da criação da função do Tutor Educacional Pedagógico em consonância com os interesses do governo na época apontando as tensões e interesses; na segunda parte, faz-se um questionamento: Tutor Educacional Pedagógico – Coordenador ou Gestor? Uma vez que no início havia esse conflito entre as atribuições desses sujeitos no espaço escolar. Na terceira parte, através de um levantamento de dados, procurou-se identificar o perfil desse profissional, jornada de trabalho as questões de gênero e perspectiva de futuro diante do atual governo. E, ao final, as Considerações deste estudo, que reiteram o papel da Academia no incentivo a pesquisas que analisem o contexto histórico e econômico das políticas educacionais que atrelam a educação à proposta mercadológica neoliberal.

Palavras-Chave: Tutoria Educacional Pedagógica. Programa de Governo. Sistema educacional. Profissão docente e Equipe Gestora.

¹ A Secretaria de Educação do Estado de Goiás, possui divisões de cidades municipais que coordenam a implantação das políticas educacionais, possuindo um total de 40 Coordenações Regionais em todo o Estado. E em uma dessas Regionais tem como sede o município da cidade de Anápolis, que determina as deliberações administrativas e pedagógicas que são enviadas pela Secretaria Estadual de Educação. As cidades que estão na administração da Regional de Anápolis são: Abadiânia, Alexânia, Anápolis, Campo Limpo de Goiás, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Goianápolis, Nerópolis, Ouro Verde de Goiás, Petrolina de Goiás, Pirenópolis e Terezópolis de Goiás.

ABSTRACT

This research aims to develop a study on the implementation of the Pedagogical Educational Tutoring Program, meeting the demands of the evaluating State, whose principle is to seek new tools and differentiated instruments for the expansion of the state network in order to adjust the educational system and the schools to the market, providing more preparation for students and more training for teachers and managers. Despite representing a recent character in education, the role of the Pedagogical Educational Tutor within the educational system of Goiás was guided by the control of school performance in different instruments for evaluating the results. The introductory study proposes a discussion on the following question: Does the Pedagogical Educational Tutoring program of the State Department of Education represent a government program or policy? The research shows that the Tutoring represents a program, given its pedagogical/administrative nature, based on the references of the critical-reflexive conception, with the objective of knowing and identifying the main aspects about the continuous formation of the management team and teachers, having in view of the forms of mediation provided by the Pedagogical Coordinators and the reasons why teacher development is produced and legitimized in the State Colleges of Education of the Regional of CRE in Anápolis-GO². The study is developed in three parts, the first being a historical survey of the creation of the role of the Pedagogical Educational Tutor in line with the interests of the government at the time, pointing out the tensions and interests; in the second part, a question is asked: Pedagogical Educational Tutor – Coordinator or Manager? Since in the beginning there was this conflict between the attributions of these subjects in the school space. In the third part, through a data collection, we tried to identify the profile of this professional, working hours, gender issues and future perspective in the face of the current government. And, at the end, the Considerations of this study, which reiterate the role of the Academy in encouraging research that analyzes the historical and economic context of educational policies that link education to the neoliberal market proposal.

Keywords: Pedagogical Educational Tutoring. Government Program. Educational System. Teaching Profession and Management Team.

² The Department of Education of the State of Goiás, has divisions of municipal cities that coordinate the implementation of educational policies, having a total of 40 Regional Coordinations throughout the State. And in one of these Regionals, the city of Anápolis is headquartered, which determines the administrative and pedagogical deliberations that are sent by the State Department of Education. The cities that are in the administration of the Regional of Anápolis are: Abadiânia, Alexânia, Anápolis, Campo Limpo de Goiás, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Goianápolis, Nerópolis, Ouro Verde de Goiás, Petrolina de Goiás, Pirenópolis and Terezópolis de Goiás.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO I - DA TUTORIA PEDAGÓGICA DO ESTADO DE GOIÁS: TENSÕES E INTERESSES.....	25
1.1 Da Dupla Pedagógica para a Tutoria Pedagógica: a construção histórica do cargo	25
1.2 Suas obrigações frente às políticas de governo: mudar para transformar ou adequar-se ao mercado	28
1.3 Diretrizes Legais do Tutor Educacional Pedagógicos: perfil e função dentro e fora da escola	36
1.4 A comunicação do Tutor Pedagógico “Secretaria Educacional do Estado” e a escola	45
CAPÍTULO II – O TUTOR, SUA PROFISSÃO E AS EXIGÊNCIAS POSTAS PELO ESTADO	49
2.1 Discussão sobre a Categoria e as Demandas Da Educação sob a Influência Neoliberal	49
2.2 Políticas Públicas como exigências da sociedade e o papel do Tutor Educacional Pedagógico nesse contexto.....	55
2.3 A receptividade do Tutor Educacional Pedagógico no Sistema de Ensino da Regional de Anápolis-GO.....	62
2.4 Resultados e discussão da pesquisa com os Tutores Educacionais Pedagógicos	65
2.4.1 Análise dos dados obtidos na pesquisa com os Tutores Educacionais Pedagógicos de Anápolis-GO.....	70
2.4.2 Conhecendo os Tutores Educacionais Pedagógicos de Anápolis-GO.....	71
2.4.3 A trajetória profissional dos Tutores Educacionais Pedagógicos de Anápolis-GO.....	79
2.4.4 Tutor Educacional Pedagógico: conhecimento das competências de sua função	86
CAPÍTULO III – O TUTOR PEDAGÓGICO NA REGIONAL DE ANÁPOLIS-GO	104
3.1 A visão sobre estes profissionais no ambiente escolar	105
3.2 Tutoras e mulheres: jornadas e condições de vida no trabalho da docente	108
3.3 Perspectiva de Futuro deste Profissional frente à política atual de Governo.....	113
REFERÊNCIAS	121

INTRODUÇÃO

Este estudo apresenta uma análise crítica do Programa de Tutoria Educacional Pedagógica³ da Secretaria de Educação de Goiás direcionada à Educação Básica Educação Básica.

A escolha de um tema para realizar um trabalho de pesquisa, ou uma comprovação de uma descoberta que venha a ser de interesse público, ou simplesmente para uma monografia, dissertação ou tese de conclusão de estudos sempre vem com um entusiasmo para quem se dedica a ser um pesquisador. Para um iniciante, a tensão aumenta quando aquele objeto já foi analisado e pesquisado por diversas áreas e explorado por diversos pesquisadores e estudantes acadêmicos, às vezes, até parecendo que não existem lacunas para serem exploradas, mas sempre pode aparecer algo novo, ou que se renova, como descreve Gamboa (2007, p. 125):

Em cada enfoque epistemológico se tem uma maneira especial de conceber os processos lógicos necessários para construir o objeto do conhecimento. Entretanto, em cada enfoque se definem formas de delimitar os campos de observação, de tratar informações, de elaborar sequências lógicas e de construir uma interpretação sobre a realidade observada. Isto nos leva a descobrir diferentes maneiras de relacionar o sujeito com o objeto.

Alguns estudos e literaturas, a respeito do conhecimento sobre qualquer objeto analisado, exigem dedicação, esforço e, acima de tudo, tempo para realizar uma boa pesquisa. Começando pela escolha do tema, que deve ser tratado segundo suas variabilidades e estar à frente das possibilidades de escolha pela pessoa que for desenvolver seu trabalho ou pesquisa, seja demonstrativa – através de estudos por mapeamento – ou de avaliação e síntese, para que se tenha uma visão naquilo que realmente venha a ser de interesse para a academia e para a sociedade (VOSGERAU, 2014).

No delimitar do tema sobre Tutor Pedagógico: de encarregado do Governo a profissional de respeito, poderão surgir reflexões e críticas sobre esse tema, ainda pouco conhecido no meio acadêmico das unidades estaduais de ensino da cidade de Anápolis-GO, mas com forte presença dentro do ambiente escolar. Nesse sentido, deve ser analisado

³ O Tutor Educacional Pedagógico do Estado de Goiás se diferencia do Tutor em Educação a Distância (EaD) em praticamente grande parte na sua metodologia. O primeiro se caracteriza pela presença em acompanhar e assessorar a coordenação pedagógica e a gestão escolar, sendo um orientador que complementa e dá suporte ao trabalho da coordenação e tem a função de repassar ao professor as determinações sobre o ensino e aprendizagem para o discente, que são determinadas pelas políticas públicas da Educação além do acompanhamento do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da unidade escolar. Já o Tutor em EaD atua como um professor *online*, focalizando mais no discente, seja na tutoria presencial no Polo de atuação ou no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Nos cursos à distância, além do professor que ministra os conteúdos através das videoaulas, o estudante tem acesso a tutores qualificados na perspectiva em auxiliar o discente no seu processo de aprendizado, que recebem o nome de Tutor Presencial e Tutor EaD.

criticamente sobre qual é o principal objetivo e finalidade desta função na rede estadual de educação.

Verificar o grau de importância para o Ensino Público do município de Anápolis, tem como objetivo despertar a curiosidade no saber mais sobre essa categoria do Tutor Educacional Pedagógico, no intuito de explicar melhor a sua finalidade na política educacional em Goiás. Essa curiosidade possibilitou a identificação com o tema e o desejo de melhor conhecer o objeto a ser analisado.

Diante disso, o tema escolhido fez-nos empenhar e dedicar-nos no sentido de explorar o assunto da melhor forma possível. Consoante Barros e Lehfeld (2014), o mais apropriado para se iniciar uma boa pesquisa é a escolha bibliográfica, que é essencial para referenciar qualquer tema de pesquisa

Não existe uma regra ou uma receita pronta para se definir um tema para ser trabalhado, pois toda pesquisa exige trabalho, um exercício mental contínuo e reflexivo. Isso é comum a todas as atividades que demandam tempo, além de muita leitura e, às vezes, pesquisa de campo. Com a construção de uma base de conhecimento fortificada, o pesquisador poderá encontrar temas com possibilidades sob ângulos diversificados. Nesse contexto, vale lembrar Teixeira (2010), ao ressaltar que o conhecimento é fator primordial para o alcance de uma educação de qualidade.

Como explicitado anteriormente, a familiaridade com o tema do objeto a ser estudado – principalmente em ter acesso à sua literatura e se necessário a uma análise de campo do objeto a ser pesquisado – poderá ser facilitado no processo de estruturação, de construção e no desenvolvimento do trabalho, já que o conhecimento se torna mais acessível e, provavelmente, trará mais tranquilidade no momento da pesquisa, como descrevem Vosgerau e Romanowski (2014, p. 167):

Essa contínua expansão da pesquisa que aponta expressivo crescimento quantitativo suscita a realização de estudos que permitam levantamentos, balanços, mapeamentos, análises críticas, buscando colocar em evidência os temas e assuntos focalizados, as abordagens metodológicas, procedimentos e análises, os aportes teórico-metodológicos, resultados que possam ser replicados ou evitados (THOMAS, 2007), bem como as lacunas que podem estimular a produção de novas pesquisas. Com efeito, esses estudos favorecem examinar as contribuições das pesquisas, na perspectiva da definição da área, do campo e das disciplinas que o constituem, avaliação do acumulado da área, apontando as necessidades de melhoria do estatuto teórico metodológico, e mesmo as tendências de investigação. Nessa perspectiva, os estudos que têm por finalidade a realização desta revisão permitem a compreensão do movimento da área, sua configuração, propensões teóricas metodológicas, análise crítica indicando tendências, recorrências e lacunas. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas.

Uma boa pesquisa aguça a curiosidade do público que a leia ou que pesquise

informações contidas no trabalho e que seja capaz de entender a importância do seu tema, por meio do conhecimento da linguística textual utilizada e de propósitos do objeto de estudo.

Escrever um texto que possa retratar criticamente⁴ sobre a Tutoria Educacional Pedagógica na regional de Anápolis-GO, não é uma tarefa fácil, já que, além de conhecimentos sobre os mecanismos linguísticos necessários para a construção do texto é preciso que o pesquisador interaja com atores que influenciam, trabalham e dialoguem com o Tutor. Neste caso, o Diretor, o Coordenador Pedagógico e o Professor. Assim, fazer uma crítica poderá envolver os que estão diretamente relacionados ao objeto de estudo, tendo que analisar as melhores maneiras para apresentar os resultados de maneira satisfatória, avaliando o que precisa ser modificado e enfatizando o que deve ser continuado.

É importante perceber a relevância do Tutor, um agente técnico-pedagógico para as pretensões do Estado, direcionando a busca de resultados quantitativos sobre a educação pública. Sua ação, no entendimento de Cavichioli (2010), desponta como ponte entre a escola e o comando regional, visando o controle dos resultados do ensino-aprendizagem e revela um caráter mercadológico neoliberal, com um diferencial e distanciamento da história. As dificuldades em estabelecer o porquê desse mercado liberal tão globalizado, que abrange uma série de fenômenos em nível mundial, exigem análises sobre as profundas alterações nas estruturas sociais, financeiras, jurídicas, políticas, educacionais e culturais no contexto histórico atual. Revela-se um processo ainda incompleto, constituindo tendências hegemônicas, mas que apresenta distinções e não é uniforme, pois não atinge igualmente a todos os países e nem a todos que vivem no mesmo país, conforme descreve Alain Touraine (1999):

Em face da escalada das ideologias que veem na flexibilidade do trabalho a condição primordial para o sucesso econômico, é preciso elaborar uma política do trabalho que seja compatível com as novas condições da vida econômica, com a rapidez das mudanças tecnológicas e a abertura das economias nacionais para um mundo onde se multiplicam os novos países industriais e onde, sobretudo, se desencadeia um capitalismo financeiro cada vez mais separado da vida econômica. Certamente não é fácil e aplicar tal política do emprego e do trabalho, mas já seria muito importante reconhecer que ela tem prioridade absoluta (TOURAINÉ, 1999, p. 130).

Com o passar do tempo, essa exclusão de mercado é refletida pelas muitas escolas brasileiras, que não estão preparadas para o enfrentamento cultural tecnológico e de trabalho, mesmo com as várias tentativas no sentido de diversificar o nível educacional na formulação

⁴ Paulo Freire diz que a criatividade é dependente da curiosidade. Pois sem a curiosidade, a criatividade não existiria. A curiosidade que nos faz desvendar, buscar, esclarecer “[...] que nos move e que nos põe pacientemente impacientes diante do mundo que não fizemos, acrescentando a ele algo que fazemos.”. Freire conclui que a curiosidade vem sendo construída e reconstruída, precisamente porque a passagem da ingenuidade para a criticidade não se dá de forma automática (FREIRE, 1996, p. 18).

de criações de normativas que direcionem a tão propalada qualidade na educação. Muitos formuladores de políticas educacionais observaram e observam que este problema ainda está na formação acadêmica dos nossos profissionais e que são repassados para os alunos por meio do ensino e aprendizagem que, muitas vezes, não são condizentes com a realidade social e econômica do aluno, de acordo com as avaliações externas realizadas pelo governo federal e estadual.

O papel da Tutoria Educacional Pedagógica do Estado de Goiás tem se mostrado diferenciado por ser presencial nos Colégios Estaduais de ensino, desde o seu formato original, que antes era dupla pedagógica (2004-2010)⁵, que se transformou por força Política do governo Marconi Perillo para Tutoria Educacional Pedagógica no ano de 2011, sendo a Fundação Itaú, parceira do Governo do Estado de Goiás, que investiu neste programa educacional. A descrição desta parceria entre o Governo e a referida instituição bancária encontra-se descrita em um curso de formação para os profissionais da educação que entraram nesse projeto:

O trabalho da Fundação Itaú Social em Tutoria começa em 2009, a partir de pesquisa de campo sobre a reforma do ensino na cidade de Nova York. Ao conhecer e disseminar as melhores práticas experimentadas que pudessem ser aproveitadas e aplicadas à realidade das escolas públicas brasileiras, a Fundação Itaú Social desenvolveu, em parceria com a Secretaria de Educação de São Paulo, um piloto em dez escolas na zona leste da capital. Nele, foi introduzida a Tutoria para professores de língua portuguesa e matemática, assim como para Gestores pedagógicos. A partir dessa experiência, iniciou-se a transferência da metodologia de Tutoria para equipes de diretorias regionais de ensino, responsáveis pela formação de Gestores. Em paralelo, outras redes públicas se interessaram em incorporar a Tutoria em suas estratégias de acompanhamento e formação em serviço. A rede estadual de Goiás a implementou para todas as suas escolas, formando trezentos Tutores em seus quarenta órgãos regionais. Em seguida, redes municipais no Estado, como Catalão, Goianésia e Trindade, criaram também a função de Tutor. A rede estadual do Ceará a introduziu para o repertório de seus professores de área, responsáveis pela formação de seus pares dentro da escola onde também lecionam. (Guia de Tutoria Pedagógica, Fundação Itaú Social, p. 4).

Na maioria dos sites de pesquisas, revistas, ou mesmo artigos relacionados na área da Educação, encontra-se muita dificuldade em localizar bibliografia quando relacionadas às palavras Tutoria ou Tutoria Educacional Pedagógica. Quando relacionamos as suas características semelhantes, possuindo funções de “Gestão, Coordenação, Professor e Inspeção”, ou seja, palavras-chaves, é o que mais podemos encontrar nas buscas para designar a sua essência ou característica da função desse Tutor, com objetivos de identificarmos o seu papel dentro do ambiente escolar, e de acordo com a diretriz proposta na Educação em Goiás:

⁵ A dupla pedagógica (2004-2010), Decreto Nº 5.974, de 06 de julho de 2004 que se transformou por força Política do governo Marconi Perillo para Tutoria Educacional Pedagógica, no ano de 2011, “Lei nº 17.367, de 11 de julho de 2011, art. 1º, VII, “b”, até a presente data desta dissertação de 2022.

A Tutoria ocupa-se de várias ações desenvolvidas tanto na CRE como na Unidade Escolar, onde sua atuação é mais assertiva. A análise dos dados mobiliza para a criação de instrumentos de acompanhamento pedagógico, com foco na sala de aula, mas que perpassa a função do Gestor Educacional, do Coordenador Pedagógico, especialmente do Professor, bem como o papel da família neste contexto. Ainda neste processo, o desafio maior é o de tornar as práticas educativas mais condizentes com a realidade, mais humanas e sustentadas em aportes teóricos capazes de abranger o indivíduo de forma holística, promovendo mudanças atitudinais no âmbito escolar e na sociedade (GOIÁS/SEDUC, 2020-2022, p. 181).

Portanto, a pesquisa sobre esse tema fica ainda muito presa a dados e temas semelhantes, ou somente em diretrizes. Pesquisando-se portarias e leis, ocorre uma verdadeira salada de frutas, sem uma definição objetiva desse profissional que já atua nos Colégios do Estado de Goiás e já possui certas responsabilidades quando estão sendo considerados como o maior representante dos anseios pedagógicos da SEDUC-GO, dentro do ambiente educacional. Ou seja, essa frustração por termos pouco material se deve também pelo país “Brasil” não possuir uma cultura ou uma tradição de publicações bibliográficas, como descreve Willian Eduardo Righini de Souza (2016, p. 214-218).

Ao contrário de países como França e Inglaterra, o Brasil não possui uma tradição de publicação de bibliografias comerciais correntes ou públicas nacionais que permitam averiguar a produção nacional de livros por longos períodos, ainda que o depósito legal seja uma realidade há mais de um século. [...]. As nossas principais bibliografias foram interrompidas ou perderam continuidade após alguns anos, dificultando a realização de pesquisas sobre determinados períodos históricos. Atualmente, o Brasil não dispõe de uma bibliografia nacional corrente e a Biblioteca Nacional enfrenta dificuldades para manter os seus registros eletrônicos atualizados. Desse modo, defende-se que os catálogos editoriais podem contribuir para pesquisas ao permitir a constituição de listas bibliográficas, embora, na maioria das vezes, não adotem um vocabulário controlado para facilitar a recuperação dos seus registros. Com o advento do digital, diversas editoras têm substituído a produção de catálogos impressos pela disponibilização de registros online. Assim sendo, aborda-se, a partir deste quadro, o catálogo editorial e a bibliografia com fontes de pesquisa assim como se discute os avanços e desafios para a produção desses instrumentos na contemporaneidade.

A produção de Temas, e principalmente o desenvolvimento para o que surge de ‘novo’, quando tentamos entender “que sujeito é esse que está participando da história cultural da escola? Ou quais as suas influências positivas e negativa para a pedagogia brasileira, em específico, a Anapolina? Qual a sua participação na quebra cultural e social para aquela comunidade?” Essas e outras questões necessitam ser levantadas para serem conhecidas não só no mundo acadêmico, mas no seio público que, de uma certa maneira, é influenciado pelo representante maior da SEDUC-GO.

Nesse sentido, a análise delimita-se à regional de Anápolis, composta por cerca de 83 escolas, mostrando-se campo fértil para a pesquisa. Para entendermos o objeto desta investigação, devemos entender a formação humana dos sujeitos no contexto da reestruturação

produtiva no Brasil e em Goiás nos últimos anos. Esse pressuposto situa-se no âmbito da estrutura de governo, que busca caminhos para superar o baixo rendimento escolar, uma vez que isso, historicamente, dificulta o ingresso de mão de obra no mercado globalizado.

Frigotto (1998) pontua que numa ação dialética o ser humano se contrapõe e afirma-se como sujeito, num movimento de ação teleológica sobre a realidade objetiva. Isso leva o sujeito histórico a reconstruir sua existência na interação social com outros sujeitos históricos no mesmo campo de ação. Nesse sentido é que se procura descortinar os aspectos da função e atuação do Tutor Educacional Pedagógico, buscando e apontando a real contribuição desse sujeito nas escolas. Trata-se também de discutir os motivos da criação do cargo de Dupla Pedagógica, transformando-o em Tutor Educacional Pedagógico, buscando levantar elementos que contribuam para uma compreensão mais aprofundada da ação desse profissional junto às Unidades Escolares e à Secretaria Estadual de Educação.

O Tutor Pedagógico tem uma função política/pedagógica no contexto educacional do Estado de Goiás, tendo em vista que sua atuação no setor pedagógico das Coordenações Regionais do Estado se concentra em elevar os índices de aprendizagem dos estudantes da Educação Básica. Responde a uma política de governo adotada na era Marconi Perillo, especialmente nos anos (2011-2014), quando Thiago Peixoto assume a secretaria de Educação do Estado, no intuito de reformar o ensino em Goiás. Vem com o lema fazer diferente, fundado na concepção economicista da educação. Isso fica claro quando se percebe nos núcleos políticos do governo do Estado a intenção de que o ensino nas escolas deveria seguir lado a lado com as necessidades do mercado.

Para entendermos o pensamento do governo da época, é necessário destacar o que disse Rocha e Carmo (2012), que o grande argumento dos vários setores que construíram a reforma educacional goiana é o de que o ensino deve servir para o aumento da competitividade da economia brasileira diante da concorrência que existe na economia globalizada. Nesse contexto, a função destinada aos Tutores educacionais pedagógicos assume lugar de destaque como fiscalizadores das políticas educacionais naquele momento. A tônica do chamado Pacto pela Educação torna necessárias pesquisas quantitativas que irão guiar a política educacional, conforme evidenciou Lopes (2017, p. 115), em cinco pontos: a) os índices como forma de nortear as políticas educacionais; b) a escola como espaço a ser gerido; c) a premiação estudantil como maneira de alavancar os índices; d) os professores entendidos como reprodutores do discurso de mercado; e) o tempo é o agora. Nesse sentido, o conhecimento assume um fim específico, de modo que a escola passa a ser instrumento de ajuda na recuperação do mercado. Portanto, nesse contexto, a visão da escola confunde-se com uma empresa.

Um programa de governo é um dispositivo que atua na organização de ações no segmento público. No Brasil, é um instrumento que se refere à gestão pública, organizando o desenvolvimento de normas, financiamentos, incentivos fiscais, atividades e projetos. Segundo Lima, Maciel e Pazolini (2019, p. 72), “o discurso neoliberal e gerencialista hegemônico tem valorizado determinadas ações em detrimento de outras”. Nesse sentido, são ações de gestão ou de execução estatal com efeito de longo prazo, de alcance universal, e podem subordinar-se politicamente às ações de gestão, com resultado de curto prazo.

De acordo com a Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, que remete ao artigo 165 da Constituição Federal de 1988, e, em seu art. 2º aborda sobre “[...] a atuação governamental em programas orientados para o alcance dos objetivos estratégicos [...]”, verifica-se que um programa de governo é definido como uma ferramenta utilizada para a organização das medidas a partir de um plano de ações com o objetivo de concretizar metas pré-estabelecidas.

É importante explicitar aqui a diferença entre política e programa. Tanto a política quanto o programa dizem respeito a uma forma epistemológica e uma forma substantiva, porém, as políticas são diretrizes do sistema de educação, saúde, seguridade social, enquanto os programas são modos de operacionalizar essas diretrizes.

As políticas de governo podem sofrer quebra de continuidade e estão articuladas em função de conjunturas. São pensadas a partir de um projeto específico de forças políticas que assumem o aparelho de Estado, dependem do arranjo de forças e das escolhas políticas, que determinam algumas ações e não possuem garantia legal de continuidade. Sua continuidade depende de sua força nas diferentes esferas sociais.

Nesse sentido, a discussão do problema em questão aponta para a análise de um programa de governo, uma vez que está imbricado nas avaliações externas propostas pelo governo do Estado Marconi Perillo. Assim, a Tutoria enquanto programa de governo atua na gestão de resultados, e quando eles não respondem favoravelmente aos objetivos da política, a Tutoria deve propor às escolas intervenções direcionadas à melhoria desses resultados. Isso em geral ocorre através dos chamados reforços de aprendizagem realizados nos contraturnos, de forma que não interrompa o calendário letivo.

Fazer política com intencionalidade para atingir um alvo e alcançar um objetivo. Este foi um dos motivos observados nessa pesquisa quando houve a criação da dupla pedagógica e, posteriormente, do Tutor Educacional Pedagógico, conforme aponta Necésio (2015), quando diz que toda política educacional é permeada por uma intencionalidade, a qual está intrinsecamente condicionada ao projeto social e à estrutura de poder que fundamenta cada sociedade. No contexto geral da reestruturação educacional implementada pelo governo, esta

nova função impõe determinadas competências antes desprezadas, a exemplo da facilidade de comunicação, de compreensão de textos e de raciocínio abstrato.

Para pensar um programa para o ensino público, no contexto de uma política de Estado, recorre-se a Bruno (1996) que diz que o Ensino Público resume as aptidões básicas em competências de educabilidade, isto é, capacidade de aprender; competências relacionais e competências técnicas básicas relacionadas a diversos campos do conhecimento.

Segundo Poulantzas (1980) e Hirsch (2010), o Estado tem o papel histórico de agente regulador do capital, atuando no seio das contradições sociais gestadas pelo próprio Capitalismo, assegurando direitos sociais ou reduzindo-os dentro do constante jogo de forças. Concordando com essa ideia, Gentili (1998), combinado às competências requeridas pela sociabilidade neoliberal, afirma que as políticas neoliberais produzem um processo que centra no sujeito a responsabilidade por sua ascensão social, negando a divisão da sociedade em classes sociais. Nesse caso, uma educação em que o educando deve ser conscientizado de sua responsabilidade pelo sucesso ou não na sociedade. Uma vez que trabalho e educação possuem relação histórico-ontológica e que o resultante dessa relação é o saber socialmente produzido.

No exercício da Tutoria Pedagógica em Goiás, a ênfase se deu em Língua Portuguesa e Matemática, como forma de preparar o estudante trabalhador para o mercado de trabalho. Desse modo, é preciso identificar as contradições sociais históricas que se colocam no plano desse estudo, com o propósito de desvelar a relação entre educação e trabalho, no contexto da necessidade de construção de saberes necessários ao trabalhador que acessa a escola pública. Afinal, argumenta Frigotto (1995, p. 31), “o trabalho [...] é, por excelência, a forma mediante a qual o homem produz suas condições de existência, a história, o mundo propriamente humanos, ou seja, o próprio ser humano”.

Quanto à metodologia, a pesquisa pode ser conceituada como qualitativa, pois busca compreender os fenômenos a partir de sua explicação e motivos, pois a interpretação e a análise dos dados atribuem significados aos fenômenos. Nesse sentido, a análise dos dados leva em consideração as subjetividades e os nuances que não são quantificáveis.

Quanto à abordagem metodológica, a pesquisa pode ser conceituada como qualitativa, pois busca compreender os fenômenos a partir de sua explicação e motivos. A interpretação e a análise dos dados atribuem significados aos fenômenos, além de considerar as subjetividades e as nuances que não são quantificáveis.

A pesquisa constitui-se em exploratória, uma vez que objetiva conquistar maior familiaridade na compreensão de um fenômeno pouco estudado e carece de dados e informações. Assim, os dados foram analisados a partir das Diretrizes Operacionais da rede

pública Estadual de Ensino de Goiás, 2009/2010, que trata do perfil das duplas pedagógicas, do Decreto de 2012, nº 7286, e Diretrizes Operacionais da rede pública Estadual de Educação de Goiás 2020-2022.

Trata-se de um estudo fundamentado em autores como Saviani em “Escola e Democracia” (2007), Libâneo em “As Teorias Pedagógicas Modernas Revistadas pelo debate contemporâneo na Educação” (2015), e, Moacir Gadotti em “Pedagogia da Práxis” (1998), entre outros. Principalmente quanto ao aspecto dos relatórios que venham a denunciar os problemas pedagógicos devido à falta de recursos financeiros. Nesse estudo busca-se compreender a atuação dos Tutores pedagógicos junto aos Gestores, coordenadores, professores e alunos na Educação Básica.

A pesquisa se desenvolve em três capítulos assim descritos: no primeiro, propõe-se uma análise histórica da concepção em Dupla Pedagógica em 2004, até a transformação em Tutoria Educacional Pedagógica em 2011. O estudo procura entender os objetivos do governo Marconi Perillo ao criar a Dupla Pedagógica, formalmente centrados no aumento da produtividade do trabalho escolar e a qualidade do ensino, indo ao encontro das políticas neoliberais que propõem um Estado eficiente, vinculado ao mercado. Diante disso, na análise, procura-se conhecer se o aporte dado ao trabalho do Tutor Educacional Pedagógico pelo Estado tem a finalidade de mudar para transformar ou adequar-se ao mercado. Ao tratar sobre as Diretrizes legais do Tutor Educacional Pedagógico, procura-se refletir sobre o perfil e a função dentro e fora da escola. Ao finalizar o capítulo, discute-se como é realizada a comunicação entre o Tutor Educacional Pedagógico e a Secretaria de Educação do Estado e as Unidades Escolares.

O segundo capítulo questiona a importância da função do Tutor Educacional Pedagógico, para a eficiência gerencial da Educação em Anápolis-GO. Procura-se discutir o papel do Tutor e sua relação com o Gestor e o coordenador nas escolas, bem como entender a influência do mercado neoliberal neste programa de governo. Busca-se explicitar como o Gestor escolar, entre eles o Tutor Educacional Pedagógico, ou o coordenador pedagógico assumem papel fundamental em orientar e acompanhar as ações desenvolvidas em sua escola. É ele que pode mobilizar professores e equipe para o acompanhamento do aprendizado de seus alunos, além de ser responsável por oferecer as melhores condições para que o aprendizado e a experiência escolar dos alunos sejam bons, conforme afirma a coordenadora de implementação do Itaú Social⁶ (DIAS, 2018).

⁶ Guia de Tutoria de Área – Programa Tutorial do instituto Itaú–Unibanco em parceria com a rede Estadual de Ensino do Estado de Goiás no ano de 2018 como uma guia de apoio prático e presencial aos profissionais que

A definição de gestão nos remete a um emaranhado de sensações, obrigações, tarefas e decisões. Se observarmos, de maneira sucinta, a gestão engloba particularidades, motivações, diagnósticos, orientações, acompanhamentos e análises centrais para uma melhoria no espaço comum. Além de conduzir estratégias, inspirar novas soluções, valorizar as habilidades dos indivíduos e trabalhar, em conjunto, com o Tutor Educacional Pedagógico e mesmo o coordenador pedagógico, em prol do mesmo objetivo. Assim, com as novas visões acerca da gestão escolar, Bacelar (2008, p. 35) afirma que “a gestão escolar, como a própria expressão sugere, situa-se no âmbito da escola e diz respeito a tarefas que estão sob sua esfera de abrangência”. Nesse sentido, pode-se dizer que a política educacional está para a gestão educacional, assim como a proposta pedagógica está para a gestão escolar.

No terceiro capítulo apresenta-se o perfil profissional do Tutor Educacional Pedagógico, coparticipante de uma gestão pressupostamente participativa, onde cada indivíduo deve ter responsabilidade e compromisso com o sucesso da escola; com a qualidade. A gestão democrática é a geração de um novo modo de administrar uma realidade e é, em si mesma, democrática, já que se traduz pela comunicação, pelo envolvimento coletivo e pelo diálogo. “[...] se esta noção já é rica de significados, ela se torna mais significativa quando ela traduz um movimento histórico em que as pessoas exigem este novo modo de ser nas relações [...]” (CURY, 2002, p. 165). Portanto, nesse capítulo, propõe-se uma discussão sobre a categoria Tutor Educacional Pedagógico e as demandas da educação sob a influência neoliberal ou como realizar um trabalho libertador diante das imposições do mercado capitalista.

Assim, no presente estudo o processo de criação do Tutor Educacional Pedagógico é delimitado a partir de um recorte no sistema educacional goiano: o programa da Tutoria Educacional Pedagógica da Secretaria Estadual de Educação está na tentativa em agregar forças na formação continuada de profissionais da educação, ou seja, uma área estratégica de trabalho de uma política pública que pretenda uma transformação significativa e sustentável na relação ensino-aprendizagem, por meio da experiência histórica da formação desse Tutor que um dia foi Gestor ou coordenador pedagógico⁷ (na sua grande maioria) e que poderá agregar, pela sua experiência, práticas acumulada durante o seu tempo liderança em determinadas escolas do Estado de Goiás.

atuam no dia a dia nas unidades escolares. Disponível em: https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2018/05/46-guia-tutoria-area-09082017_1510329060.pdf. Acesso em: 22 jul. 2021.

⁷ Portaria n.º 0004/2020 – GAB/SEDUC, que descreve sobre o perfil deste servidor: preferencialmente, ter exercido funções de liderança, tais como: Coordenador Pedagógico, Diretor Escolar.

CAPÍTULO I - DA TUTORIA PEDAGÓGICA DO ESTADO DE GOIÁS: TENSÕES E INTERESSES

A educação é um dos campos de tensões e interesses no campo político, uma vez que as disputas são inerentes a essa prática social. Nesse sentido, na história das políticas públicas sobre a educação, existem grandes disputas de diferentes grupos econômicos, sociais e nas arenas políticas com diferentes focos de interesses. Portanto, o que interessa é como esses interesses políticos, pela qualidade da educação alinhada ao mercado, podem se afirmar ou partir do trabalho do Tutor Educacional Pedagógico sem que haja tensões destes com as escolas.

São vários os fatores nas relações de trabalho que envolvem poder e, nesse sentido, o trabalho da Tutoria Educacional Pedagógica poderá representar interesses de políticas de governo em questões que envolvem também as relações pedagógica e administrativa no ambiente educacional. O reflexo dessas ações aparecerá no futuro dos alunos, dependendo da maneira e que tipo de conteúdo, questionamentos e formas de ensinar que os docentes transmitem aos educandos, e se as disciplinas estão coerentes ao nível de aprendizagem, conforme idade e nível de conhecimento. Esta realidade é um campo que é muito trabalhado com a coordenação pedagógica de cada escola, de acordo com o regimento escolar, mas, constantemente, tem que ser alinhada aos interesses das políticas de governo.

1.1 Da Dupla Pedagógica para a Tutoria Pedagógica: a construção histórica do cargo

Para entender historicamente o profissional Tutor Educacional Pedagógico, é necessário conhecer a sua gênese, a sua construção epistemológica, seus princípios e ideais pedagógicos e político ou a sua influência para educação nas escolas estaduais de Goiás. Nesse sentido, vamos ao contexto histórico que dá início ao que seria hoje a Tutoria pedagógica na rede estadual de educação de Goiás.

No ano de 2004, existia um programa de acompanhamento escolar que estava na responsabilidade da Superintendência de Inspeção, então denominada Dupla Educacional Pedagógica⁸, um programa do governo da rede estadual de ensino do então reeleito governador do Estado de Goiás, Marconi Ferreira Perillo Júnior. Nesse período, estiveram como Secretárias da Educação do Estado a Professora Eliana Maria França Ribeiro (2002-2005) e a Professora Dr^a. Milca Severino Pereira (2006-2010).

⁸ Informações obtidas com o responsável pedagógico da CRE de Anápolis em maio de 2021.

Uma das incumbências dessa Secretaria era aproximar-se das escolas da rede de ensino, ou seja, criar um programa que intermediasse os interesses políticos educacionais do governo com as escolas, no sentido de mostrar que a Secretaria de Educação não estava distante dessas instituições. O objetivo era ser uma ponte de ligação com as escolas e seu público.

A Secretaria Estadual deveria se fazer presente dentro do ambiente escolar, com os seus programas e projetos idealizados tanto no âmbito estadual quanto federal. Sua atuação teria um endereço claro, como pontua Ciavatta (1999, p. 102), “aumentar a produtividade do trabalho, a qualidade, do que seria oferecido pela escola”.

Nesse sentido, do ponto de vista do Estado, deve-se considerar seu papel regulador. Completando, Ciavatta aponta a correlação de forças políticas e os setores sociais hegemônicos, a diminuição do papel regulador do Estado, “conforme a orientação das políticas neoliberais no controle econômico do mercado mundializado” (1999, p. 103).

Isso parece evidenciar, nessa situação, o papel do Estado e dos trabalhadores no confronto com a exigência da qualificação ou da formação dos estudantes. Não que naquela época, antes de 2004, não existisse uma consonância entre a secretaria, suas regionais e aquilo que as escolas recebiam de deliberações. O que ocorria eram informações e comunicações desencontradas e não existia uma pessoa que coordenasse as pautas dos projetos e programas do governo Estadual que não eram executados em tempo hábil.

As instituições de ensino atendem as mais diversas diferenças da comunidade pública interna – professores, alunos e os servidores administrativos, secretaria, limpeza, vigias e merendeiras –, e o externo, como as demandas da Secretaria da Educação via Coordenação Regional de Educação. Portanto, sem comunicação não há organização de processos; não há diálogo entre os interesses de seus colaboradores. Neste caso, escola x Tutores x Coordenação Regional de Educação.

Em suma, o bom desempenho do processo educativo está associado à eficiência da sua comunicação interna e externa. Um exemplo é a regional de Anápolis que desde aquela época coordena mais de 80 escolas estaduais. Nessa regional, muitas informações eram desencontradas e os projetos ou programas não eram executados na sua plenitude.

Esses foram os pressupostos para que os profissionais intitulados Dupla Pedagógica fossem constituídos de Professores efetivos da rede de ensino do Estado de Goiás. Eram profissionais que trabalhavam em duplas, e tinham funções deliberativas sobre projetos e

programas da Secretaria Estadual da Educação do estado, com foco em funções pedagógicas e administrativas⁹ nas escolas onde atuavam.

Suas funções eram bastante diversificadas, além dos projetos ou programas pedagógicos daquele período, também intermediavam os interesses políticos do secretário e governo de plantão no palácio das Esmeraldas. Havia também funções específicas determinadas pela secretaria de ensino, como dar suporte e assistência para as escolas, principalmente para os profissionais que estavam iniciando na gestão escolar, secretaria, coordenação e até mesmo novos docentes.

Para fazer parte da dupla educacional pedagógica, o profissional era escolhido de acordo com o seu currículo educacional, ser efetivo na área da docência há mais de três anos, preferencialmente com experiências nos cargos de diretor ou coordenação pedagógica, conforme Diretriz de 2009, além de conhecimentos do arcabouço legal que regem a educação nacional e estadual como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB/1996) e as diretrizes curriculares, entre outros.

As duplas pedagógicas participavam de cursos de formação continuada voltados à formação pedagógica e à gestão de pessoas, uma vez que deveriam questionar e verificar se as unidades escolares estavam seguindo as normativas da Seduc, conforme descreve a diretriz daquele período¹⁰, ao Coordenador Pedagógico das Subsecretarias, compete a assessoria, monitoria e acompanhamento das referidas duplas, a saber:

[...] Coordenar suas equipes que atuarão em duplas, junto às unidades escolares; Organizar grupos de estudos com a equipe; Divulgar,[...] Realizar reuniões administrativas de caráter informativo e as destinadas à formação coletiva com técnicos das superintendências, quando se fizer necessário; Organizar reuniões com os coordenadores pedagógicos das unidades escolares, assessorado pelos subcoordenadores, duplas pedagógicas e equipe técnica, para estudo coletivo, troca de experiências e informações, devendo, nesses momentos, estimular o planejamento de ações comuns no Plano de Desenvolvimento Educacional (PDE) e o fortalecimento do trabalho de coordenação pedagógica, nas unidades escolares, além de acompanhar, pontualmente, as necessidades específicas e as orientações preventivas, para o bom funcionamento escolar [...]. (GOIÁS/SEDUC, 2009, p. 18-19).

⁹ A principal função Pedagógica segundo o próprio técnico era relacionada com acompanhamento dos planos de aulas e se estavam conciliados com a grade curricular da época e se os planos de aulas estavam em conformidade com a grade curricular da época e se o ensino e aprendizagem do professor estava inerente com as práticas pedagógicas, em uma ação coletiva, na qual cada profissional da escola tem participação, e sua implementação é um exercício constante. Já no que tange a parte administrativa concernia no auxílio a equipe Gestora com a busca de profissionais e se as verbas da educação estariam sendo executadas na sua conformidade.

¹⁰ Diretrizes Operacionais da Rede Pública Estadual de Ensino de Goiás 2009/2010. Secretaria da Educação do Estado de Goiás. Disponível em: <http://www.educacao.go.gov.br/documentos/Diretrizes2009.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2022.

Conforme o documento supracitado, a constituição da equipe de duplas pedagógicas implica em considerar “[...] a proporção de uma dupla pedagógica para cada grupo de dez escolas jurisdicionadas à subsecretaria” (GOIÁS/SEDUC, 2009, p. 18).

A criação da dupla pedagógica surge num momento em que se discutem as avaliações externas no Brasil. Naquele período, mais especificamente em 2005, foi criado o assessoramento pedagógico pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) com intuito de acompanhar a qualidade do aprendizado no ensino básico no Brasil. Esse assessoramento já vinha sendo realizado com os anos iniciais do Ensino Fundamental, anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, mas era um projeto embrionário para os profissionais educacionais naquele período.

O assessoramento pedagógico era voltado para pesquisa em estudo avaliativo da educação do Estado de Goiás por parte da superintendência de ensino tanto pedagógica quanto da inspeção. A justificativa para a criação era o limitado grau de conhecimento das unidades escolares em relação aos componentes curriculares do Estado de Goiás, uma vez que naquele período ainda não existia uma avaliação externa de grande proporcionalidade para definir o nível de conhecimento básico de cada escola, região ou município.

Portanto, era necessário, primeiramente, uma análise empírica de cada escola estadual para averiguar os pontos críticos na aprendizagem dos estudantes e da escola. Em seguida, definir ações pedagógicas a serem tomadas, bem como oferecer suportes aos educadores e Gestores na busca de uma evolução no aprendizado e o desenvolvimento do educando. Realizava-se, assim, um acompanhamento pedagógico necessário entre a Dupla Educacional Pedagógica e a Equipe Gestora da escola que estaria no foco de melhoria na aprendizagem.

Isso justificaria a composição das equipes de duplas pedagógicas em duas vertentes: as Duplas Pedagógicas da Gestão de Projetos e Programas e as Duplas Pedagógicas de Desenvolvimento Curricular, de acordo com o previsto nas Diretrizes Operacionais da Rede Pública Estadual de Ensino de Goiás de 2009-2010.

1.2 Suas obrigações frente às políticas de governo: mudar para transformar ou adequar-se ao mercado

Em 2011, quando se concretiza a ideia dos componentes curriculares para cada etapa de ensino básico, o discurso era no sentido de propor inovações que atendessem as exigências da sociedade neoliberal com algumas inovações “estruturais e pedagógicas” para a educação do Estado de Goiás.

Para conduzir as mudanças, foi chamado a assumir a pasta da Secretaria de Estado da Educação, o economista e Deputado Federal Thiago Mello Peixoto da Silveira, atento ao mercado e suas exigências. Naquele momento, o secretário percebeu que era necessário acompanhar de perto as demandas da Secretaria para a educação do Estado. Para acompanhar o que se passava nas escolas, remodelou a Dupla Educacional Pedagógica para Tutoria Educacional Pedagógica, passando o programa da superintendência de inspeção para a Superintendência Pedagógica naquele mesmo ano.

O objetivo era trazer uma visão focada nas demandas da sociedade tecnológica da atualidade, além do discurso da equidade nos seus componentes curriculares. Como proposta nas diretrizes curriculares nacionais, defende-se a articulação da educação escolar com o mundo do trabalho, bem como a democratização do acesso permanência e sucesso escolar com qualidade social científica e cultural.¹¹

Esse discurso pregava que se o aluno mudasse de unidade escolar de uma região da mesma cidade ou de uma cidade para outra no mesmo estado, ele (a) não seria prejudicado, uma vez que o componente curricular naquela região ou cidade pertencente ao Estado seria praticamente uniformizado e estariam em consonância com as exigências da sociedade pautada pela Constituição Federal (CF/1988).

A ideia inicial que fundamentou a visão de Educação do então secretário Thiago Peixoto, partiu da experiência do município de Baltimore, nos Estados Unidos, que após uma reforma educacional com um programa semelhante ao da dupla educacional pedagógica, o profissional “Tutor Educacional Pedagógico” estaria entre os eixos estruturantes, sendo possível reverter os indicadores de fracasso e violência escolar daquela cidade americana.

A apresentação deste programa foi do professor de educação da Faculdade de Educação de Harvard e ex-secretário de Educação de Baltimore, Andrés Alonso (informações no *site* do Itausocial, 2014), que apresentou tais moldes estruturais daquele período e que, posteriormente, foi estruturado para o modelo goiano. Essa estruturação conforme o Guia de Tutoria Pedagógica, Fundação Itaú Social (2014), tem como características, considerando o papel da instituição escolar com o trabalho desempenhado pela equipe Gestora das escolas e professores, garantam:

Presença constante no trabalho de tutoria, trata-se de uma conversa pautada pela observação e coleta de evidências observadas por tutor e/ou tutorado que vai subsidiar um processo de reflexão e encaminhamentos **para aprimoramento da prática**. Feedback é uma via de mão dupla. Na relação de tutoria, o tutor também precisa solicitar feedback, que o ajuda a perceber o que naquele momento está funcionando

¹¹Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192, p. 09. Acesso em: 10 jun. 2022.

ou não no trabalho com o tutorado (GUIA DE TUTORIA PEDAGÓGICA, 2014, p. 20. Grifo do autor).

O *feedback* é muito utilizado nas empresas com o objetivo de estimular o trabalho dos profissionais, constituindo-se em avaliação positiva e negativa, visando permitir a boa comunicação dentro do ambiente de trabalho. Essa ideia tem sido replicada na esfera pública das políticas com objetivo de melhorar a comunicação e a eficiência no contexto da Educação do Estado de Goiás.

É da natureza e cultura política, especialmente no Brasil, que quando se inicia um novo governo, sejam propostas e executadas ações que venham adequar, extinguir ou inovar todo um plano estrutural existente e confrontar planos de governos anteriores. É bom salientar que essas mudanças não são propostas no sentido de transformar a sociedade, mas fazer acomodações para atender a interesses de grupos de poder e passar a ideia para a população que estão ocorrendo mudanças que atenderão todos. Como exemplo funcional, o caso do programa da Tutoria Educacional Pedagógica da rede estadual de ensino do Estado de Goiás, que foi alardeado como um programa, trata-se de uma política de Governo naquele ano de 2011.

Esse novo personagem que, segundo a política do governo Marconi Perillo¹², buscava uma nova estrutura de apoio ao desenvolvimento da educação goiana, que influenciaria o desenvolvimento dos componentes curriculares do ensino e aprendizagem dentro do ambiente escolar. Esse modelo foi retratado na descrição do jornal “Portal jornalístico” do governo do Estado do Tocantins (2017):

Governador de Goiás, Marconi Perillo, frisou que a Tutoria Pedagógica foi implantada em Goiás a partir de 2011, e que o projeto auxiliou na melhoria dos resultados da aprendizagem dos alunos, que alinhado a outros projetos, desde então, o Estado tem conquistado as primeiras colocações no Ideb. O governador Marcelo Miranda destacou a importância de políticas públicas voltadas para a educação, que segundo ele é uma forma de mudar a realidade do País.¹³

Durante todo o período do governo Marconi Perillo, mantido pelo seu sucessor, o vice-governador José Eliton de Figuerêdo Júnior, que assumiu o último ano de governo, a política proposta para a educação era continuar focando nos profissionais do programa Tutoria

¹² Marconi Ferreira Perillo Júnior (Goiânia, 7 de março de 1963) é um político brasileiro, filiado PSDB. Ex-Governador do Estado de Goiás exerceu o cargo em quatro mandatos (1999 a 2002, 2003 a 2006, 2011 a 2014, e de 2015 até 2018). Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/73668/biografia>. Acesso em: 22 jul. 2021.

¹³ Site do Governo do Estado do Tocantins - <https://www.to.gov.br/noticias/educacao-apresenta-resultados-do-programa-tutoria-pedagogica-durante-forum-de-governadores-do-brasil-central/6yr8lqrbpg8d>, Acesso em: 12 maio 2021.

Educacional Pedagógica, uma vez que ele representava o elo entre o pensamento de governo e as escolas.

As normativas mostravam como deveria funcionar a educação para obter resultados com equidade. Portanto, o Tutor Educacional Pedagógico deveria acompanhar a aplicação das diretrizes normativas, recomendadas pela Secretaria Estadual de Ensino. Era necessário o contínuo acompanhamento da estrutura educacional daquela secretaria, voltada ao pedagógico com ênfase nas capacitações, formações continuadas de coordenadores, Gestores e professores, no sentido de atender o aluno uma vez que o Estado precisava aparecer bem no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).¹⁴

Concluída a era Marconi Perillo, é eleito governador o senador Ronaldo Ramos Caiado (2018-2022), do partido Democratas (DEM), que manteve o programa de Tutoria Pedagógica Educacional, uma vez que era necessário focar nos resultados das avaliações externas e internas – Ideb e SAEGO¹⁵.

Nesse sentido, era necessário prosseguir com os cursos de formação continuada para Tutores Educacionais Pedagógicos, alinhados ao pensamento político do atual governo para a educação. Percebe-se que a cada capacitação que ocorre, os Tutores alinham-se ao pensamento da Secretaria Estadual de Educação voltados a ações e posições pedagógicas em consonância com os programas políticos educacionais neoliberais, tanto do âmbito federal quanto estadual, com reflexos no espaço escolar.

No contexto deste governo, a atual Secretaria de Educação do Estado decidiu permanecer com o programa e com as suas normativas com pouquíssimas adequações, não mudando praticamente nada na sua nova diretriz (2020-2022)¹⁶, quando comparada com as diretrizes anteriores. Analisam-se também as possibilidades de atuação como educador e formador nas instituições escolares, ou seja, para aquele professor efetivo do estado que queira participar deste programa, suas funções terão que estar embasadas nos anseios políticos

¹⁴ O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado em 2007 e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. O **Ideb** é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb>. Acesso em: 10 jun. 2022.

¹⁵ O Sistema de Avaliação Educacional do Estado de Goiás (SAEGO) foi criado em 2011 com o objetivo de fomentar mudanças na educação oferecida pelo estado, vislumbrando a oferta de um ensino de qualidade. Disponível em: <https://saego.caedufjf.net/o-sistema/o-saego/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

¹⁶ Diretrizes Operacionais da Rede Pública Estadual de Educação de Goiás 2020-2022. Disponível em: https://site.educacao.go.gov.br/files/Diretrizes-Operacionais/Diretrizes_Operacionais_Nete_Publica_Estadual_de_Educacao_de_Goias_2020_2022.pdf. Acesso em: 22 jun. 2022.

relacionados à educação e visão do atual governo, deixando transparecer a ideia de busca da pedagogia da eficiência.

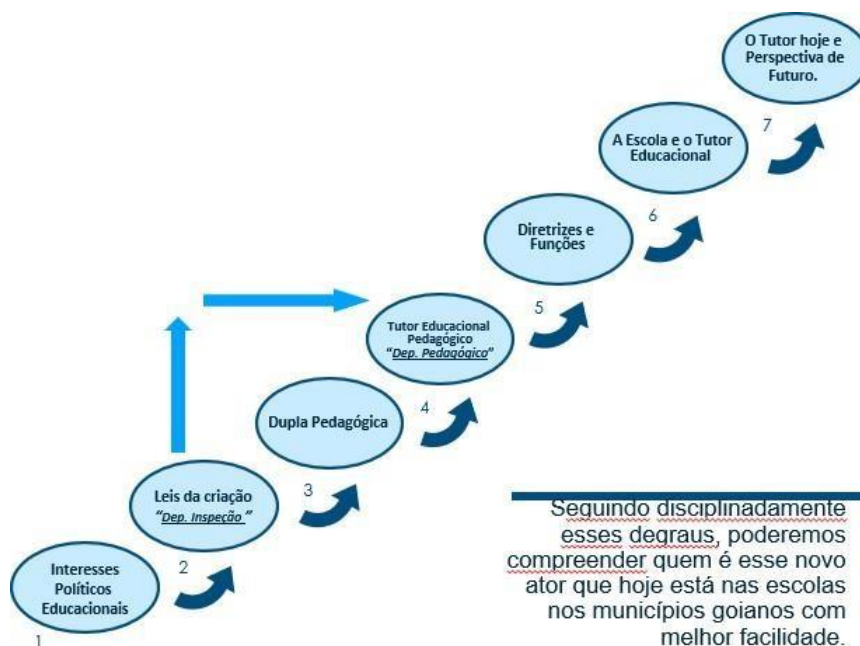
Saviani (2008) propõe uma explicação sobre as contradições inerentes à escola e a educação na sociedade capitalista a partir da fundamentação nas teorias críticas. O que ele defende é que a educação deve possibilitar a formação do homem livre, democrático, cidadão e autônomo. Em contraposição a essa escola com uma educação instrumental de alienação social. Assim, a escola assume o papel de reprodutora da cultura dominante, contribuindo para reproduzir as estruturas das relações de poder passando a ser reprodutora das desigualdades sociais.

Parece clara, aí, como afirmei em entrevista ao Caderno Mais da Folha de Saulo, de 29 de abril de 2007 (SAVIANI, 2007, p. 3), a lógica que embasa a proposta do “Compromisso Todos pela Educação”. Essa lógica poderia ser traduzida como uma espécie de “pedagogia de resultados”. Assim, o governo equipa-se com instrumentos de avaliação dos produtos, forçando, com isso, que o processo se ajuste às exigências postas pela demanda do mercado. É, pois, uma lógica de mercado que se guia, nas atuais circunstâncias, pelos mecanismos das chamadas “pedagogia das competências” e da “qualidade total”. Esta, assim como nas empresas, visa obter a satisfação total dos clientes e interpreta que, nas escolas, aqueles que ensinam são prestadores de serviço, os que aprendem são clientes e a educação é um produto que pode ser produzido com qualidade variável. No entanto, de fato, sob a égide da qualidade total, o verdadeiro cliente das escolas é a empresa ou a sociedade e os alunos são produtos que os estabelecimentos de ensino fornecem a seus clientes. Para que esse produto se revista de alta qualidade, lança-se mão do “método da qualidade total” que, tendo em vista a satisfação dos clientes, engaja na tarefa todos os participantes do processo conjugando suas ações, melhorando continuamente suas formas de organização, seus procedimentos e seus produtos (SAVIANI, 2008, p. 15-16).

Tendo como parâmetro as políticas de Governo¹⁷, é necessária uma investigação sobre o verdadeiro propósito da Tutoria Educacional Pedagógica, que foi renomeada e continuada pelos governos posteriores a Marconi Perillo, sendo que as funções deste programa continuam semelhantes às funções da Dupla Educacional Pedagógica, criada entre os anos 2004 e 2010.

¹⁷ Políticas de Governo são aquelas que o executivo decide em um processo bem mais elementar de formulação e implementação de determinadas medidas para responder as demandas influenciadas pela dinâmica econômica que são colocadas nas agendas políticas internas (OLIVEIRA, 2011, p. 329).

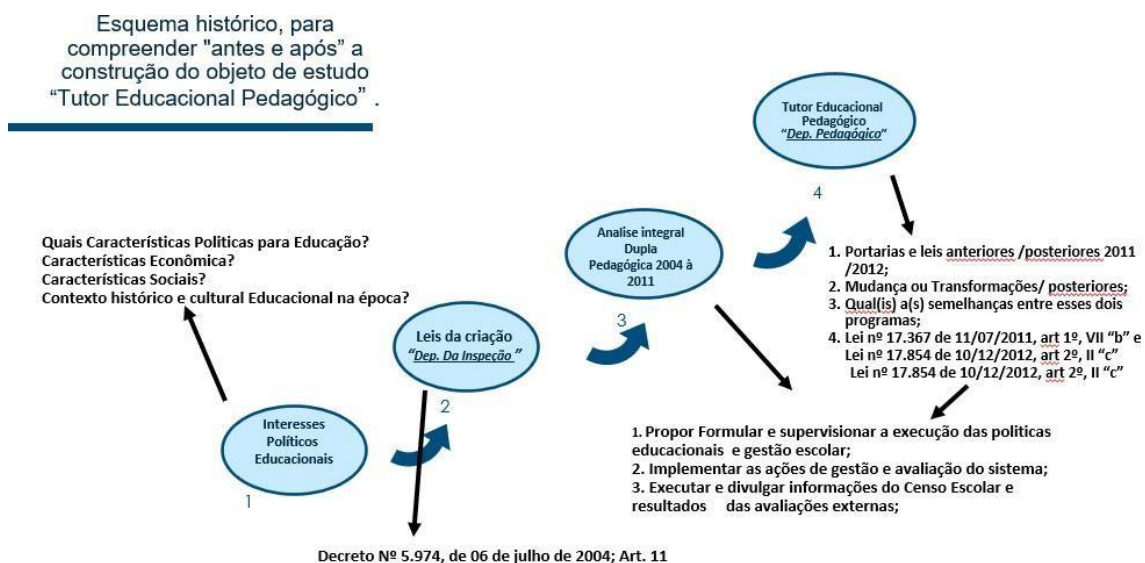
Imagem 1 – Da “Dupla Pedagógica” ao “Tutor Educacional”



Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2021).

Nas figuras 1 e 2, a síntese do caminho percorrido da criação da Dupla Pedagógica até se chegar ao Tutor Educacional Pedagógico. Quando da criação do referido programa, a Secretária da Educação Eliana Maria França Carneiro, vincula esse profissional ao Departamento da inspeção, sendo posteriormente modificado e transferido para o Departamento Pedagógico no ano de 2011, já com o nome de Tutoria Educacional Pedagógica.

Imagem 2 – O Tutor Educacional Pedagógico: contextualização histórica



Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2021).

E mesmo na tentativa de inovação regulamentação e mudança de nome, um fato interessante é que fazendo um paralelo com os dois programas “Dupla Educacional Pedagógica e Tutoria Educacional Pedagógica”, observa-se que a Lei nº 20.115, de 6 de junho de 2018, que “Dispõe sobre o processo de escolha democrática de diretor de unidade escolar da Rede Pública de Educação Básica e dá outras providências”, no artigo 39, inciso IV, apresenta que uma das competências do tutor educacional é “[...] assessorar, planejar e acompanhar ações pedagógicas nas unidades escolares atendidas, tendo em vista os programas e projetos pedagógicos desenvolvidos pelo órgão estadual de educação” (GOIÁS, 2018).

Essa determinação já era conhecida e exercida pelas Duplas Educacionais Pedagógicas nas unidades escolares, mesmo antes dessa lei, pois as Duplas, já exerciam essa diretriz desde 2009, de acordo com as Diretrizes Operacionais da Rede Pública Estadual de Ensino (GOIÁS/SEDUC, 2009, p. 18-19):

[...] Coordenar suas equipes que atuarão em duplas, junto às unidades escolares; Organizar grupos de estudos com a equipe; Divulgar, [...] Realizar reuniões administrativas de caráter informativo e as destinadas à formação coletiva com técnicos das superintendências, quando se fizer necessário; Organizar reuniões com os coordenadores pedagógicos das unidades escolares, assessorado pelos subcoordenadores, **duplas pedagógicas** e equipe técnica, para estudo coletivo, troca de experiências e informações, devendo, nesses momentos, estimular o planejamento de ações comuns no Plano de Desenvolvimento Educacional (PDE) e o fortalecimento do trabalho de coordenação pedagógica, nas unidades escolares, além de acompanhar, pontualmente, as necessidades específicas e as orientações preventivas, para o bom funcionamento escolar; Distribuir as escolas vinculadas à SRE entre **as duplas pedagógicas**, por especificidades locais (média de dez escolas para cada dupla, ficando a SRE com flexibilidade para distribuir mais ou menos escolas por duplas, levando em conta as distâncias geográficas e o porte das escolas, desde que não ultrapasse o número de duplas a que tem direito, conforme o número de escolas a ela jurisdicionadas); Coordenar a elaboração dos planos de trabalho das duplas pedagógicas, cujas ações deverão ser previstas a partir do diagnóstico feito nas escolas, assessorando-as nos aspectos pedagógicos (Grifo do autor).

O que fundamenta a crítica a esse programa é seu propósito voltado às necessidades puramente fiscalistas no sentido de pressionar a escola na busca de resultados vinculados à lógica do mercado. Portanto, sua missão é levar ao público a ideia da necessidade de vincular a qualidade do ensino e aprendizagem às avaliações externas. Nesse sentido, qualquer que seja o nome – Dupla ou Tutoria –, caracteriza-se que esse programa representa a constante busca da “Pedagogia das Competências”, “Pedagogia da Eficiência” ou “Pedagogia de Resultados”, com objetivos focados na “qualidade total”, bem como preparar Gestores, coordenadores e professores no sentido de focalizar no aluno de acordo com o propósito da sociedade neoliberal que se renova a cada ano e a cada mudança de governo, mas, mantém sempre os mesmos ideais,

em conformidade com o jogo das forças do mercado, e, assim, limitar os avanços das políticas sociais.

Libâneo (2015) fala das relações entre trabalho e educação. Segundo o autor, atende-se à demanda da formação de mão de obra vinculada à reestruturação da produção. Foca-se o ensino em resultados numéricos das provas e avaliações e não na aprendizagem dos estudantes, pois é exatamente isso que se cobra da escola, exigindo das instituições educacionais índices elevados de aprovação; uma cobrança imediata dos professores por resultados, reproduzindo conteúdos transmitidos, mesmo sem saber ao certo o que estão apresentando e o que realmente deveria ser aprendido. Conseqüentemente, o aluno é aprovado para a etapa seguinte, cursando assim a Educação Básica sem estar realmente preparado para o próximo estágio e muito menos para o mercado de trabalho. Nesse pensar, Camargo e Rosa (2018) afirmam que as relações e contradições entre trabalho e educação necessitam ser compreendidas, e,

Uma das relações mais importantes entre trabalho e educação que mais incide na educação escolar é o atendimento às demandas de formação de mão de obra adequada à reestruturação produtiva, demandas que são ideológica e concretamente fundamentadas no desenvolvimento técnico e tecnológico dos meios e modos de produção. Queremos dizer com isso que as mudanças no mundo do trabalho levam às mudanças na educação escolar, pois alteram a forma como a sociedade compreende e elabora as finalidades educativas da escola. De acordo com Santos e Rosa (2015), as reformas de Estado que ocorreram em nosso país nas últimas décadas são parte de um movimento geral de ordem econômico-política marcado pela mundialização do capital, reestruturação produtiva e adoção das diretrizes neoliberais, e é neste cenário que os organismos multilaterais de crédito e financiamento como BM, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) passam a interferir diretamente sobre as políticas sociais nos países em processo de desenvolvimento econômico e social. O trabalho docente ganha novos significados sociais quando recaem sobre os professores as demandas sociais para que a escola responda de maneira rápida e eficiente às sempre renovadas exigências do mundo do trabalho. No nosso entendimento, essa submissão da educação escolar ao mundo do trabalho mais compromete do que possibilita o desenvolvimento pleno das capacidades mentais e práticas das pessoas, o que entra em contradição com o “projeto educativo internacionalizado” da contemporaneidade (CAMARGO; ROSA, 2018, p. 282).

Vinculado ao projeto político voltado ao mercado do trabalho, o Tutor pedagógico percebeu sua importância nessa engrenagem e cobra a oficialização desse programa, uma vez que existe este “novo” sujeito dentro do ambiente escolar. Segundo relato de tutores, em uma entrevista no dia vinte de outubro do ano de dois mil e vinte um¹⁸, é um desejo de todos os Tutores que a função fosse regulamentada, deixando de ser um programa e se tornando um

¹⁸ Pesquisa realizada com Tutores Educacionais Pedagógicos da Regional de Anápolis, em que mais detalhes estão descritos no decorrer do Capítulo II desta dissertação, com dados estatísticos, além de análise sobre esses dados obtidos na pesquisa.

componente com regimento e portarias próprios, tanto nas esferas federais quanto estaduais, já que todos enxergam como um suporte importante para aqueles que estão começando na gestão escolar ou até mesmo na docência.

1.3 Diretrizes Legais do Tutor Educacional Pedagógico: perfil e função dentro e fora da escola

No cotidiano escolar são inúmeros os eventos que surgem, havendo uma comunicação e orientação feita pela equipe Gestora e onde todos exercem suas funções. É nesse momento que o Tutor Educacional Pedagógico intensifica o plano de governo ao acompanhar e orientar a equipe Gestora. Dessa forma, a escola como um todo poderá criar uma identidade daquilo que o projeto de governo almeja, conforme alerta Libâneo (2015, p. 4):

Nos últimos anos, considerando-se ao menos os documentos oficiais de políticas e diretrizes para a educação, as temáticas abordadas em eventos e publicações na área e as orientações teóricas presentes nos cursos de formação de professores é possível identificar três orientações em relação às finalidades e formas de funcionamento da escola: a orientação dos organismos multilaterais, especialmente do Banco Mundial, para políticas educativas de proteção à pobreza associadas ao currículo instrumental ou de resultados imediatistas; a orientação sociológica/intercultural de atenção à diversidade social e cultural, geralmente ligada aos estudos no campo do currículo; e a orientação dialética-crítica assentada na tradição da teoria histórico-cultural ou em versões de pedagogias sociocríticas. [...]. A internacionalização das políticas educacionais é um movimento inserido no contexto da globalização, em que agências internacionais multilaterais de tipos monetário, comercial, financeiro e crédito formulam recomendações sobre políticas públicas para países emergentes ou em desenvolvimento. Essas recomendações incluem formas de regulação das políticas em decorrência de acordos de cooperação, principalmente nas áreas da saúde e da educação.

A internacionalização das políticas educacionais representa um movimento originado na globalização, em que agências multilaterais internacionais formulam e recomendam políticas públicas para os países emergentes ou em desenvolvimento. Essas agências ainda propõem a regulação dessas políticas a partir de acordos de cooperação por meio de aspectos comuns, como a descentralização, redução de gastos no ensino público e a pressão sobre os professores para prestarem conta de suas ações pedagógicas, entre outros.

Acompanhar a execução do projeto político das escolas é uma das responsabilidades inerentes ao Tutor Educacional Pedagógico, pautado na organização dos relatórios empíricos nas instituições escolares. Ao executar as determinações dos projetos políticos determinados pela rede estadual de ensino, ele está atendendo às demandas propostas para a educação no estado. Um exemplo é a execução da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), implantada

no ano de 2018. Essa referência de currículo pedagógico nacional foi ampliada pelo Estado de Goiás com a sigla DC-GO – Documento Curricular para Goiás, elaborado a partir da BNCC –, em que o Tutor Educacional Pedagógico aparece como apoio, além de auxiliar na sua efetiva implantação nas escolas, deve capacitar os profissionais nas instituições escolares para organizar os direcionamentos dos componentes curriculares a serem trabalhados pelos professores, de acordo com sua formação e área, mesmo podendo ocorrer discrepâncias no ensino. Sabemos que estas discordâncias existem, pois, como afirmam Ball, Maguire e Braun (2016, p. 16-17):

O ensino é definido dentro de regimes de políticas e os discursos de políticas que apontam praticantes como profissionais – pelo menos em certa medida – por meio da linguagem do currículo e pedagógica e por intermédio das possibilidades subjetivas que a relação com o conhecimento e com a aprendizagem políticas torna possível. [...]. Na prática, as escolas são constituídas de diferentes tipos, de diferentes gerações, de professores com diferentes disposições em relação ao ensino e à aprendizagem, fixados dentro de diferentes ondas de inovação e de mudanças.

É importante que Tutor Educacional Pedagógico atue no sentido de valorizar as fases de desenvolvimento do ser humano na sua amplitude cognitiva e subjetiva. Principalmente quando se preconiza a ampliação da escola de tempo integral no Estado de Goiás.

Importante destacar que há uma distinção entre educação de *tempo integral* e *educação integral*. A educação integral adotada nos Centros de Ensino em Período Integral (CEPI) em Goiás apresenta uma concepção que compreende que a educação deve garantir o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões, intelectual, física, emocional, social e cultural a se constituir em projeto coletivo.¹⁹

Nesse sentido, deve-se buscar um direcionamento por um ensino mais abrangente e menos técnico, uma vez que há uma proximidade entre o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Essa proximidade pode ser percebida nos profissionais que atuam na sala de aula, nos seus conteúdos, através de uma perspectiva de ensino aprendizagem dinâmica, ética, visto que o Professor e a instituição escolar atuam para cobrir uma carga de conteúdos, provas, atividades ou testes diários, planejamento a projetos institucionais dentre outros que amplificará a qualificação do aluno como cidadão além de prepará-lo para o mercado de trabalho.

Esses Profissionais, antes de serem Tutores Educacionais Pedagógicos, foram e são professores. E todos sabem muito bem como é o ambiente de sala de aula de uma escola pública, das dificuldades, da falta de estrutura física e de matérias com ergonomia e organização do

¹⁹ Programa Educação Plena e Integral: Diretrizes Pedagógicas Goiânia-GO, 2021, p. 14. Disponível em: https://site.educacao.go.gov.br/files/CEPI_Programa-Educacao-Plena-e-Integral_1a-Edicao.pdf. Acesso em: 20 jun. 2022.

ambiente de trabalho necessária ao aluno e professor. Apesar de ser um “porta-voz” do governo, o Tutor Educacional Pedagógico é responsável por reunir e tornar públicas as informações de interesse do governo. É importante ressaltar que a nomeação ou indicação precisa ser estratégica para que o desempenho seja positivo. Além das políticas públicas de ensino, este profissional normalmente tem o conhecimento epistemológico histórico-cultural que fundamenta a educação. Atua sob a ética profissional principalmente devido às suas experiências e de acordo com as regras e normativas, ou seja, com notório saber e reputação ilibada, conforme exigência das Diretrizes Operacionais da Rede Pública Estadual de Educação de Goiás (2020-2022, p. 274), no subitem 1.12.2 que trata do Perfil do Tutor Educacional Pedagógico:

Perfil Dos Tutores Educacionais (TE) do CEPFOR: ser compromissado com sua autoformação e com o desenvolvimento da sua autonomia, como também da autonomia dos pares com quem trabalha; [...] demonstrar postura ética e coerente com as concepções (práxis) apresentadas nos referenciais do Plano Estadual de Educação, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e nos demais documentos normativos da SEDUC, [...] ter compromisso profissional, ser assíduo e pontual, [...] ter habilidade para o trabalho em equipe, reconhecendo sua importância, sendo flexível e ágil na articulação e mobilização de pessoas, [...]; respeitar as opiniões e saberes alheios, de modo a contribuir para o desenvolvimento do próprio aprendizado e do aprendizado do outro.

O ato de dialogar é inerente à sua função dentro do ambiente escolar. As constantes capacitações lhes proporcionam conhecimentos sobre os componentes pedagógicos das instituições educacionais. Portanto, é necessário que as escolas saibam utilizar esse profissional e sua práxis em um diálogo voltado para o verdadeiro propósito no ato de ensinar e aprender. Assim, será possível ter uma escola para a formação das nossas crianças e adolescentes democrática, plural, acolhedora e multicultural, respeitando a identidade do sujeito em suas características humanitárias.

Para que esse novo programa de acompanhamento do trabalho pedagógico e de gestão funcionasse, era necessário que a Secretaria de Estado tivesse alguém vinculado às suas políticas de ensino e aprendizagem em todas as escolas do estado, mas que segue uma rotina de observação, análise e acompanhamento, conforme descrito no Decreto de 2012:

DECRETO DE 2012 – Trata do Gerenciamento de Pessoal Educacional: Art. 1º Fica criada, na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Educação, com o correspondente cargo de provimento em comissão de Superintendente, Símbolo CDS- 4, 01 (uma) unidade administrativa básica denominada Superintendência de Inteligência Pedagógica e Formação. Art. 2º São promovidas na organização administrativa da Secretaria de Estado da Educação as seguintes alterações: c) para a Superintendência de Inteligência Pedagógica e Formação, a Gerência de Tutoria

Pedagógica, a Gerência de Formação Central, o Núcleo da Escola de Formação, o Núcleo de Ensino a Distância e a Gerência de Ensino Especial.²⁰

Outra estrutura desenvolvida pela SEDUC-GO, quando relaciona a organização e o planejamento da área Pedagógico em como estimular as unidades de ensino a compreender o ofício do trabalho do profissional Tutor Educacional Pedagógico com seus objetivos, funções e determinações daquilo que é exigido não só para as políticas educacionais do Estado pela qual pretende, mas o todo, quando relacionado aos objetivos nacionais, principalmente quanto às avaliações externas. Determina cargos com responsabilidades, meritocracia e objetivos, Decretos que, em anos anteriores, não apresentavam determinações específicas como ocorreu após a mudança de Dupla pedagógica para Tutoria Pedagógica.

Quadro 1 – Legislações goianas sobre a Gerência de Tutoria Pedagógica – proventos/bônus

Decreto nº 7.286, de 08 de abril de 2011	<p>DECRETA:</p> <p>Art. 1º Fica instituída a estrutura organizacional complementar da Secretaria de Estado da Educação, com os cargos de provimento em comissão que lhe são correspondentes, juntamente com os respectivos símbolos de subsídios, quantitativos e quadro de gerências a serem providas por critérios, objetivos na forma prevista no Anexo Único que acompanha este Ato.</p> <p>GERÊNCIA DE TUTORIA PEDAGÓGICA</p> <p>- Transferida da Superintendência de Acompanhamento Programas Institucionais pela Lei nº 17.854, de 10-12-2012, art. 2º, II, "c".</p> <p>- Vide Lei nº 17.367, de 11-07-2011, art. 1º, VII, "b".</p> <p>Decreto revogado pelo Decreto nº 9.766, de 14 de dezembro de 2020, por ter sido "Declarado Inconstitucional pela ADI 204163-33.2011.8.09.0000 (201192041631) (D.O de 06-11-2014)".</p>
Lei nº 19.843, de 21 de setembro de 2017 – Secretaria de Estado da Casa Civil	<p>Institui, para o ano de 2017, o Bônus de Incentivo Educacional aos profissionais da educação pública estadual e dá outras providências.</p> <p>Art. 2º e Art. 3º. O Bônus de Incentivo Educacional será devido ao profissional que:</p> <p>Inciso III - no desempenho da função de Tutor Pedagógico, participar das formações oferecidas pela Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte e cumprir o planejamento semanal estabelecido pelo Núcleo de Tutoria Pedagógica, perfazendo 10 (dez) turnos;</p>

Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2021).

Nas diretrizes dos anos de 2017 a 2020, o trabalho do Tutor Educacional Pedagógico busca incentivar a equipe pedagógica escolar à equidade descrita, conforme as Diretrizes da BNCC – 2018, que é uma das suas características a universalização do ensino. Isto é, visa demonstrar, por meio das avaliações externas (SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica), que avaliam os conteúdos dos componentes curriculares, neste caso em particular, a cada dois anos. Observa-se que este mesmo programa já era utilizado com um sistema muito semelhante pelo Estado de Goiás no ano 2011, com o nome de SAEGO:

²⁰ Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/64331/decreto-7286. Acesso em: 22 jul. 2021.

Sistema Educacional do Estado de Goiás – SAEGO busca, observar o desempenho de estudantes por meio de testes padronizados, cujo objetivo é aferir o que eles sabem e são capazes de fazer, a partir da identificação do desenvolvimento de habilidades e competências consideradas essenciais para que consigam avançar no processo de escolarização e de avaliar a proficiência dos estudantes nas disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa e, assim, contribuir para a melhoria do desempenho educacional dos alunos da rede estadual de Educação. Esse sistema foi criado **em 2011** pela Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte de Goiás, com o objetivo fornecer dados às escolas envolvidas e indicadores produzidos, que possibilitaram a criação de novas estratégias e perspectivas educacionais.²¹

Para o Tutor Educacional Pedagógico, sua experiência profissional na área da educação pode trazer segurança e confiabilidade em relação ao profissional com o qual o Tutor Pedagógico estaria dialogando ou em formação, conforme a diretriz editada pela Portaria n.º 0004/2020 – GAB/SEDUC, que descreve sobre o perfil deste servidor:

- ser portador de diploma de Licenciatura Plena, reconhecido pelos órgãos responsáveis no Brasil;
- ser professor efetivo da SEDUCE/GO e ter concluído o estágio probatório;
- ter experiência de, no mínimo, 3 (três) anos em docência na Educação Básica;
- preferencialmente, ter exercido funções de liderança, tais como: Coordenador Pedagógico, Diretor Escolar;
- preferencialmente possuir especialização Lato Sensu e/ou Stricto Sensu (mestrado ou doutorado) na área da Educação e experiência em gestão de projetos;
- ter habilidade no uso de sistemas de monitoramento e controle de processos pedagógicos;
- ter disponibilidade para viajar a trabalho para os municípios e localidades jurisdicionados às Coordenações Regionais de Educação - CREs;
- possuir flexibilidade e agilidade para o trabalho em equipe (GOIÁS/SEDUC, 2020, p. 274).

Um dos critérios para escolha deste profissional é que seja feita uma análise criteriosa do Coordenador Regional da Secretaria de Educação. O profissional responsável pela escolha do Tutor Educacional Pedagógico é o responsável para gerir a regional do Estado de Goiás em cada município. É ele ‘que coordena as unidades escolares nessas regionais, conhecidas também como antigas subsecretarias representantes da Secretaria de Estado de Educação. Essas regionais são incumbidas da gestão da educação nos municípios e suas modalidades de ensino além da administração de recursos financeiros e humanos relativos à Educação’. Fazem parte deste processo a Superintendência Recursos Humanos e pedagógico da SEDUC-GO, ou seja, todo o processo de seleção passa pela equipe ‘Coordenador das Regionais e Superintendência da SEDUC’ que realiza a escolha deste profissional na Rede Estadual de Ensino por métodos avaliativos e análise de currículo.

²¹Disponível em: <http://www.saego.caedufjf.net/wp-content/uploads/2018/02/GO-SAEGO-2017-RS-WEB.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2021, p. 07-08.

Após a escolha desse profissional, a média de instituições educacionais que ele deverá acompanhar é de aproximadamente 06 a 08 escolas na regional em que atua. Assim, se uma Regional tem 80 escolas, ela terá entre 10 e 12 Tutores Educacionais Pedagógicos, cumprindo 40 horas semanais entre atividades pedagógicas e de formação da equipe da SEDUC-GO. Em seguida, toda a equipe de Tutores e assessores pedagógicos passam por formação ministrada pela equipe pedagógica da SEDUC-GO. Posteriormente, esses profissionais irão transmitir as determinações pedagógicas à equipe de Gestores (Gestor, Coordenador Pedagógico e Técnico) e, algumas vezes, diretamente aos professores na unidade escolar ou em espaços de formações determinados pela regional de educação. Devem ainda fazer verificações da rotina escolar, como presença de professores, frequência dos alunos e apoio para questões administrativas e estruturais.

Entre os desafios do profissional “Tutor Educacional Pedagógico”, encontra-se o focar na preparação dos alunos da rede pública para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)²² e a nota a ser alcançada no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)²³, conforme determinação das políticas públicas de ensino, explicitadas na BNCC (2018). Deve ainda redigir os relatórios sobre o cumprimento de carga horária nas instituições escolares e averiguar se estão sendo executadas as aulas em conformidade com o referencial curricular proposto na BNCC (2018) e DC-GO (2018). Por fim, executar as determinações dos projetos políticos da rede estadual de ensino, conforme as suas normativas e diretrizes:

1.11.2. PERFIL DOS ASSESSORES DE GESTÃO PEDAGÓGICA (AGPs) DO CEPFOR - CENTRO DE ESTUDOS, conhecer as políticas públicas educacionais nos níveis federal e estadual; ter conhecimento sobre Avaliação, Projeto Político Pedagógico - PPP, Matriz Curricular do Estado de Goiás, Matriz de Referência do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, Matriz de Referência do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM e programas de formação continuada; [...] (GOIÁS/SEDUC, 2020, p. 273).

Como explicitado anteriormente, a BNCC de 2018 foi a base para a implementação do DC-GO conforme descrito na Introdução do referido documento: “O Documento Curricular para Goiás (DC-GO) é fruto de uma ação cultural coletiva em torno da Implementação da Base

²² Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) - foi instituído em 1998, com o objetivo de avaliar o desempenho escolar dos estudantes ao término da educação básica. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem>. Acesso em: 10 jun. 2022.

²³ Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) - foi criado em 2007 e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. O Ideb é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). É a ferramenta para acompanhamento das metas de qualidade para a educação básica, que tem estabelecido, como meta para 2022, alcançar média 6,0. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb>. Acesso em: 10 jun. 2022.

Nacional Comum Curricular (BNCC) no território goiano” (GOIÁS, 2018, p. 41). Nesse sentido, a BNCC, estando em todas as escolas do País, mobiliza Gestores escolares e professores uma vez que estão sendo preparados por meio de formação continuada. Além disso, outras mudanças estão ocorrendo na escola, como a revisão dos projetos pedagógicos e o planejamento do novo ano letivo, levando em conta a nova estrutura proposta na Base Nacional Comum Curricular.

O maior desafio está ocorrendo com a implementação da BNCC no Ensino Médio. Um ponto de atenção, por exemplo, será organizar a progressão das aprendizagens e, ao mesmo tempo, equilibrar os componentes obrigatórios aos flexíveis. Isso ocorrerá com a implantação dos itinerários flexíveis. Nesse contexto, a participação do Tutor Educacional Pedagógico será imprescindível no momento de auxiliar a capacitação e formação dos componentes curriculares para os profissionais nas escolas, que estão em busca de direcionamentos na execução e preparação para avaliações interna/externas.

Segundo Paulo Freire (2003), a Educação não é neutra e se constitui um ato político. Ela funciona como um aparelho para enquadrar o indivíduo na lógica da sociedade atual, podendo gerar uma situação de conformidade ou transformar-se em uma prática libertadora na qual os sujeitos se assumem críticos e criativos, como seres históricos capazes de agir na realidade, descobrindo formas de participação e de transformação de seu mundo.

O importante é que todos do ambiente escolar, além dos Tutores Educacionais Pedagógicos, recebem como atributos, valorizar as fases de desenvolvimento do aluno em sua totalidade, num momento em que educação integral passará a fazer parte de grande parte das escolas estaduais de Goiás. Assim, a formação humana deverá se sobrepor à formação meramente técnica.

Diante disso Gestores, professores e o Tutor Educacional Pedagógico deverão propor, juntos, a formação integral do aluno, tendo em vista a realidade que circunda a escola. Nesse momento emerge o profissionalismo do professor e a profissionalidade do Tutor Educacional Pedagógico. Conforme aponta Brzezinski (2018, p. 138):

As diferenças da dialética entre profissionalismo e profissionalidade, o Professor tem que possuir características na função da profissionalidade que significa o preparo do futuro funcionário em curso de formação inicial com vistas ao domínio de conhecimentos, saberes e práticas como requisitos indispensáveis para ingresso na carreira. O profissionalismo é a práxis do profissional-funcionário na escola ou em espaços não escolares materializadas na realização de suas atividades inerentes ao exercício.

As experiências que este profissional obtém durante sua formação e atuação capacita-o ao desempenho das funções propostas pela Secretaria de Educação. Portanto, tendem a trazer expectativas aos profissionais ‘coordenadores pedagógicos, técnicos e Professores’. Essas expectativas se dissipam quando percebem que uma das funções desse profissional é meramente técnica, direcionada à observação do trabalho técnico e pedagógico da escola. No entanto, devem atuar com coerência, orientados pelo plano pedagógico da coordenação regional de educação, embasados na experiência adquirida em sala de aula ou em gestão e coordenação. Assim, as políticas de educação passam a ser trabalhadas com foco na relação professor-aluno, com intuito de prover uma formação voltada para a cidadania e qualificação para o trabalho, não somente técnico, como é exigido pelos ideais culturais do sistema político atual a serviço do capital.

Outra preocupação sobre a questão humana do Professor Tutor Educacional Pedagógica é o que está posto no Art. 40 da Lei nº 20.115/2018: “A permanência do Tutor na função dependerá da média na pontuação alcançada pelas unidades escolares de sua responsabilidade, que deverá ser igual ou superior a 60% (sessenta por cento)” (GOIÁS, 2018). Se o resultado obtido não for de acordo com o prescrito na lei, a responsabilidade recai sobre este profissional.

Nesse sentido, mesmo que as unidades escolares venham a enfrentar problemas tais como: troca de professores, fatores sociais relacionados a problemas familiares, violência no ambiente escolar, drogas, problemas físicos e estruturais ergonômicos no ambiente de sala de aula e laborais, entre outros, que influenciam no desenvolvimento cognitivo e aptidões do aluno, a responsabilidade recairá sobre o Tutor Educacional Pedagógico.

Dificuldades sociais e estruturais podem trazer um nível de pressão que poderá resultar em problemas de saúde ao profissional que se dedica à formação de pessoas, ou seja, aumento de estresse, principalmente por não se sentir amparado pelas políticas públicas, além de seu intenso trabalho.

No ano de 2018, a Professora Dr^a. Aparecida de Fátima Gavioli Soares Pereira²⁴ propôs a regularização do Tutor como Profissional Educacional Pedagógico. Como mencionado anteriormente, a função era regida por diretrizes. Após a normatização, passou a ser regulamentado pelos atos e funções como estabelecido na Lei ordinária nº 20.115, de 2018. No art. 4º da referida lei, o Tutor Educacional está incluso na alínea “e”:

²⁴ Natural de Goioerê, no Paraná, foi secretária de Educação do Estado de Rondônia no segundo mandato do ex-governador Confúcio Aires Moura, ocupando até o final de 2016. No final de 2018 recebeu o convite do governador Ronaldo Caiado, para assumir a Secretaria de Estado da Educação de Goiás. É consultora da Fundação Lemman, tendo participação do Fórum Nacional de Educação no período de 2015 a 2017. Disponível em: <https://site.educacao.go.gov.br/a-secretaria/>. Acesso em: 02 ago. 2021.

Art. 4º A organização pedagógico-administrativa das unidades escolares será composta pelas seguintes instâncias:

I - Gestão Escolar:

- Diretor;
- Secretário Escolar;
- Coordenador Administrativo Financeiro;
- Coordenador Pedagógico;
- Tutor Educacional;**

II – Conselho Escolar;

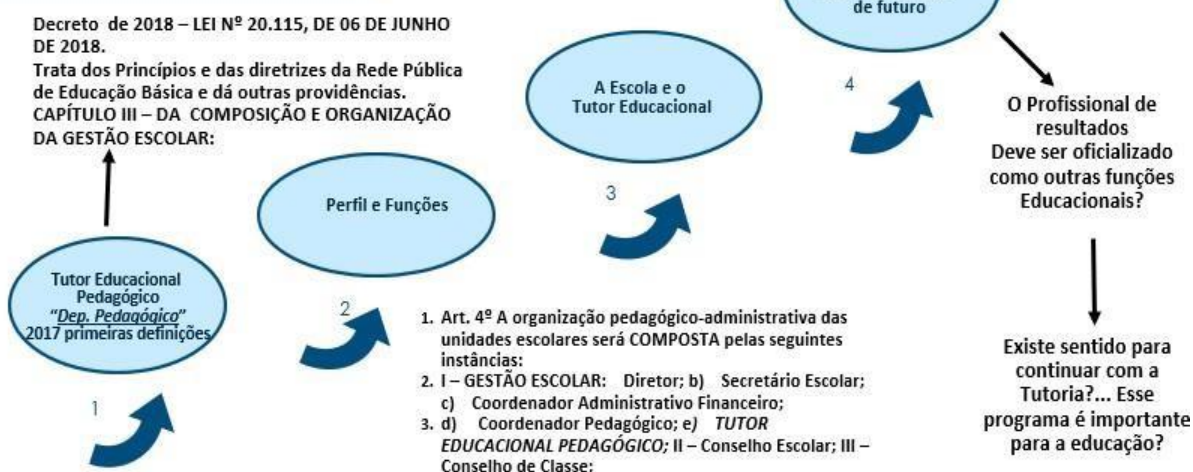
III – Conselho de Classe;

IV – Representação dos estudantes através dos Grêmios Estudantis ou Clubes Juvenis.

Parágrafo único. Nas unidades escolares da Rede Pública Estadual de Educação Básica funcionarão as instâncias citadas nos incisos II, III e IV. (GOIÁS, 2018. Grifo do autor).

Imagem 3 – O Profissional “Tutor Educacional Pedagógico” na Lei nº 20.115/2018

Analisando o Profissional “Tutor Educacional Pedagógico”.



Fonte: Elaborada pelo pesquisador (2021).

A essa nova Diretriz, com a mudança de Governo no ano de 2017, a Lei nº 20.115/2018, como informado anteriormente, buscou-se novamente analisar e reformular as orientações das políticas educacionais vinculadas às diretrizes do governo em questão. O profissional Tutor Educacional Pedagógico surge, então, como importante ator entre o que pensa o Governo em relação à aprendizagem e às instituições escolares, que em muito divergem. Nesse momento entra o profissional Tutor Educacional Pedagógico para direcionar as escolas a atuar de acordo com as diretrizes propostas pelo governo.

Outro ponto importante Lei nº 20.115/2018 é o art. 39, inciso I, quando retrata sobre a relação do tutor educacional com a equipe pedagógica – que tem por função: “promover e desenvolver mecanismos internos que favoreçam a melhoria do desempenho de diretores e coordenadores pedagógicos das unidades escolares, com vista à gestão para **resultados**, o que descreve no site da legislação da casa civil do Estado de Goiás” (GOIÁS, 2018. Grifo do autor).

Na palavra “Resultados”, verifica-se a imposição do sistema que se apoia dentro da educação, ou seja, não importa o fator social, os problemas estruturais dentre outros fatores negativos que desfavorecem o ensino e a aprendizagem. O que vale é o “resultado”. No entanto, para obter reconhecimento, este servidor teria que ter conhecimento de gestão ou ter sido profissional desta área, ou seja, para obter uma melhor verbalização com a equipe Gestora em uma determinada unidade escolar, é importante ter obtido algumas das experiências nessas funções pedagógicas.

1.4 A comunicação do Tutor Pedagógico “Secretaria Educacional do Estado” e a escola

Assim como existe uma relação de comunicação entre as estruturas de governo e a educação pública, com alcance até o Gestor e o Professor, o ‘Tutor Educacional Pedagógico’ atua como ponte entre esses interlocutores, informando sobre a aplicação do plano de ação de governo e das escolas. Esse processo ocorre quando o plano de ação do Estado passa a ser inserido metodologicamente nas escolas acompanhadas por este profissional, que também terá a função de capacitar ou formar coordenadores e professores.

O resultado dessa formação deve alcançar o aluno, por meio dos projetos de ensino que serão necessários para ele (a) – aluno (a) – crescer como cidadão. Outro ponto será sua qualificação para o mundo do trabalho e sua convivência social, como ser humano ativo pronto para a vida em sociedade, ou simplesmente técnico, atuando racionalmente conforme as necessidades de mercado e dos ideais políticos neoliberais vigentes.

O Filósofo Jürgen Habermas (2016) faz uma reflexão sobre a racionalidade de compreensão de vida e alerta sobre a orientação racional no sentido de compreender os perigos dos grandes mitos que a sociedade cria:

À medida que procuramos aclarar o conceito de racionalidade com base no uso da expressão “racional”, tivemos de nos apoiar sobre uma pré-compreensão que se encontra ancorada em posicionamentos modernos da consciência, [...] partimos do pressuposto ingênuo de que na compreensão de mundo moderna que expressam certas estruturas da consciência que pertencem a um mundo de vida racionalizado e por princípios que possibilitam uma condução racional de vida. Implicitamente, relacionamos à nossa compreensão de mundo ocidental uma pretensão de universalidade. [...]. Em sociedades arcaicas, os mitos cumprem de maneira exemplar a função unificadora própria das imagens de mundo. Ao mesmo tempo, no âmbito das tradições culturais a que temos acesso eles proporcionam o maior contraste em relação à compreensão de mundo dominante em sociedades modernas. Imagens de mundo míticas estão muito longe de nos possibilitar orientações racionais para a ação, no sentido que as entendemos (HABERMAS, 2016, p. 94).

Neste cenário em que estão envolvidas a educação e a comunicação, existe uma complexidade variada nos desafios a serem explorados nas relações e possibilidades entre essas duas áreas do conhecimento. Suas premências são imprescindíveis em todas as instâncias nas relações pessoais. Seus métodos indicados na relação que a Tutoria Educacional Pedagógica deve exercer nas instituições escolares e também com as lideranças de governo, representados pela Secretaria de Estadual de Educação. É imprescindível procurar menções em uma comunicação ativa com a Educação e constituir meios com finalidade a um diálogo que venha consolidar o que se espera na formação do educando, como descreve José Pedro Boufleuer (1998, p. 54-55).

Os processos educativos se colocam no âmbito da reprodução da cultura, da sociedade e da personalidade, então a ação comunicativa para a educação é uma decorrência obvia [...] Formação de identidades pessoais, integração social – foco na educação formal; [...] Integração social “socialização” – uma relação com a totalidade do mundo da vida [...]. A escola por sua própria natureza exerce um papel fundamental na transmissão cultural, na socialização e na construção da personalidade individual, isto é, na reprodução das estruturas simbólicas do mundo da vida e, portanto, para o seu bom funcionamento, ela deve ser regulada pelos processos de ação comunicativa com vistas a alcançar o entendimento.

Entre os diálogos que envolvem a educação e a comunicação, encontra-se o elo entre a Tutoria Educacional Pedagógica e o que se espera da Secretaria da Educação, que é necessário nas instituições escolares com suas peculiaridades, ou seja, com propósitos de aprendizagem coerentes com as ações baseadas nas perspectivas de configurações epistemológicas ocorridas ante o desenvolvimento histórico-cultural de cada região, em conformidade com a realidade social da comunidade em que a escola se insere.

Nesse contexto, o conhecimento ético é necessário. No entanto, como complemento vem o conhecimento básico sobre as normativas que regem a educação pública e o conhecimento dos fatos políticos que norteiam a vida social. Nesse sentido, não basta ter somente conhecimento dos componentes curriculares. É preciso ir além. É preciso o agir comunicativo para o enfrentamento das demandas desse cargo, uma vez que estão em jogo visões antagônicas postas pelo poder estatal e escolas. Portanto, vale complementar com o que disse Jürgen Habermas (1989), lembrado por José Pedro Boufleuer (1998, p. 87): “O agir comunicativo é o agir estratégico para uma base das pretensões da solidez no entendimento dos homens entre si”.

Essa reflexão traz a práxis do pensamento do educador e filósofo Paulo Freire, presente no artigo de Andrei Alberto Muzel (2011, p. 22):

Quanto mais analisamos o sentido do termo Comunicação e do termo Educação mais compreendemos e conseguimos afirmar a estreita relação entre os mesmos. Nesse sentido, é importante recuperar Paulo Freire, lembrado por Pretto (2008, p. 13), para concordar com ele que “o ato de educar é um ato de comunicação”. O ato de comunicação expressado não se restringe, portanto, aos suportes ou aos processos intencionais de uso das mídias pelas escolas ou pela indústria cultural. O ato de comunicação em educação é um movimento entre pessoas que possuem em comum a vontade de ensinar e aprender.

A dimensão do Tutor Educacional Pedagógico remete à sua experiência em lideranças educacionais, experiências em docência e gestão escolar. Assim, o cargo exige diálogo comunicativo entre a equipe Gestora – Diretor, Coordenador Pedagógico, Técnico e corpo docente –, devido à sua experiência, em que exercia um papel importante para apoiar nas questões de futuro, tais como: novos Gestores e coordenadores, instruir a importância em conhecer as políticas públicas de governo e intensificar a qualificação de trabalho no ensino e aprendizagem do currículo referência do Ministério da Educação (MEC), na BNCC (2018) e da DC-GO (2018) para os estudantes.

Em meio a tantas atribuições, ‘diálogos, formações e capacitações’, o Tutor Educacional Pedagógico, muitas vezes, não é bem-visto perante a unidade escolar. Muitas pessoas no ambiente de ensino o observam como um emissário do governo, um fiscal. Às vezes, quando está no ambiente escolar é visto observador, vigia, que está ali para impor as decisões da Secretaria Estadual de Educação. No entanto, seu objetivo é relatar a rotina da escola, observar se todos os personagens da escola estão atuando em seus postos de trabalho e se tudo está ocorrendo dentro da normalidade, como em uma empresa. Esse olhar para a escola se insere no ideal mercadológico e conservador.

Mas ao analisar as orientações e normativas, verifica-se que existe um propósito que está acima dos conceitos ou pré-conceitos impostos a este professor formador, e que está carregado de contradições. Caso as políticas públicas venham a estar em conformidade com as reais necessidades humanas ou apenas respondam aos objetivos mercadológicos mencionados anteriormente e demandados pela sociedade contemporânea. Contudo, a função do Tutor Pedagógico com certeza poderá agregar valores pedagógicos, por suas experiências, às funcionalidades da escola no que concerne ao ensino e aprendizagem do aluno.

O conceito de gestão escolar e ou gestão pedagógica tem sido foco de discussões de vários autores a exemplo de Paro (2004), Saviani (2010) e Libâneo (2013), os quais têm servido como base para outros estudos. Todavia não se pode dizer que o assunto esteja esgotado. Algumas dessas discussões têm se detido em questionar se a gestão tem sido efetivamente democrática ou se ainda está suas bases ancoradas na gestão tradicional.

Entende-se que a elaboração desse estudo torna-se muito importante para o contexto acadêmico da educação do Estado, pois almeja não só compreender o papel desse profissional, mas, também, delinear uma investigação que seja mais específica para o conhecimento no ambiente da comunidade escolar que lida diretamente com o profissional educador, pela qual recai sobre ele, o Tutor Educacional Pedagógico, sempre estar incentivando as unidades escolares à busca de resultados, principalmente concernente a avaliações externas.

Professores e alunos são os que recebem e consomem as novidades dos componentes curriculares através dos comunicados político-pedagógicos do Estado pela Secretaria de Educação. Neste contexto, é na sala de aula que se transformam as aspirações políticas e interações, projetos e programas no espaço comunicativo, muitas vezes, em conformidade com os ideais do mercado do trabalho. Assim, a comunidade escolar e a Secretaria de Educação do Estado, representado pelo Tutor Educacional Pedagógico, tem o desafio em estabelecer relações entre educação e comunicação pautando-se dos ideais do componente curricular da BNCC (2018) e a comunicação pedagógica daquela instituição de ensino, porém, sempre de acordo com a sua realidade.

CAPÍTULO II – O TUTOR, SUA PROFISSÃO E AS EXIGÊNCIAS POSTAS PELO ESTADO

O Tutor Educacional Pedagógico é capacitado pela SEDUC-GO com o objetivo da promoção em propor ações para estabelecer relações do entendimento daquilo que é estabelecido pelas políticas públicas de governo, se está em acordo com as normativas da LDB/1996, Diretrizes Educacionais e os planos de Governo para a rede de ensino para a Educação, além de atender e respeitar os anseios da comunidade escolar para a formação do cidadão.

Os tutores devem acompanhar o trabalho dos Gestores e Coordenação Pedagógica, visando a integração entre todos os membros da escola e comunidade. Visam também o desenvolvimento das ações e projetos pedagógicos institucionais de acordo com as políticas educacionais do Estado de Goiás. O desenvolvimento profissional do Tutor Pedagógico Educacional requer preparo técnico instrumental para executar o trabalho a ele proposto. Esse preparo é realizado nos cursos de capacitação e formação continuada promovido pela Coordenação Regional Estadual (CRE) do Estado de Goiás.

2.1 Discussão sobre a Categoria e as Demandas Da Educação sob a Influência Neoliberal

Em face ao discurso do Estado mínimo, norteador de reformas gradativas na sociedade brasileira e goiana, observa-se a necessidade de mudanças constantes no modo de conduzir e organizar os diversos setores que a constituem. Nesse horizonte de reformas, a escola surge como a instituição que melhor representa o discurso reformador, uma vez que é a partir dela que sairá a força de trabalho que dará continuidade aos ideais do capital. Assim, a escola é a primeira a receber as demandas da sociedade, no que tange às reformas curriculares, culminando nas avaliações de desempenho dos alunos e professores entre outros. Sob esta ótica, as políticas públicas são ações que guardam intrínseca conexão com o universo cultural e simbólico, ou melhor dizendo, com o sistema de significações que é próprio de uma determinada realidade social (AZEVEDO, 2001).

Tudo é feito atendendo a métodos políticos propositalmente elaborados de forma que as demandas do mundo do trabalho, bem como o que se deseja alcançar junto aos futuros trabalhadores e empreendedores. Para Frigotto (1995, p. 145), a questão é colocada do ponto de vista da relação entre as exigências de novas qualificações e a Educação Básica. A esse

pressuposto colocam-se novas demandas, uma nova qualidade da educação escolar e dos processos de qualificação e requalificação da força de trabalho.

Nesse contexto, a Tutoria Educacional Pedagógica assume a interlocução entre a Secretaria Estadual de Educação do Estado de Goiás e as escolas estaduais. Esse trabalho de interlocução se estabelece nos campos pedagógicos (acompanha o trabalho dos coordenadores e professores) e administrativos (o planejamento institucional e o dia a dia da gestão das escolas). Os resultados obtidos nas avaliações externas podem funcionar como vitrine para a função do Tutor. No entanto, Frigotto (1995, p. 145) “pontua que a visão empresarial do Estado face à reestruturação produtiva sob nova base teórica significa dizer que se efetiva na escola a reconversão tecnológica dos trabalhadores de modo a tornar a produção competitiva”.

Mesmo assim várias intervenções na função e nas diretrizes vêm sendo feitas devido a trocas de governo desde sua origem como Dupla Pedagógica até a atual Tutoria Educacional Pedagógica. Desde que iniciou, várias foram as ações políticas para a sua adequação aos programas de governo. Portanto, o trabalho da Tutoria Educacional Pedagógica atua na escola no sentido de levá-la a trabalhar olhando para os métodos e perspectivas de desenvolvimento dos processos educativos aliados à gestão de governo para um período delimitado. Esse tempo pode ser definido enquanto durar o governo, podendo ser estendido a outros mandatos.

Nesse contexto, a democratização na visão do Estado e a participação de todos dentro daquilo que eles denominam jogo democrático. No entanto, atende ao governo que está no poder. Mesmo ocorrendo resistência daqueles com pensamento antagônico, o que prevalece sempre é a visão unipolar do Estado. O discurso e a prática nem sempre caminham na mesma direção, quando confrontados com a realidade. Isso ocorre devido à falta de sintonia com o mundo social, ou seja, o mundo real. Não se leva em consideração o contraditório, uma vez que as discussões irão permitir as mudanças. Segundo Libâneo, o contraditório irá detectar possíveis mudanças, pois:

Na perspectiva da escola como organização social, para além da visão “administrativa”, as organizações escolares são abordadas como unidades sociais formadas de pessoas que atuam em torno de objetivos comuns, portanto, como lugares de relações interpessoais. A escola é uma organização em sentido amplo democrático, uma “unidade social que reúne pessoas que interagem entre si, intencionalmente, e que opera através de estruturas e processos próprios, a fim de alcançar os objetivos da instituição”. [...] para isso, a escola deve estar bem coordenada e administrada. Não queremos dizer com isso que o sucesso da escola reside unicamente na pessoa do Gestor ou em uma estrutura administrativa autocrática na qual ele centraliza todas as decisões. Ao contrário, trata-se de entender o papel do Gestor como líder cooperativo, o de alguém que consegue aglutinar as aspirações, os desejos, as expectativas da comunidade escolar e articular a adesão e a participação de todos os segmentos da escola na gestão em um projeto comum (LIBÂNEO, 2005, p. 77).

Se o trabalho realizado em equipe buscar a excelência das práticas educativas, tornam-se imperativas as metas e os objetivos traçados coletivamente, mesmo com a existência de programas que venham auxiliar a gestão da educação. Nesse sentido, deve existir entre direção e equipe técnico-pedagógica, responsabilidade e capacidade de liderança com a finalidade de motivar e mobilizar os indivíduos em torno de objetivos e metas comuns, estabelecendo comunicação e troca de ideias entre estes e os educadores, levando-se em conta a inclusão do Tutor Educacional Pedagógico nesse processo. O discurso oficial dirige-se no sentido de valorizar a Educação Básica geral, para “formar trabalhadores com capacidade de abstração, polivalentes, flexíveis e criativos, ficam subordinadas a lógica do capital e, portanto, da diferenciação, da segmentação e da exclusão” (FRIGOTTO, 1995, p. 145).

Esse novo sujeito que foi inserido dentro do ambiente escolar representa os desafios e demandas da gestão do estado para a educação. Portanto, a sua função exige trabalhar em equipe, utilizando a criatividade e seu conhecimento de liderança, juntamente com as metas da superintendência de gestão pedagógica, SEDUC-GO e assim contribuir com o trabalho dos Gestores escolares. Sobre o trabalho em equipe e organização da gestão, Libâneo (2009, p. 1) afirma que:

[...] as práticas de organização e gestão da escola atuam significativamente na formação e na aprendizagem de professores e alunos. Para além de uma visão meramente burocrática da organização escolar, a escola, no seu modo de funcionar, pode ser vista como lugar de práticas educativas e de aprendizagem. Uma perspectiva de organização escolar em que se aliam requisitos organizacionais com práticas colaborativas e participativas pode ser uma esperança para enfrentamento das dificuldades das escolas em realizar com êxito seus objetivos de educação e ensino.

O conceito de gestão colaborativa e participativa, como preconizado pela Secretaria Estadual de Educação do Estado de Goiás, caracteriza-se por obrigações e deveres da gestão da unidade escolar juntamente com o(a) Tutor(a) Educacional Pedagógico em que os resultados apresentados têm sua culminância nos resultados das avaliações externas. Assim, Gestor e Tutor atuam colaborativamente no processo educativo visando a qualidade dos serviços prestados, além de outros componentes que fazem parte do interesse ao ensino e aprendizagem dos alunos,²⁵ como o ambiente educativo, as práticas pedagógicas e avaliações internas, o ensino e aprendizagem da leitura e da escrita, uma gestão escolar democrática, formação e condições de trabalho dos profissionais da escola, o espaço físico escolar adequado para comunidade escolar, dentre outros.

²⁵Indicadores da Qualidade na Educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_indqua.pdf. Acesso em: 12 jun. 2022.

A permanência e o sucesso na escola estão vinculados, conforme disposto no art. 33, da Lei nº 20.115/2018, à ação junto ao Diretor da Unidade Escolar, à qual o Tutor Educacional Pedagógico sempre terá que ficar atento para que as demandas das políticas públicas de governo sejam exercidas por todos e, assim, facilitando o trabalho de ambos:

Art. 33. Ao diretor da unidade escolar compete:

[...]; II – administrar a unidade escolar em consonância com as diretrizes definidas pelo projeto político pedagógico, as deliberações do Conselho Escolar, o regimento escolar, as orientações do órgão estadual de educação e normas do Conselho Estadual de Educação;

[...];

IV – cumprir as atribuições que lhe forem outorgadas pelo Conselho Escolar, pela unidade de coordenação regional de educação e pelo órgão estadual de educação;

IX – monitorar e avaliar o desempenho dos professores, coordenadores, agentes administrativos educacionais e alunos, dentro dos limites regimentais e das deliberações do Conselho Escolar, bem como as do órgão estadual de educação;

XV – participar, semanalmente, de momento formativo em serviço, realizado pelo tutor educacional, de acordo com as demandas e orientações do órgão estadual de educação;

XVI – promover a formação continuada em serviço, com o apoio do coordenador pedagógico, de acordo com princípios e metodologias da Tutoria; [...]. (GOIÁS, 2018. Grifos do autor).

Segundo a Lei supracitada, no capítulo XII, no que se refere à diretriz do trabalho do Tutor Pedagógico Educacional, afirma-se que um dos principais objetivos deste profissional será o de acompanhar a evolução de resultados obtidos nas avaliações externas, bem como a presença dos alunos nas avaliações externas, além da equipe Gestora ~~que o enxergue~~ reconhecê-lo como um líder em conjunto com todo o processo de ensino e aprendizagem.

Art. 39. Ao Tutor educacional compete:

I – Promover e desenvolver mecanismos internos que favoreçam a melhoria do desempenho de diretores e coordenadores pedagógicos das unidades escolares, com vista à gestão para resultados;

II – ampliar as ações pedagógicas nas unidades escolares com foco na melhoria da proficiência dos alunos, de modo a promover seu desenvolvimento dinâmico e coerente delas;

III – promover formação continuada em serviço de diretores e assessorar o trabalho dos coordenadores pedagógicos, a fim de melhorar a prática pedagógica dos professores;

IV – assessorar, planejar e acompanhar ações pedagógicas nas unidades escolares atendidas, tendo em vista os programas e projetos pedagógicos desenvolvidos pelo órgão estadual de educação;

V – conhecer a legislação educacional vigente e buscar a autoformação e capacitação funcional;

VI – orientar e participar da elaboração ou atualização do projeto político pedagógico e do regimento escolar das unidades escolares, observadas as Diretrizes Curriculares Nacionais, a Matriz Curricular de Referência e as normativas do Conselho Estadual de Educação;

VII – acompanhar a execução das ações propostas no plano de ação das unidades escolares, sugerindo intervenções necessárias ao alcance das metas;

VIII – participar da elaboração e execução dos conselhos de classe e trabalhos coletivos, com a realização posterior de devolutivas de avaliação para a equipe Gestora, consideradas as necessidades de intervenção.

Art. 40. A permanência do Tutor na função dependerá da média da pontuação alcançada pelas unidades escolares de sua responsabilidade, que deverá ser igual ou superior a 60% (sessenta por cento). (GOIÁS, 2018. Grifos do autor).

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), que são normas obrigatórias para a Educação Básica, orientam o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino que normalmente são discutidas, concebidas e fixadas pelo Conselho Nacional de Educação. Em se tratando das Diretrizes Operacionais da Rede Pública Estadual de Educação de Goiás (2020-2022), orientam o seguinte para o perfil diretor escolar:

Diretor da UEB: O diretor deve observar, pesquisar e refletir sobre o cotidiano escolar de forma a aprimorá-lo conscientemente, compreender os fatores políticos e sociais que interferem no cotidiano escolar para promover a integração com a comunidade construindo relações de cooperação que favoreçam a formação de redes de apoio e a aprendizagem recíproca;[...] administrar a unidade escolar em consonância com as diretrizes definidas pelo projeto político pedagógico, as deliberações do Conselho Escolar, o Regimento Escolar, as orientações da Secretaria de Estado da Educação e normas do Conselho Estadual de Educação; representar a unidade escolar perante a unidade de Coordenação Regional de Educação, Secretaria de Estado da Educação e as demais instâncias; cumprir as atribuições que lhe forem outorgadas pelo Conselho Escolar, pela unidade de Coordenação Regional de Educação e pela Secretaria de Estado da Educação; participar, semanalmente, de momento formativo em serviço, realizado pelo Tutor educacional, de acordo com as demandas da Secretaria de Estado da Educação (GOIÁS, 2020, p. 256-257).

A título de informação, o capítulo I informa o perfil dos Tutores Educacionais (TE) do CEPFOR de acordo com sua Diretriz (2020-2022), retratando sua postura frente às unidades escolares.

Partindo dessa premissa, podemos questionar a visão de gestão colaborativa e participativa, em que as funções estão correlacionadas para o sucesso, deixando claro que se isso não ocorrer haverá punições para ambos. O Gestor agora não é apenas um trabalhador da educação responsável pela totalidade de seu ofício dedicados ao ensino e aprendizagem, uma vez que compartilha com o Tutor Educacional Pedagógico, ações e informações relativas ao desenvolvimento do trabalho da equipe pedagógica. Assim, o Gestor assume a responsabilidade pelos processos administrativos no que se refere a questões estruturais e financeiras. Não é abandono de sua atuação no campo pedagógico. Durante a leitura das diretrizes e portarias clareiam as informações sobre quem é o responsável para acompanhar o currículo e ensino na escola. Essa função está nas mãos do coordenador pedagógico e do Tutor Educacional Pedagógico.

Pode-se dizer que o trabalho do Tutor Educacional Pedagógico se resume em conhecer, orientar, promover, desenvolver, ampliar, assessorar, planejar, acompanhar e participar da

situação de aprendizagem que vai além da escola. Sua ação chega até aos departamentos da Coordenação Regional de Educação.

O Tutor Educacional Pedagógico, através da sua experiência pedagógica, em outras unidades escolares, deve conjugar essa experiência buscando as transformações das ações pedagógicas em benefício da qualidade dos serviços prestados aos alunos. Nesse sentido, as unidades escolares devem se preparar para o planejamento educacional, através dos seus Projetos Políticos Pedagógicos e reuniões pedagógicas no final e início de ano, englobando todo o processo de ensino. Deve ainda acompanhar os processos de avaliações escolares e observar as estratégias de gestão que deram certo e as que fracassaram, e a partir desses pressupostos, elaborar estratégias para o ano seguinte. Dentre tantos aprendizados na educação, mencionar o que se passou no ano anterior às avaliações e mudanças de regras, além de rodízios de professores ou ausência deles por determinado tempo que é contado como ordem de importância para o aprendizado do aluno, dentre outros, é desafiador para que bons resultados possam ser gerados e mudanças ocorram.

Até então, apresentou-se o Tutor Educacional Pedagógico no espaço escolar ou na relação escola e Secretaria de Educação. Como perceber as demandas da educação sob a influência neoliberal nesse contexto?

Percebe-se que o Neoliberalismo, aqui entendido como um conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que defendem a não participação do Estado na economia, segundo Galvão (1997), prioriza como foco central o mercado e o consumo, descrevendo assim o postulado.²⁶ Tendo sua origem na Escola de Chicago, através das argumentações de dois economistas – Milton Friedman e Friedrich Hayek –, que durante a crise econômica nos anos de 1960 afirmaram que o Estado era o responsável pela crise, assim, passou-se a responder às demandas do mercado. No discurso Neoliberal, a educação deixa de ser parte do campo social e político para ingressar no mercado e funcionar conforme seus preceitos. Caberá à escola formar a mão de obra necessária para as demandas do mercado de trabalho, e, de preferência, alheia às contradições do Mundo do Trabalho.

Nesse sentido, destacam-se três objetivos relacionados ao que retórica neoliberal atribui como papel estratégico da educação:

1. Atrelar a educação escolar à preparação para o trabalho e a pesquisa acadêmica ao imperativo do mercado ou às necessidades da livre iniciativa. Assegurar que o mundo empresarial tem interesse na educação porque deseja uma força de trabalho qualificada, apta para a competição no mercado nacional e internacional. [...]

²⁶ Dicionário Oxford Language (2022) - Postulado que se considera como fato reconhecido e ponto de partida implícito ou explícito de uma argumentação.

2. Tornar a escola um meio de transmissão dos seus princípios doutrinários. O que está em questão é a adequação da escola à ideologia dominante. [...]
3. Fazer da escola um mercado para os produtos da indústria cultural e da informática, o que, aliás, é coerente com ideia de fazer a escola funcionar de forma semelhante ao mercado [...]. (MARRACH, 1996. p. 42-56).

Segundo o autor, isso se revela contraditório, principalmente quando se considera que o discurso neoliberal condena “a participação direta do Estado no financiamento da educação, na prática, não hesitam em aproveitar os subsídios estatais para divulgar seus produtos didáticos e paradidáticos no mercado escolar” (MARRACH, 1996, p. 56). Entende-se, portanto, que o Neoliberalismo aborda a escola no âmbito do mercado e das técnicas de gerenciamento, esvaziando o conteúdo político da cidadania, substituindo pelos direitos do consumidor. É como consumidores que o neoliberalismo observa os alunos e seus pais ou responsáveis.

Tais políticas públicas de Governo são muitas vezes influenciadas pelo sistema e perpassam todos os níveis de educação que, depois, promovem práticas pedagógicas não mais baseada em conteúdos fechados, mas sim na flexibilidade e nas competências solicitadas pelo sistema globalizado. Diante desta sociedade pós-industrial, surge a necessidade de um indivíduo que seja sempre aberto aos novos conhecimentos daquilo que seja necessário ao mercado de trabalho. Ainda com relação às determinações do campo econômico para o Ensino e Aprendizagem, à Educação Básica é outorgado o papel de uma formação do aluno voltada às demandas das políticas de Governo, não só nacional, assim passando por uma flexibilidade curricular que dê conta dos currículos mínimos a serem transmitidos para os alunos, referindo-se à Educação Básica que seja mais afinada com as tendências atuais da globalização e daquilo que se espera no mercado de trabalho.

2.2 Políticas Públicas como exigências da sociedade e o papel do Tutor Educacional Pedagógico nesse contexto

As políticas públicas, como qualquer ação humana, são definidas, implementadas, reformuladas ou desativadas com base na memória da sociedade ou do Estado em que tem curso (AZEVEDO, 2001). Portanto, constroem-se a partir das representações sociais que cada sociedade desenvolve a respeito de si mesma. Como pressuposto, a sociedade anseia por mudanças no contexto das políticas públicas, sejam elas de cunho mais centralizado ou liberalizante. Nesse panorama mudanças devem acontecer de maneira organizada, planejada e coerente com as políticas públicas destinadas à educação.

Em relação à política educacional, pode-se dizer que o vírus neoliberalizante não a contagia na mesma proporção em que atinge outras políticas sociais (AZEVEDO, 2001, p. 15). No entanto, para provocar resultados de forma imediata o Tutor Educacional Pedagógico foi colocado como interlocutor do programa de governo nas escolas. Diante disso, acompanha determinada instituição escolar, indicando metas a serem atingidas por esta instituição escolar. Todo planejamento educacional daquela instituição poderá obter um papel otimizado, produtivo e de valor construtivo e evolutivo, para qualquer profissional que trabalhe nesta ou em outra instituição. Diante disso, os poderes públicos transferem ou dividem suas administrativas, com base no que é feito no setor privado, como meio de estimular a competição e o aquecimento do mercado, sob o discurso de manter o padrão de qualidade na oferta dos serviços (AZEVEDO, 2001, p. 15).

No contexto das exigências pela qualidade a qualquer preço, a Tutoria Educacional Pedagógica foi implantada com pretensões de se tornar política de Estado, pois teve a sua origem como um programa pedagógico, com investimento de banco privado “Unibanco Itaúsocial”, e lógico com objetivos específicos, tanto que os servidores do período 2004 a 2014 recebiam os seus vencimentos nesse banco. O vínculo entre Estado de Goiás e a instituição bancária estava ligado a interesses comerciais. Os funcionários públicos teriam vínculo com a instituição através de suas contas correntes, e esta, por sua vez, atendia o Estado por meio de incentivos à promoção de cursos de formação continuada, inclusive para os tutores educacionais.

Em relação à formação continuada para professores e Gestores escolares, conforme estabelecido nas Diretrizes Operacionais da Rede Pública Estadual de Educação de Goiás (2020), cabe ao Tutor Educacional Pedagógico verificar se aquela instituição escolar está correspondendo às expectativas do que foi estipulado como políticas públicas de governo para o ensino e aprendizagem, bem como verificar se o Professor está exercendo as atividades de docente, embasado ainda em métodos tradicionais. Diante disso, a qualificação é o meio mais apropriado para o professor atender às demandas do Estado. “Assim, a qualificação exigida hoje deixa de basear-se no conhecimento especializado para converter-se na capacidade de sintetizar o conjunto de um processo em que elas estão inseridas” (CASALET, 1993, p. 25-27).

Assim, caberá ao Tutor, juntamente com a equipe pedagógica da escola, direcionar a todos para as questões da modernidade presente. A questão é capacitar o professor de acordo

com lousas digitais ou ainda para a utilização do quadro – de giz ou não –, entre o uso dos livros ou dos e-books²⁷.

Sobre isso, Freire (2003, p. 21) diz que “ao falar da construção do conhecimento, criticando a sua extensão, já devo estar envolvido nela, e nela a construção, está envolvido os alunos”. Contrapondo-se à visão mercadológica e fragmentada da educação capitalista, Freire propõe a educação problematizadora. Nessa forma de ação se proporciona uma relação de troca horizontal entre professor e o estudante, oportunizando a atitude de transformação.

Essa reflexão da práxis pedagógica com uma perspectiva epistemológica histórica argumentativa é bastante densa.

É no interior destas relações entre gestão, professores e alunos, que são constituídas tanto a ação pedagógica de uma prática baseada em uma perspectiva modernizadora de mundo com características produtivista, quanto o seu contrário, ou seja, a prática da resistência e de criação que privilegia formas e expressões econômicas, sociais e culturais oriundas da práxis criadora que gratifica grupos determinados, que deveriam ser mediados pela escola e pela ação crítica da prática do educador.

O sentido ético político do agir pedagógico poderia ser trabalhado pela mediação da educação não como apologia de uma manutenção destes grupos, econômicos e políticos, mas como resistência às tentativas de uniformização ideológica, de neutralização de tensões e interesses, objetivando uma finalidade desses organismos que surgem no próprio processo contraditório das práticas dos homens ao proporem produtos e serem produzidos.

A capacitação de um professor, tanto do ponto de vista teórico e epistemológico quanto dos processos de trabalho de ensino e aprendizagem, deve contribuir para que estes possam exercer a ação pedagógica com os alunos, de modo expressivo, entre as práticas ativas do senso comum e práticas ativas orgânicas, onde se fundem os conhecimentos do dia a dia e os conhecimentos elaborados, de modo a garantir a construção de um saber a todos como síntese dos conhecimentos universais.

René Descartes (1596-1650) deu sua contribuição ao método dialético para atingir a verdade, dizia ele no seu Discurso de método, é preciso proceder por análises e sínteses: a análise para atingir cada elemento do objeto ou fenômeno estudado e a síntese para a reconstituição do conjunto. Como veremos por Karl Marx (1818 – 1883) sugere também que todo método dialético procede por análise e síntese, chamando-os, respectivamente, de método de pesquisa e um método de exposição. [...] Para Jean-Jacques Rousseau (1712-1779), o indivíduo é condicionado pela sociedade. Mas só a partir de Friedrich Hegel (1770-1831), a dialética retorna ao centro da filosofia

²⁷ Termo de origem inglesa, e-Book é uma abreviação para “electronic book”, ou livro eletrônico: trata-se de uma obra com o mesmo conteúdo da versão impressa, com a exceção de ser, por óbvio, uma mídia digital. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/educacao/1519-o-que-e-e-book-.htm>. Acesso em: 22 jul. 2020.

“aplicação científica da conformidade às leis inerentes à natureza e ao pensamento, a via natural própria das determinações do conhecimento, das coisas e, de uma maneira geral, de tudo que é finito” (LALANDE, 1960:227) [...] A dialética é o momento negativo de toda a realidade, aquilo que tem a possibilidade de não ser, de negar-se a si mesma: o racional é real e o real é racional, como queria Kant. A ideia – a razão – é o próprio mundo em evolução (GADOTTI, 1998, p. 96).

A escola como um todo (direção, equipe pedagógica, professores, servidores administrativos, alunos e responsáveis) poderá criar uma identidade daquilo que é necessário para o conjunto das necessidades reais para a educação. E como ela está inserida nesse contexto de realidade global que são as redes sociais, acaba exigindo que não só o professor, mas todo o conjunto dos servidores da educação esteja pronto para as novas demandas tecnológicas e de um relacionamento além do presencial. Amplia-se a formação docente também para o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), confrontando, muitas vezes, o ideal de visão do projeto político de governo. Esta realidade foi mencionada por Dominique Wolton, um sociólogo francês estudioso na área de Ciências da Comunicação:

O problema, na realidade, não está no fato de que alguns terão acesso e outros não, uma vez que tudo é possível – com a condição de saber e de pegar, mas principalmente de saber qual será o nível de demanda. Ora, este está ligado a posição social de cada um: um dos efeitos da dominação sociocultural é justamente o de pedir só o que se tem (WOLTON, 2003, p. 96).

O importante é que no âmbito das políticas educacionais na atualidade política, em consonância com a comunidade escolar, além dos Tutores Educacionais Pedagógicos, venha a valorizar as fases de desenvolvimento do ser humano na sua amplitude cognitiva e subjetiva. Nessa linha de pensamento, a educação integral deve ser uma constante na busca por um ensino mais formativo e menos técnico, ou seja, o processo educativo é visto como responsável pela socialização política e, também, como fornecedor das bases do conteúdo do próprio poder, conteúdo que se traduz no acesso ao conhecimento e à informação, requisitos para o exercício de comportamento e de atitudes racionais (AZEVEDO, 2001, p. 20).

Com a evolução tecnológica, é natural que o perfil dos alunos também tenha mudado. Hoje, eles são muito mais conectados e possuem fácil acesso a todo tipo de informação, o que impacta diretamente na formação de todos os professores seja ele Gestor, coordenador ou Tutor. Assim, os professores que ministram suas aulas expõem conteúdos e atividades extracurriculares através de uma perspectiva de ensino e aprendizagem voltada para multiculturalidade, busca, além do dinamismo ético, cobrir uma carga de conteúdos que amplificará a qualificação do estudante de acordo com a realidade social e digital em que estão inseridos.

A escola e principalmente a sala de aula “são espaços em que se concretizam as definições sobre a política e o planejamento que as sociedades estabelecem para si próprias, como projeto ou modelo educativo que se tenta por uma ação” (AZEVEDO, 2001, p. 59). Nesse projeto ou modelo, o professor continua sendo o mentor em sala de aula, mas, além disso, ele agora é mediador e orientador do uso desta ciência cibernética, e está em constante busca de novidades para desenvolver o conhecimento teórico e prático dos alunos.

Antes de tudo, o professor precisa compreender as transformações políticas de governo quando relacionadas às questões de educação. Necessita ter formação para entender e analisar a proposta educacional imposta pelo sistema neoliberal global; entender a realidade e se posicionar como um crítico no contexto das ações políticas de governo endereçadas à educação e os seus perigos frente aos interesses econômicos e políticos com a educação. Assim, sabendo que de um modo geral todos os professores deverão se adaptar à realidade atual, num mundo em constante mudanças tecnológicas, mas com pouca sustentabilidade social, ambiental e cultural em favor da pessoa humana, poderá compreender e reivindicar as mudanças para uma educação problematizadora e transformadora, como mencionado por Freire (2003) em sua obra *Pedagogia da Autonomia*.

Nesse sentido, ao longo das últimas décadas houve uma grande evolução, sobretudo, nos países em desenvolvimento, nas matrículas, na redução da retenção escolar e no fruto da operacionalização da diretriz Educação para Todos, definida na Conferência de Jomtiem, em 1990, e dos esforços nacionais para alcançar os Objetivos do Milênio.

Uma das formas para visualizar se estes objetivos foram alcançados, no caso do Brasil, são os dados disponibilizados pelo Inep sobre as taxas de rendimento escolar. Nas tabelas 1 e 2 a seguir, é possível observar os dados dos rendimentos obtidos pelo Censo Escolar em escolas públicas brasileiras no período de 2018 e 2019, disponibilizados pela Plataforma QEdu.

Tabela 1 – Taxas de Rendimento (2018)

Taxas de Rendimento (2018)			
Proporção de alunos com reprovação ou abandono em 2018, segundo indicadores do INEP			
Ano: 2018	Rede Pública	Localização: Urbana e Rural	
Etapa Escolar	Reprovação	Abandono	Aprovação
Anos Iniciais	5,9%	0,8%	93,3%
	726.961 reprovações	104.313 abandonos	11.490.909 aprovações
Anos Finais	10,6%	2,9%	86,5%
	1.083.007 reprovações	295.912 abandonos	8.810.739 aprovações
Ensino Médio	11,5%	6,9%	81,6%
	710.907 reprovações	428.254 abandonos	5.052.806 aprovações

Fonte: Plataforma QEdu/Inep, 2018.

Tabela 2 – Taxas de Rendimento (2019)

Taxas de Rendimento (2019)			
Proporção de alunos com reprovação ou abandono em 2019, segundo indicadores do INEP			
Ano: 2019	Rede Pública	Localização: Urbana e Rural	
Etapa Escolar	Reprovação	Abandono	Aprovação
Anos Iniciais	5,1%	0,6%	94,33%
	616.272 reprovações	75.851 abandonos	11.490.909 aprovações
Anos Finais	9,2%	2,1%	88,7%
	927.794 reprovações	214.201 abandonos	8.925.293 aprovações
Ensino Médio	10,0%	5,4%	84,7%
	589.085 reprovações	315.966 abandonos	4.998.484 aprovações

Fonte: Plataforma QEdU/Inep, 2019.

Não faz parte do objetivo desta pesquisa analisar a diminuição ou o aumento das taxas de rendimento. Contudo, no contexto das transformações capitalista e de reformas, a educação, como ferramenta central para o desenvolvimento, deve ser considerada não mais exclusivamente na perspectiva da escolarização, mas, sobretudo, de forma estratégica da aprendizagem. Assim:

O motor deste desenvolvimento [...] será, em última análise, o que as pessoas **aprendem**, dentro e fora da escola, desde o jardim-escola até o mercado de trabalho. A nova estratégia do banco para dez anos procura alcançar este objetivo alargado de “Aprendizagem para Todos”, promovendo reformas nos sistemas de educação dos países e criando uma base global de conhecimento suficientemente forte para liderar estas reformas (BANCO MUNDIAL, 2011, p. 1. Grifo do original).

De acordo com o Banco Mundial, existe um espaço tempo entre os anos de escolarização e os conhecimentos e competências que os indivíduos precisam desenvolver para contribuir com o desenvolvimento econômico dos países onde está sendo realizado o investimento. Portanto, o sistema educativo formal, representado pela instituição escolar, estaria perdendo sua centralidade no processo de transmissão de conhecimentos e isso, em grande medida, seria decorrente de uma visão estreita e engessada do que significa educação.

Isso explica criação do Tutor Educacional Pedagógico, como um mecanismo de assessoramento desses investimentos na educação em Goiás – ser um fiscal ou um colaborador de resultados. Essa pode ser a definição do Tutor Educacional Pedagógico quando se trata de acompanhar a aplicação dos programas pedagógicos pelas unidades escolares.

Após a realização desses programas e suas ações, o tutor passa para a fazer a análise desses produtos (avaliações externas, aprovações, frequências dos alunos dentre outros processos avaliativos) em planilhas com relatórios descritivos e críticos desses resultados,

enviando tais resultados para os centros Regionais das CREs²⁸, que informará para a Superintendência Pedagógica de Educação da Secretaria do Estado de Goiás. Após análise pela Secretaria Estadual de Educação, serão redefinidos novos critérios de acompanhamento mais profundo pelos Tutores, para as escolas que se tornaram focal. Ou seja, as unidades de ensino que não se saíram bem nas avaliações externas do SAEGO e SAEB, aquelas com problemas de aprovação e de frequência, precisarão de um maior acompanhamento pedagógico desses Tutores Educacionais Pedagógicos até que tais unidades de ensino alcancem as metas determinadas pelo MEC.

Essas metas são norteadores das políticas educacionais nos dados da Prova Brasil e nas estatísticas do SAEB que estão disponíveis de forma pública na página do Inep. Com objetivos claros das avaliações em larga escala, e o que é definido em seus índices, busca-se detectar pontos metodológicos e epistemológicos sensíveis ao ensino e aprendizagem sobre os alunos da educação brasileira.

Aqui, em específico, a Educação do Estado de Goiás, assumem-se medidas que são referências com a Tutora Educacional Pedagógica, que acompanha e estimula para que toda a comunidade escolar venha a acompanhar e detectar os pontos fortes e fracos com objetivos em acompanhar a efetividade das políticas públicas, servindo como mais um parâmetro de prestação de contas dos educadores, conforme descrevem José Reinaldo Riscal e Maria Cecília Luiz (2016).

O fato do IDEB das Séries Finais, em 2013, não ter atingido a meta proposta pelo INEP em 19 das 27 Unidades da Federação, já deveria ser objeto de estudos e reflexões sobre o que está acontecendo com a educação brasileira, chamando governos federal, estadual e municipal, além da comunidade escolar (Gestores, professores e funcionários) para debaterem e se responsabilizarem por resultados tão ruins no país. A análise dessa informação em conjunto com outros indicadores pode revelar, ao mesmo tempo, características das escolas e sistemas educacionais com melhor desempenho no IDEB, que ensejem políticas públicas mais eficazes e padrões de ação mais assertivos sobre temas específicos, como mostram, por exemplo, os trabalhos desenvolvidos por Parandekar, Oliveira e Amorim (2008), Artoni (2012), Silva (2012) e Lucchesi et al. (2015). Os exemplos citados, aliás, são de particular interesse, pois evidenciam práticas que trazem, entre outros benefícios, o potencial de elevação do IDEB[...] (RISCAL; LUIZ, 2016, p. 149).

O imenso trabalho que não só os Tutores Educacionais Pedagógicos, mas toda a comunidade escolar com as diferenças estruturais físicas e com suas práxis nas várias Unidades

²⁸ Coordenação Regional de Educação – São computados 40 Regionais no Estado de Goiás, sendo cada regional com um número determinado por município Goiano conforme quantitativo de estudantes e facilidade de logística de acompanhamento em favor da Educação. Disponível em: <https://site.educacao.go.gov.br/coordenacoes-regionais/>. Acesso em: 25 jul. 2022.

de Ensino do Estado de Goiás, visto não apenas do ponto de vista socioeconômico, mas também dos diferentes sistemas de ensino em que muito dos alunos advêm de outros Estados com diferentes métodos de ensino e de aprendizagem como um dos problemas norteadores dentre outros, na qual o Tutor Educacional tentara evidenciar de acordo com um enfoque da sua última Diretriz de 2020 – 2022 é que a responsabilidade é de todos evidenciando que o IDEB é um potente aliado da gestão escolar, que poderá utilizá-lo tanto como ferramenta de planejamento, ao se conhecerem características da gestão escolar que o influenciem, como para acompanhar o impacto de suas ações no desempenho escolar, dentro de princípios de governança e que se articulem aos processos de uma gestão democrática.

2.3 A receptividade do Tutor Educacional Pedagógico no Sistema de Ensino da Regional de Anápolis-GO

O projeto de sociedade, é construído pelas forças sociais que têm poder de voz e de decisão e que por isto, “fazem chegar seus interesses até o estado e à máquina governamental, influenciando na formação das políticas ou dos programas de ação” (AZEVEDO, 2001, p. 60). O trabalho exercido pelo Tutor Educacional Pedagógico pode ser complexo, uma vez que atua no sentido de fazer chegar nas escolas as diretrizes propostas pelo Estado. Portanto, pode ainda recolher as demandas da sociedade escolar e fazer chegar até os formuladores de políticas educacionais a nível de governo.

Nesse contexto, o trabalho do Tutor Educacional Pedagógico deve buscar a colaboração e a participação da equipe Gestora da unidade escolar de forma que seja desenvolvido, organizado e planejado, seguindo a organização de uma empresa no município onde atua, em um cenário em que o cotidiano escolar foi impactado por problemas de ordem macroestrutural que afetaram a microestrutura da sala de aula. A mudança de valores, o desemprego crescente a fragilização da educação como mecanismo de ascensão social e a própria desvalorização do professor como sujeito que trabalha com o conhecimento, provocaram situações de desconforto e desânimo.

Entre os fatores que alteraram o cotidiano escolar e que refletiram na interferência da macroestrutura na educação nos últimos tempos, está a aplicação de políticas educacionais formadas sob o modelo de grandes pacotes reformistas que transformaram o que ensinar, como ensinar e a própria estrutura de gestão e organização das escolas públicas. Nessa relação o antagônico Tutor Educacional Pedagógico é o fiscalizador dessas políticas governamentais que passaram a ser regidas pela ordem do mercado. De acordo com Oliveira (2003, p. 45), as

reformas que foram implementadas nas escolas públicas nesse período estavam “afinadas com as orientações globais para a educação, verificando-se forte relação entre a política educacional, a política econômica e o papel do Estado na democratização do Ensino”, conforme a visão dessa política quando relacionada à educação do país e estadual.

Implantado os anseios das políticas de momento, o Tutor Educacional Pedagógico tem um papel fundamental para que tais programas ou projetos de governo obtenha um trabalho colaborativo e participativo e que seja essencial na organização e planejamento didático e técnico, uma vez que, além do acompanhamento pedagógico da escola, o Tutor realizará reuniões constantes com a equipe Gestora, com um constante acompanhamento nos desenvolvimentos dos trabalhos técnicos e pedagógicos na unidade escolar, acontecendo de forma semanal, com objetivos em estabelecer um cronograma de trabalho no sentido de colocar os programas e projetos das políticas educacionais em prática.

Tem também as trocas de experiências e o compartilhamento de resultados, problemas e dúvidas, além da identificação e discussão das demandas dos professores, dificuldades dos alunos em consonância com as ideias do Gestor, Tutor e Coordenador, que na lógica de trabalho em equipe, facilitará e muito o planejamento escolar e a segurança de todos que trabalham naquela instituição. Nesse sentido, grupos que atuam e integram cada setor vão lutar para que suas demandas sejam atendidas e inscritas na agenda dos governos (AZEVEDO, 2001, p. 62-63).

Sabe-se que o Gestor é um articulador na unidade escolar, desde a estruturação física, de compras de materiais didáticos e merenda escolar ou na gestão educacional em si, uma vez que é o representante legal da instituição escolar. Nesse sentido, o Tutor Educacional trouxe alívio ao Gestor no tocante às responsabilidades pedagógicas.

Mesmo não estando presente cotidianamente na unidade escolar, os tutores repassam informações sobre projetos e propostas enviadas pela Coordenação Regional de Educação dos Municípios, ao Gestor, Coordenação Pedagógica ou de Turno e estes, aos Professores. Conforme essas ações, programas ou projetos, são realizadas devolutivas ao Tutor e através de um cronograma, normalmente realizado pela SEDUC-GO, com o início, desenvolvimento e encerramento, feito a cada projeto, ou ação pedagógica, ou avaliações – sejam elas como treinamento e válidas –, são realizadas as correções ou análises, sendo posteriormente repassadas ao Tutor Educacional Pedagógico em relatórios, planilhas, gráficos dos trabalhos realizados pelos professores aos alunos. Esses relatórios são sínteses dos projetos institucionais desenvolvidos pelos alunos e orientados pelos professores de forma interdisciplinar por área de conhecimento.

Após análise e repasse dos trabalhos realizados pela equipe escolar ao Tutor, caberá a ele repassá-los à equipe pedagógica da CRE, que fará a devolutiva para a SEDUC-GO. Depois de um determinado período, conforme cada programa ou projeto das políticas de Governo relacionados à Educação, o órgão da Superintendência Pedagógica da SEDUC-GO faz um comparativo do desenvolvimento da evolução de todo o ensino e aprendizagem para aquele bimestre ou outros comparativos, conforme os cronogramas dos programas ou projetos educacionais de anos anteriores.

Para cada instituição de ensino da rede estadual pública de ensino, cabe ao Gestor desta instituição, a leitura e reflexão dos relatórios informados pelo Tutor Educacional Pedagógico, de acordo com os resultados – positivos e negativos –, para que sejam feitas as interferências necessárias com os fatores negativos e, para os positivos, ações que permaneçam ou evoluam, conforme as políticas e ações no que se refere ao ensino e aprendizagem. Tal procedimento ocorre juntamente com toda a equipe Gestora e com o acompanhamento do Tutor Educacional Pedagógico, dando continuidade a essas informações, construindo, assim, uma rotina escolar com as informações desses relatórios, planilhas etc., bem como o contínuo acompanhamento dos projetos, se estão de acordo com o Projeto Político-Pedagógico (PPP) do ano em curso ou, ainda, se está de acordo com o orçamento e as condições de trabalho.

Caso o Gestor discorde de alguns dos termos descritos no relatório, ele poderá sugerir que o Tutor corrija possíveis erros ou algo que não concorde. Após diálogos coerentes e de veracidade legal, aí sim o relatório poderá ser assinado por ambos. Isso garante que o Gestor não fique à margem do processo de ensino e aprendizagem.

E mesmo sabendo que vivemos numa sociedade em movimento num contexto de globalização no ensino, as mudanças de época exigem também a transformação dos métodos e técnicas sendo utilizados pelas pessoas. A gestão escolar nesse contexto é levada a desempenhar funções e atribuições, em conformidade com as necessidades do cenário social, econômico e político em que nos encontramos.

[...] administrar uma escola pública não se reduz à aplicação de uns tantos métodos e técnicas, importados, muitas vezes, de empresas que nada têm a ver com objetivos educacionais. A administração escolar é portadora de uma especificidade que a diferencia da administração especificamente capitalista, cujo objetivo é o lucro, mesmo em prejuízo da realização humana implícita no ato educativo. Se administrar é usar racionalmente os recursos para a realização de fins determinados, administrar a escola exige a permanente impregnação de seus fins pedagógicos na forma de alcançá-los (PARO, 2000, p. 07).

Com enfoque nas constantes atualizações de acordo, com o que está presente nas políticas econômicas e sociais, referindo-se à educação, Governo, SEE-GO, representados pelo

Tutor Educacional Pedagógico, CRE e as instituições de ensino devem ter uma consciência do seu papel pedagógico, pois o produto de todas as ações da gestão, bem como de toda a equipe da escola (docentes, alunos e funcionários educacionais) deve ser desenvolvido tendo como objetivo a aprendizagem do aluno como um ser completo, focado no desenvolvimento intelectual, social, humano, e espiritual.

Nesse sentido, a formação integral é uma abordagem que desenvolve as pessoas para além da dimensão intelectual, ou seja, focando o aluno no aprimoramento das habilidades físicas, culturais e sociais. A partir do momento em que os todos tomam posse desse saber, todos os seus esforços se traduzirão em técnicas para garantir um processo de educação que se dê de maneira cabal. Por consequência, a gestão começa a ganhar um formato justo, onde todos buscam em conjunto a sua verdadeira democratização, que a melhoria do ensino, como afirma Saviani (2009, p. 101).

A educação escolar corresponde à cultura erudita. Rege-se pelos padrões eruditos, sua finalidade é formar o homem “culto” no sentido erudito da palavra, seu conteúdo e sua forma são eruditos; é, enfim, o principal meio de difusão da “cultura erudita”. Aquilo que chamamos, na falta de uma expressão mais adequada, de “educação difusa” corresponde à “cultura de massa”. Participa praticamente de todas as características da referida “cultura” de tal modo que se pode mesmo dizer que se identifica com ela. Seu principal instrumento de difusão são os meios de comunicação de massa. Enfim, a educação popular corresponde à “cultura popular”.

Em uma sociedade que busca organizar-se, a existência de políticas educacionais que garantam seu bom caminho e que proporcionam os meios necessários para garantir o cumprimento de atribuições específicas, bem como de manter direitos e deveres vigentes. Já não é novidade perceber que questões sociais estão presentes no cotidiano escolar.

No que diz respeito ao ensino e aprendizagem dentro das instituições de educacionais, mesmo com influência política, ele tem um papel importante nas suas atribuições, dentro do papel real do currículo das teorias didáticas e suas constantes atualizações quando se relaciona com questões políticas, ao passo da preocupação necessária com o processo pedagógico condizente à aprendizagem, o que caracteriza a democratização da gestão e que poderá dar origem a uma gestão com moldes empresariais.

2.4 Resultados e discussão da pesquisa com os Tutores Educacionais Pedagógicos

As atividades desenvolvidas no campo educacional ainda mantêm a predominância do sexo feminino como demonstrado a seguir. Portanto, para entender melhor esse profissional Tutor Educacional Pedagógico, buscou-se dados sobre sexo, formação idade e cargo, que foram

fornecidos pela CRE – Anápolis-GO²⁹.

Tabela 3 – Quadro Funcional dos Tutores Educacionais da SEDUC

Cargo	Formação	Formação	Data de Nascimento	Idade
P-IV	Ciências Biológicas	Mestrado	02/12/1973	47
P-IV	Educação Física	Especialista	03/09/1979	41
P-IV	Letras	Especialista	03/06/1971	49
P-IV	Pedagogia	Especialista	23/06/1974	46
P-IV	Letras	Cursando Mestrado	21/06/1979	41
P-IV	Letras	Especialista	09/11/1967	53
P-IV	Geografia	Especialista	23/10/1974	46
P-IV	Pedagogia	Especialista	16/05/1971	49
P-IV	Ciências Biológicas	Especialista	25/04/1980	40
P-IV	Matemática	Especialista	24/06/1970	50
P-IV	Letras	Especialista	05/08/1967	53
P-IV	Pedagogia	Especialista	11/09/1975	45
P-IV	Matemática	Especialista	26/04/1967	53
P-IV	Letras	Especialista	06/10/1972	48
P-IV	Letras	Especialista	08/06/1968	52
P-IV	Matemática	Especialista	17/10/1977	43

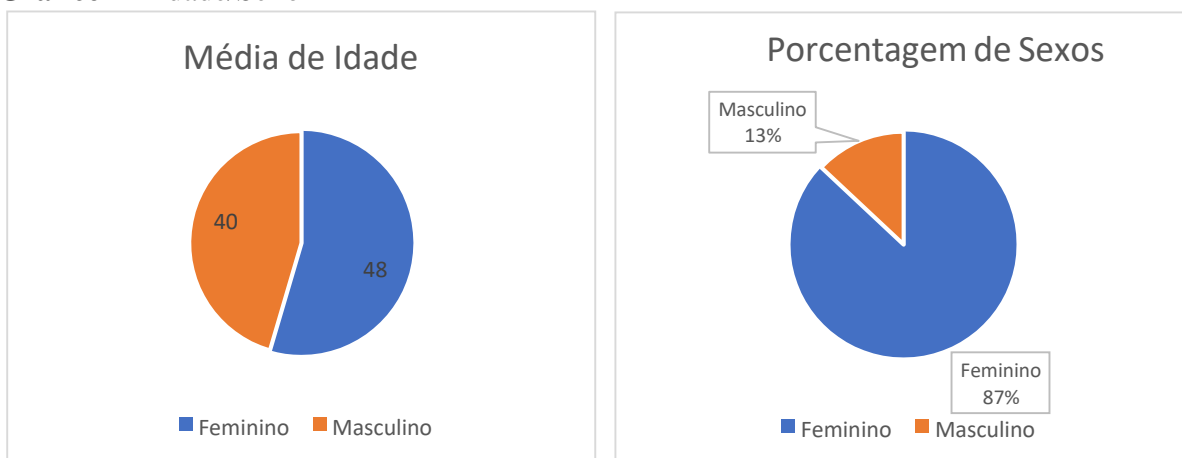
Fonte: CRE – Regional de Anápolis-GO, atualizado no dia 20/12/2020.

Os resultados aqui expostos foram coletados de forma indireta e elaborados a partir de dados previamente reunidos pela coleta direta, observando o quantitativo de Tutores Educacionais Pedagógicos, sexo, formação (graduação, especialização e mestrado, doutorado) e idade.

Os resultados obtidos para os dados dos Tutores Educacionais foram:

- Média de idade dos Tutores: aproximadamente 47 anos;
- Media da idade do sexo feminino: 48 anos;
- Media da idade do sexo masculino: 40 anos;
- Porcentagem do sexo feminino: 87%;
- Porcentagem do sexo masculino: 13%.

²⁹Obs.: Não colocaremos os nomes desses profissionais, mas sim números, para assegurar a sua privacidade e evitar possíveis transtornos.

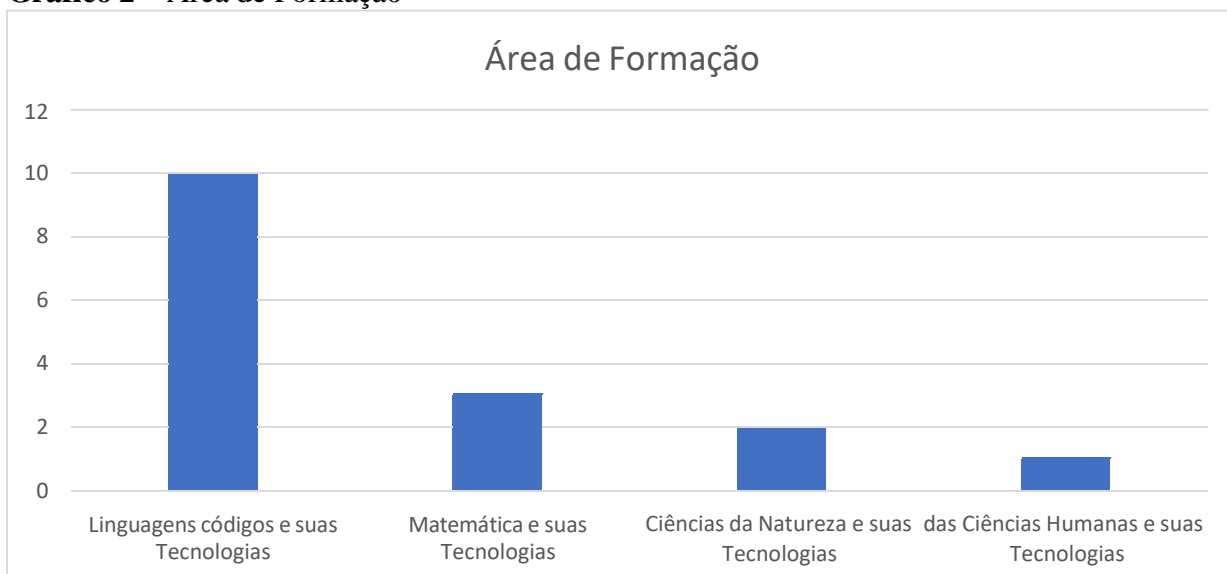
Gráfico 1 – Idade/Sexo

Fonte: CRE – Anápolis: 20/12/2020

O diagnóstico acima torna a pesquisa instigante, não por ser repetitiva quando mostra o predomínio das mulheres na educação e em seus diferentes níveis de atuação, mas, há uma maior participação das mulheres em outras funções e cargos com maior escolaridade e melhor desempenho. As informações também demonstram mudanças na participação do homem na atuação pedagógica, uma vez que os dados deram aos homens 13% de participação no cargo de Tutor Educacional Pedagógico, sendo todos do quadro efetivo do magistério público.

Fica o registro das categorias das profissões, segundo as suas áreas de conhecimento, que também indicam um outro fator curioso sobre a predominância nesta função. Na área de Linguagens códigos e suas Tecnologias, são 10 profissionais em atuação; 03 na área da Matemática e suas Tecnologias; 02 nas áreas das Ciências da Natureza e suas Tecnologias e somente 01 na área das Ciências Humanas e suas Tecnologias. Aqui cabe uma observação, dentro da área de Linguagens e suas Tecnologias está a Pedagogia³⁰ que, de acordo com a nova matriz da BNCC, faz parte deste componente curricular.

³⁰Consideram-se os Profissionais com licenciatura em Pedagogia, pela qual estão aptos a lecionarem a disciplina de Arte e de acordo com a matriz curricular do Estado de Goiás e a DGGO – BNCC (2020) e que faz parte no seu componente curricular.

Gráfico 2 – Área de Formação

Fonte: CRE – Anápolis: 20/12/2020.

O que nos surpreendeu é o quantitativo de professores com formação em Mestrado, considerado um dos requisitos para a seleção desse servidor para exercer a função de Tutor Educacional Pedagógico, segundo as Diretrizes Básica da Educação (2020-2022), e pela Portaria n.º 0004/2020 – GAB/SEDUC, ao descrever sobre o perfil deste profissional, que deve “**preferencialmente** possuir especialização Lato Sensu e/ou Stricto Sensu (mestrado ou doutorado) na área da Educação e experiência em gestão de projetos” (GOIÁS/SEDUC, 2020, p. 274. Grifo do autor).

Nesse universo, para alcançar 100% dos dados coletados dos servidores da educação modulados como Tutores Educacionais Pedagógico da cidade de Anápolis-GO, foi utilizado o método quantitativo como parte da metodologia científica que tem por objetivo coletar, simplificar, analisar e modelar dados. Portanto, seu aspecto mais relevante foi o que permitiu realizar previsões e projeções que podem auxiliar no processo de tomada de decisões. Nesse sentido, comparou-se os dados levantados sobre este profissional em estudo, o Tutor Educacional Pedagógico, comparando com os dados de outros profissionais da educação. Isso foi feito com informações do Inep de 2018, que apontam, por exemplo, que grande maioria de professores que atuam na Educação Básica é do sexo feminino; do total de 2,2 milhões de professores que trabalham nesse nível de ensino, 1,8 milhões são mulheres, ocupando assim 81% da categoria.

Isso acontece porque durante muito tempo, a educação de modo geral foi responsabilidade da mulher, pois, antigamente entendia-se que a mulher era possuidora de dons naturais para cuidar, tornando a educação infantil uma vocação, e não uma profissão. Isso é o

que aponta a tese "Relações de Gênero e Trabalho Docente na Educação Infantil: um Estudo de Professores em Creche", de Deborah Thomé Sayão (2005).

Os educadores também precisam estar preparados para enfrentar desafios de dentro e fora da sala de aula. As exigências para este/a profissional no sentido de atingir metas estatísticas a todo custo, agrava-se mais quando se sabe que a maioria desses profissionais assume carga de trabalho excessiva, uma vez que ainda são responsáveis pelas tarefas domésticas. Isso também se apresenta como desafio para manutenção da saúde mental, e social. Saviani diz que "O dominado não se liberta se ele não vier a dominar aquilo que os dominantes dominam. Então, dominar aquilo que os dominantes dominam é condição de libertação" (SAVIANI, 1999, p. 66).

De acordo com as últimas pesquisas, professoras continuam enfrentando os mesmos desafios duplos, dar conta das atividades pedagógicas de resultados, e ainda ter que lidar com as situações domésticas.

O primeiro passo para emancipação – e não o último - seria a incorporação da mulher no trabalho social produtivo. Para Engels (e para Marx) a emancipação da mulher, sua igualdade de condição com o homem é e continuará impossível enquanto a mulher for excluída do trabalho social produtivo e tiver de limitar-se o trabalho privado doméstico. Para que a emancipação se torne factível é preciso, antes de tudo, que a mulher possa participar da produção em larga escala social e que o trabalho doméstico não a ocupe além de uma medida insignificante (BUONICORE, 2007, p. 3).

Os dados refletem a realidade de milhares de educadoras do sexo feminino espalhadas pelo território nacional, isso porque são elas, que preparam a população para o mercado de trabalho e para a cidadania. Assim sendo, é nesse contexto que está inserido o Tutor Pedagógico Educacional, com múltiplos papéis a desempenhar. Como mãe, esposa, dona de casa, profissional pedagógico, quando acompanha o desempenho pedagógico da escola, profissional técnico, quando acompanha o desempenho dos profissionais administrativos, além de ser aquele que elabora relatórios, informando aos superiores o andamento quinzenal da unidade escolar.

Como contraponto à visão empresarial da educação estadual, vamos aos poucos incorporando a preocupação com os vínculos entre saberes escolares e saberes sociais; entre currículo e cultura, trajetórias pessoais e trajetórias escolares, tanto dos alunos quanto dos professores, produção do conhecimento e diversidade cultural, num ambiente marcado pela pós-verdade ou verdade aparente, em que a liberdade passa a ser controlada.

Esse pressuposto é possível porque, em princípio, realidade e língua se relacionam apenas em uma dimensão imaginária da discursividade fundadora de sentidos e sujeitos: "a

dimensão imaginária de um discurso é sua capacidade para a remissão de forma direta à realidade. Daí seu efeito de evidência, sua ilusão referencial” (ORLANDI, 2012, p. 32).

2.4.1 Análise dos dados obtidos na pesquisa com os Tutores Educacionais Pedagógicos de Anápolis-GO

Esse estudo envolveu um levantamento de dados que perpassou toda a elaboração desta dissertação, com o propósito de compreender para explicar a realidade estudada sobre as características pessoais e profissionais do Tutor Educacional Pedagógico, suas funções de/e sobre trabalho no ambiente educacional, suas emoções e perspectivas de futuro sobre este profissional. Nesse sentido, foram entrevistados diversos profissionais da educação em determinadas escolas da Regional de Anápolis, na busca de conhecer a estrutura educacional imposta pela Secretaria Educacional de Educação do Estado de Goiás, seus paradigmas atuais e o legado histórico.

A pesquisa de campo foi realizada nas próprias Escolas Estaduais de Ensino da Regional da cidade de Anápolis-GO, Conveniadas e Militares³¹, dividida por seções, com Diretores e alguns Coordenadores das Escolas Militares, já que os diretores dessas unidades de ensino são do comando da Polícia Militar do Estado de Goiás. Como uma das características para ser Tutor é ter exercido cargo de liderança, conforme disposto nas Diretrizes Operacionais da Rede Pública Estadual de Educação de Goiás (2020-2022), o cargo de Coordenador Pedagógico dessas instituições de ensino lhe garante essa característica.

As entrevistas ocorreram através da plataforma de aplicativo no *Google Forms*, com o intuito em facilitar o deslocamento e o tempo. Já com os Tutores Educacionais Pedagógicos, existiu entrevista pessoal com três desses Profissionais e na própria Coordenação Regional do Estado (CRE) de Anápolis-GO. Já com os outros Tutores, a pesquisa foi pela plataforma no *Google Forms*.

Segundo Gonçalves (2001, p. 67), a pesquisa de campo é do tipo que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. “Ela exige do pesquisador um encontro

³¹ Escolas Militares ou as cívico-militares são instituições públicas comuns em que a gestão administrativa e de conduta são responsabilidade de militares ou profissionais da área de segurança, enquanto a gestão pedagógica fica sob a responsabilidade de pedagogos e profissionais de Educação. Já as Escolas conveniadas são utilizadas para designar unidades de ensino de natureza particular, com ou sem fins lucrativos que, frente a situações de demanda no município, são convidadas a estabelecer parceria com o poder Público, a fim de recepcionar turmas destinadas pela Secretaria Estadual ou Municipal de Educação, ou seja, são parceiras do governo, que absorvem alunos que não encontram vagas na rede pública. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/2008/orientacoes_convenios.pdf. Acesso em: 20 jun. 2022.

mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...]”. Tal pesquisa contou com uma amostra não probabilística, intencionalmente constituída pelos Diretores Escolares, coordenadores e Tutores Educacionais Pedagógicos. A partir dessa amostra, foram definidos três sujeitos: 1) Tutores Educacionais Pedagógicos; 2) Ex-Tutores Educacionais; 3) Diretores/Coordenadores.

A seguir, um quadro demonstrativo da pesquisa com Tutores da Regional de Anápolis Ex-Tutores, Número de Escola Públicas com seus respectivos Gestores e Escolas Militares e Conveniadas.

Quadro 2 – Sujeitos da Pesquisa e quantitativo de entrevistados

Sujeitos da Pesquisa	Quantidade de Profissionais	Quantitativos de entrevistados
Diretores e/ou Coordenadores	83	24
Tutor Educacional Pedagógico	14	12
Ex-Tutor Educacional Pedagógico	42	8

Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2021).

Quadro 3 – Total de Instituições de Ensino Estaduais na Regional de Anápolis-GO

Instituição de Ensino	Quantitativo	Quantitativo de entrevistados
Estaduais Públicas	76	24
Militares	3	3
Conveniadas	4	4

Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2021).

2.4.2 Conhecendo os Tutores Educacionais Pedagógicos de Anápolis-GO

Nessa seção pretende-se conhecer um pouco sobre os sujeitos da pesquisa que responderam ao questionário. A saber: 12 Tutores da Regional de Anápolis-GO em um universo de 14 Tutores Educacionais; 32 Gestores da Regional de Anápolis-GO entre Escolares Públicas, Conveniadas e Militares em um universo de 83 Gestores; e, 08 Ex-Tutores Educacionais Pedagógicas, Tutoras ou Dupla Pedagógica que já trabalharam como Tutora ou Dupla Pedagógica na rede pública, de educação. Vale destacar que os entrevistados concordaram em participar da pesquisa.

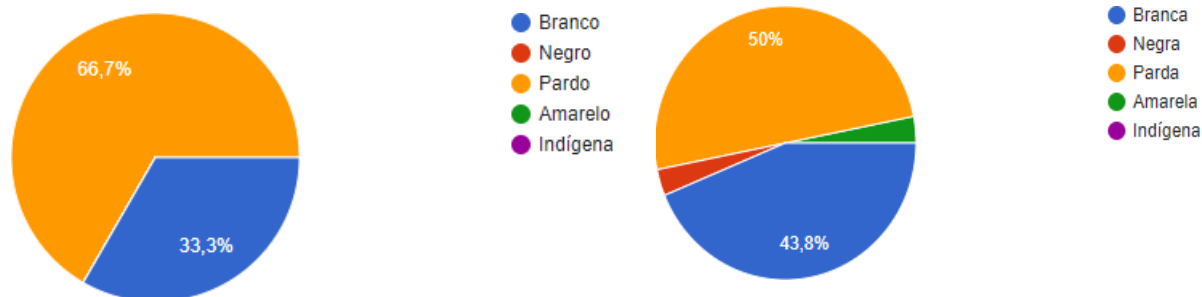
Objetivando compreender melhor os dados, sentiu-se a necessidade de organizá-los por agrupamentos. Assim, para melhor representá-los, organizou-se a apresentação dos dados a partir do total de Gestores e Coordenadores Pedagógicas de alguns Colégios Militares da

Regional de Anápolis-GO³², e, em seguida, foram distribuídas em Escolas Militares, Conveniadas e Públicas.

A presença dos Gestores e Coordenadores Pedagógicas no levantamento de dados é importante uma vez que participaram direta ou indiretamente da pesquisa. Diretamente porque respondem pela Gestão da escola e estão envolvidos nas questões pedagógicas nas quais o Tutor Educacional Pedagógico atua. E, indiretamente porque é o coadjuvante da pesquisa. A presença de Ex-Tutores ou Dupla Educacional Pedagógica foi necessária para expor suas memórias do tempo em que exerceram a função.

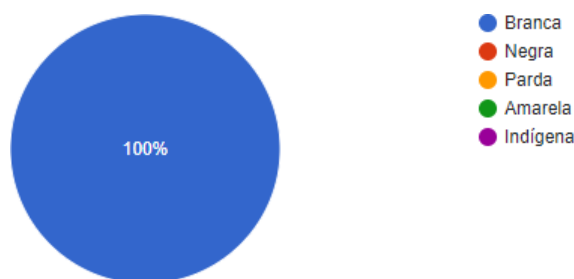
³² Muitas pessoas costumam colocar similaridades entre as Escolas Conveniadas com as Militarizadas, mas elas possuem características distintas inclusive na sua legislação. As escolas ditas conveniadas são utilizadas para designar unidades de ensino de natureza particular, com ou sem fins lucrativos que, frente a situações de demanda no Município ou Estado são convidadas a estabelecer parceria com o poder público, a fim de recepcionar turmas destinadas pela Secretaria Municipal de Educação ou Secretaria Estadual de Educação. O diferente das instituições Militares, como um processo de implementação desses colégios, é a mescla entre a escola estadual e a escola militar. Na primeira, a gestão é feita por pedagogos e por outros profissionais da área de Educação, já na segunda, a gestão fica sob a responsabilidade apenas dos militares. No Estado de Goiás, até 2007, o processo de implementação de Colégios transferidos para a Polícia Militar (PM) de Goiás caminhou mais discretamente e contabilizou-se o total de seis unidades de Colégios da Polícia Militar. A partir de então, houve uma escalada no crescimento do número desses Colégios. Segundo Alves, Toschi e Ferreira (2022), nos anos de 2013, foram criadas 18 unidades de CPMG (Comando de Ensino Policial Militar de Goiás), sendo que em 2015 eram 15 unidades e em 2017 já eram 25 unidades da CPMG, quando se atingiu um pico na elaboração de leis e na implementação de unidades criadas anteriormente. Ainda segundo esses autores, a expansão do número de colégios militarizados levou à criação de um subsistema de Ensino na rede pública estadual de Goiás. O governo do Estado, por meio da Lei nº 19.679, de 13 de junho de 2017, criou a superintendência de Coordenação dos colégios militares e a Gerência de Coordenação dos colégios militares, atribuindo novo *status* a esses colégios, expressando uma nova lógica organizacional da rede estadual de Goiás. Em nível Federal, essas escolas foram criadas pelo Governo Federal em 2019, através de Portarias nº 40, de 22 de janeiro de 2021, que altera a Portaria nº 1.071 de 24 de dezembro de 2020, que regulamenta a implantação progressiva nacional de Escolas Cívico-Militares. A Portaria nº 852 de 28 de outubro de 2021 regulamenta a certificação das Escolas Cívico-Militares e a Portaria nº 406, de 06 de junho de 2022, alterou a Portaria MEC nº 852 de 28 de outubro de 2021. Essas unidades também são chamadas de ECMIs (Escolas Cívico-Militares) com o apoio dos militares no processo de ensino aprendizagem de escolas públicas brasileiras em áreas educacionais. A implantação dessas unidades de ensino é feita pelo Ministério da Educação em parceria com o Ministério da Defesa, com a participação dos estados, municípios e Distrito Federal. A proposta do Ministério da Educação é implantar no Brasil 216 escolas cívico-militares até 2023 com um total de 54 por ano. Esse modelo justifica a si mesmo dizendo que tem o objetivo de melhorar a disciplina, considerada um problema por Gestores, professores e pais de alunos, além do processo de ensino-aprendizagem, baseando-se no que consideram alto nível dos Colégios Militares do Exército e do Corpo dos Bombeiros Militares. Portanto, os defensores desse modelo argumentam que o alto nível de aprendizagem dessas escolas está associado à disciplina como fator importante. A LDB/1996 prevê, no art. 83, que: “O ensino militar é regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino.” Os aproveitamentos e adaptações podem sofrer, nas instituições de ensino, tratamento absurdo e irregular. A crítica a esse modelo destaca-se por entender que existem interesses em controlar através da obediência com objetivo em manter a natureza autoritária no processo do educar, como apontou Cruz (2017), quando aborda a disciplina no contexto da educação militar a partir de uma visão de controle a obediência. A indisciplina em sala de aula nas escolas públicas das redes militarizadas é instantaneamente podada, com a finalidade de reestabelecer a ordem, pois a abordagem de disciplinas destas escolas enfatiza os fundamentos militares que se traduzem mediante punições e com transferências do educando para outros estabelecimentos de ensino, que normalmente não são militarizadas.

Gráfico 3 – Raça/Etnia - Para você, qual é a sua raça/cor?



Fonte: Pesquisa com Tutores Educacionais Pedagógicos da Regional de Anápolis-GO (2021).

Fonte: Pesquisa com Gestores Educacionais da Regional de Anápolis-GO (2021).



Fonte: Pesquisa com Ex-Tutores Educacionais Pedagógicos (2021) da Regional de Anápolis-GO (2021).

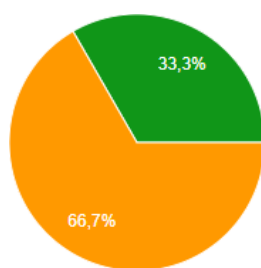
É importante destacar que para ser Tutor Educacional Pedagógico, como já mencionado antes, um dos requisitos é que tenha exercido algum cargo de liderança.

Seguindo este propósito, observa-se que nos dados obtidos, a porcentagem da equipe Gestora e das atuais Tutoras Educacionais Pedagógicas revela que a grande maioria é da cor parda, ou de profissionais da cor branca. Mesmo considerando que o Estado de Goiás e a cidade de Anápolis tenha uma grande proporção de habitantes pretos, o estudo mostra que eles ainda são a minoria nos cargos de liderança e de Tutoria Educacional Pedagógico.

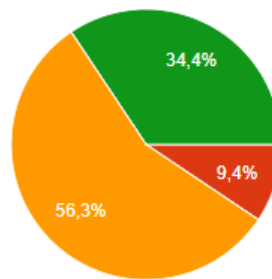
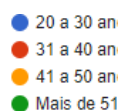
Uma minoria declarou ser da cor negra ou amarela e nenhum dos profissionais se declarou indígena. Observa-se essa mesma conclusão para as Ex-Tutoras, em que nenhuma das profissionais da educação se declararam de qualquer outra cor, a não ser branca.

Em relação à idade (Gráfico 4), observa-se o predomínio da faixa etária acima de 51 anos, seja com os Tutores, Gestores/Coordenadores ou Ex-Tutores.

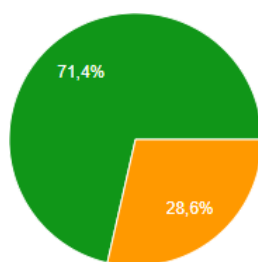
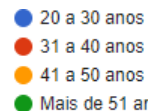
Gráfico 4 – Idade



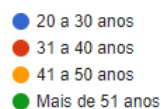
Fonte: Pesquisa com Tutores Educacionais Pedagógicos da Regional de Anápolis-GO (2021).



Fonte: Pesquisa com Gestores Educacionais da Regional de Anápolis-GO (2021).



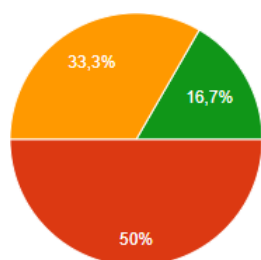
Fonte: Pesquisa com Ex-Tutores Educacionais Pedagógicos (2021)



A experiência tem uma fundamental importância como base de aprendizagem e histórica. É a partir dela que se dispõe ou se questiona a participar de alguns programas ou projetos de desenvolvimento, promovendo relações sistemáticas das pessoas com outras pessoas e propósitos, fazendo-as compreender o significado de suas ações para com o outro por meio daquilo que já foi aprendido.

Assim, observa-se com esta pesquisa que a grande maioria já possui uma vida de serviços para a educação e com sua própria vida, ou seja, com mais de 40 anos de idade, a grande maioria já possui experiências de vida e provavelmente acadêmica.

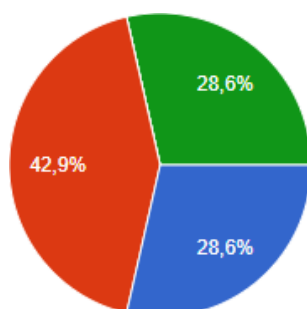
Quanto ao nível de escolaridade, os dados encontram-se expressos no Gráfico 5, a seguir.

Gráfico 5 – Nível de escolaridade

Fonte: Pesquisa com Tutores Educacionais Pedagógicos da Regional de Anápolis-GO (2021).

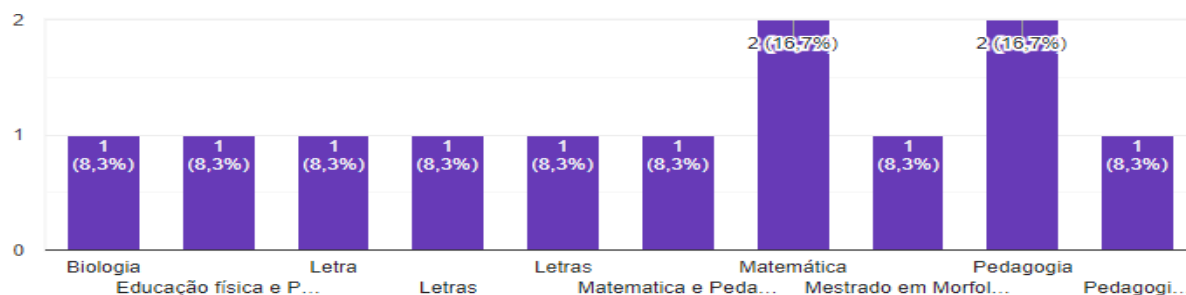


Fonte: Pesquisa com Gestores Educacionais da Regional de Anápolis-GO (2021) (2021).



Fonte: Pesquisa com Ex-Tutores Educacionais Pedagógicos (2021) (2021).

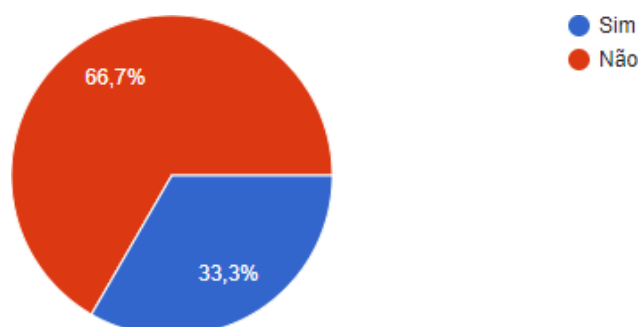
A grande maioria entre Tutores possui o nível de especialização, mas um fator interessante é a grande preocupação em especializar-se na formação *Stricto Sensu* e apresentar isso no currículo pessoal, como observado no gráfico dos atuais Tutores. Conforme mencionado, um dos requisitos preferenciais para se tornar um Tutor Educacional Pedagógico, é a pós-graduação *Lato Sensu* ou *Stricto Sensu*, de acordo com as Diretrizes Operacionais da Rede Pública Estadual de Educação de Goiás (2020-2022, p. 274). Observa-se no gráfico das Ex-Tutoras, a ausência do mestrado.

Gráfico 6 – Tutores Educacionais Pedagógicos

Fonte: Pesquisa com Tutores Educacionais Pedagógicos (2021).

A grande maioria entre os Tutores Educacionais Pedagógicos possui o nível de graduação bastante diversificada em várias áreas de ensino. Não exigindo desse profissional um curso específico como o curso de Pedagogia. Assim, qualquer outro profissional, desde que seja efetivo e tenha diploma de licenciatura ou experiência de liderança de docentes poderá exercer essa função.

Gráfico 7 – Tutores Educacionais Pedagógicos – Licenciatura ou Bacharelado?

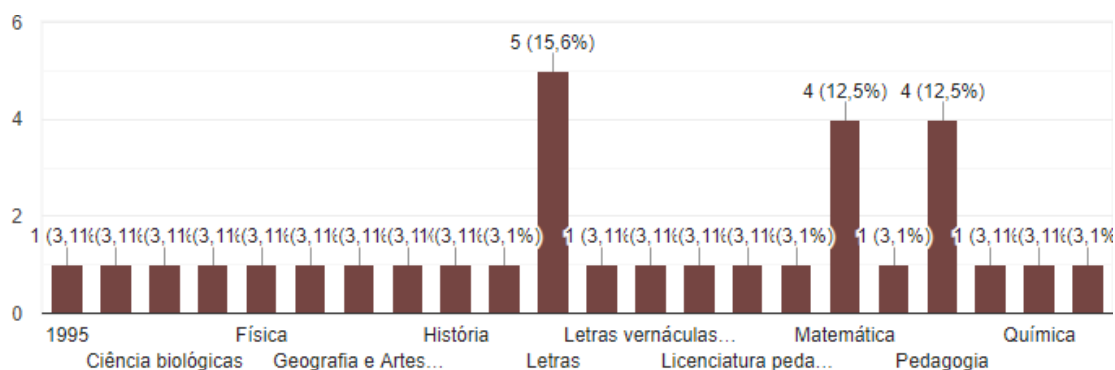


Fonte: Pesquisa com Tutores Educacionais Pedagógicos (2021).

No Gráfico 7, perguntou-se aos Tutores Educacionais Pedagógicos sobre a formação em licenciatura ou bacharelado. Nas quatro respostas obtidas, apareceram os seguintes cursos: Educação Física, Biologia, Administração e Língua Portuguesa.

Quanto aos Gestores Educacionais, as respostas obtidas estão expressas no Gráfico 8, a seguir.

Gráfico 8 – Gestores Educacionais da Regional de Anápolis-GO – Licenciatura ou Bacharelado?

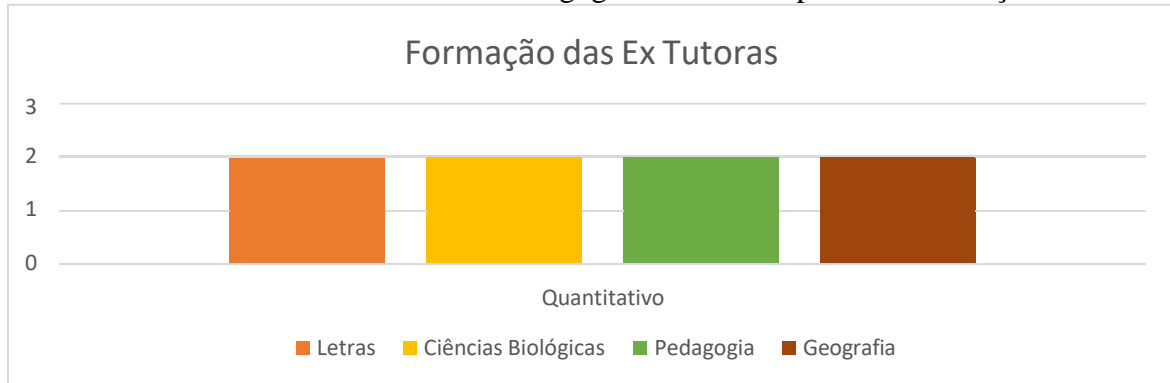


Fonte: Pesquisa com Gestores Educacionais (2021).

A grande maioria dos Gestores só possui o nível de especialização, mas um fator interessante é a grande flexibilidade de formação dos profissionais de liderança, seguindo o mesmo modelo de variedade dos Tutores Educacionais Pedagógicos, sendo destaque a quantidades de Gestores dos cursos de Letras, Matemática e Pedagogia.

Em relação à formação continuada de graduação, foi perguntado aos Ex-Tutores Educacionais Pedagógicos sobre os cursos de graduação realizados.

Gráfico 9 – Ex-Tutores Educacionais Pedagógicos – curso superior de formação



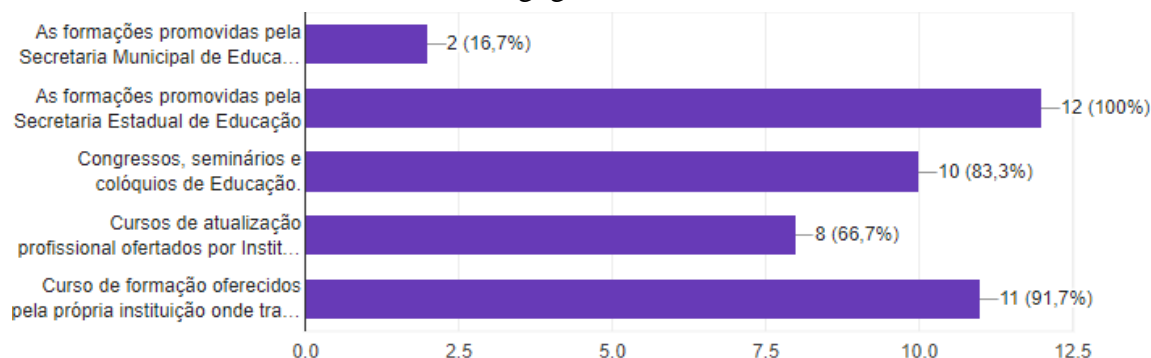
Fonte: Pesquisa com Ex-Tutores Educacionais Pedagógicos (2021).

Na formação do profissional na área em licenciatura, tem-se como objetivo incentivar o pensamento entre teoria e prática, que subsidiará a ação do professor formador. Aprendendo e transformando não só os outros, mas também a si mesmo. Nesse sentido, o papel do licenciado, quando formado e atuante, não é somente passar uma gama de conteúdo, mas, ir além, visto que agirá como um agente social (FABIANI, 2002), que proporcionará uma mudança não apenas no ambiente escolar, mas, em toda a sociedade que entrar em contato. A partir desse ideal, a Secretaria Estadual de Educação sempre fundamenta em seus concursos e nos contratos que, na sala da docência, o profissional tenha tal formação, já que espera de seus profissionais uma formação e conhecimento básico como um pesquisador científico, em constante evolução, seja na área de licenciatura ou em qualquer componente curricular de área em que atua.

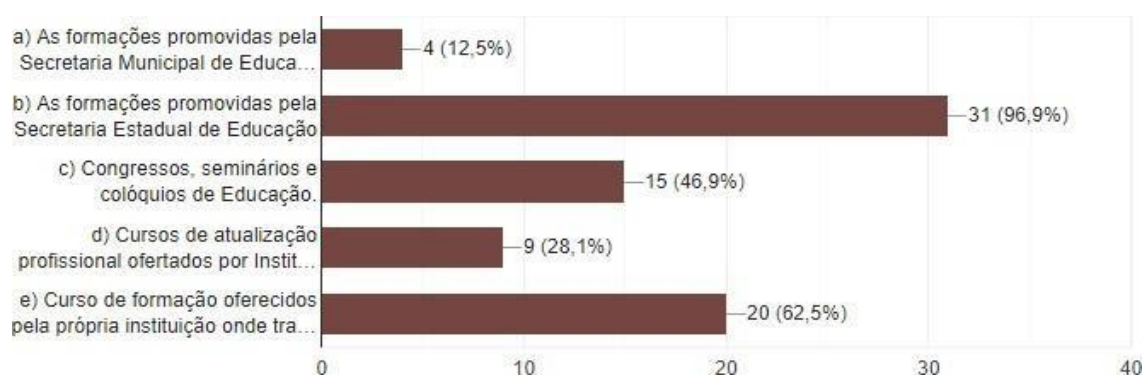
A inserção da figura do Gestor na pesquisa foi no intuito de levantar dados para conhecer a relação que existe nestas funções “Gestão e Tutor Educacional Pedagógico” e suas características fundamentais. Isso se deve ao fato de que, como já mencionado nessa dissertação, para exercer a função de Tutor, um dos requisitos principais é, segundo as Diretrizes Operacionais da Rede Pública Estadual de Educação de Goiás (2020-2022, p. 274), ter experiência de liderança.

Pelos dados apontados nos gráficos, nas áreas de liderança e formação, observa-se a grande variedade de áreas de licenciatura, seja ela das exatas, das ciências, humanas ou de conhecimento linguístico, sem grandes discrepâncias nas formações, ou seja, tanto na Tutoria, Ex-Tutores e Gestores não existe uma liderança de áreas para exercer tais funções pedagógicas.

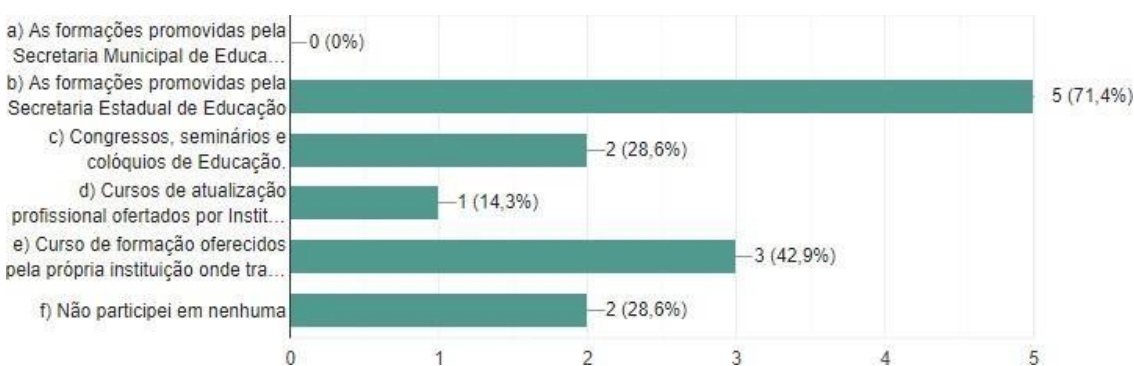
Nos gráficos a seguir, os dados sobre a formação continuada obtidas nas respostas do questionário aplicado aos sujeitos da pesquisa.

Gráfico 10 – Tutores Educacionais Pedagógicos

Fonte: Pesquisa com Tutores Educacionais Pedagógicos (2021).

Gráfico 11 – Gestores

Fonte: Pesquisa com Gestores (2021).

Gráfico 12 – Ex-Tutores Educacionais Pedagógicos

Fonte: Pesquisa com Ex-Tutores Educacionais Pedagógicos (2021) (2021).

A formação continuada deve ser considerada como uma das principais colaboradoras em qualquer área do serviço educacional. A maioria das formações ou capacitações, de alguma maneira, contribui para a evolução constante do trabalho do servidor, seja ele professor ou da merenda escolar.

Isso porque ela favorece a criação de novos ambientes de aprendizagem, dando novo significado às práticas pedagógicas e porque não administrativa. De acordo com os dados

expressos nos gráficos, todos os profissionais da educação do Estado de Goiás, em específico aos servidores da Regional de Anápolis-GO, preocupam-se com em sempre estar em constante formação ou capacitação durante essa pesquisa.

Sendo a formação promovida pela Secretaria Estadual de Educação como maior destaque quanto à capacitação de cada Tutor Educacional Pedagógico, nenhuma servidora se capacitou, por falta de parceria entre as instituições governamentais do Estado e Município.

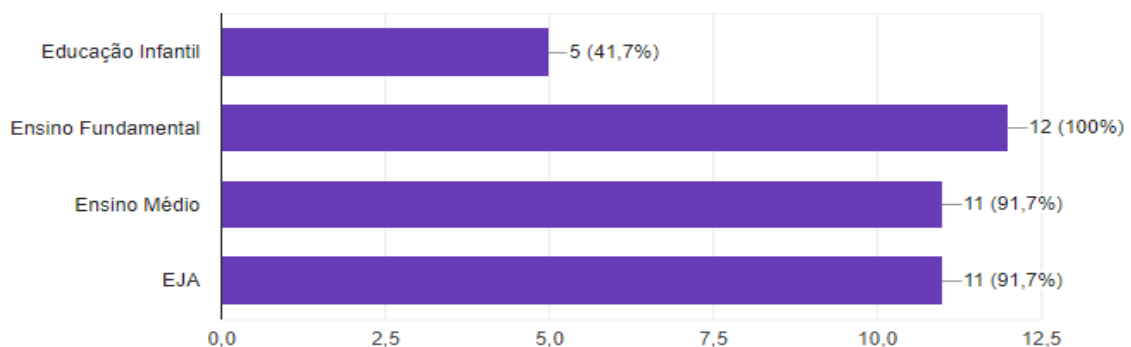
Todas as formações estavam concentradas na esfera Estadual, conforme é possível perceber nos dados do gráfico 12, com 71,4%. Quanto à participação em congressos, seminários e colóquios organizados, a exemplo de eventos realizados por órgãos federais, instituições universitárias – públicas ou privadas – tem-se um total de 28,6%. Nos cursos oferecidos pela instituição das Coordenações Regionais, com 42,9%; cursos oferecidos por instituições como faculdades e universidades, com 14,3%; e o mais preocupante, 28,6% de Ex-Tutores não participaram de nenhuma das capacitações.

2.4.3 A trajetória profissional dos Tutores Educacionais Pedagógicos de Anápolis-GO

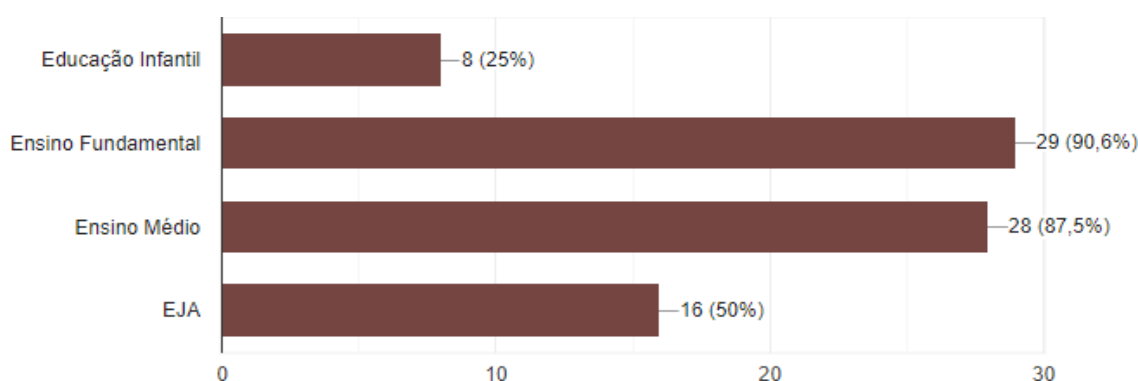
Nesta seção, pretende-se conhecer a trajetória profissional dos Tutores Educacionais Pedagógicos.

Primeiramente, perguntou-se em qual etapa da educação básica os sujeitos envolvidos nesta pesquisa atuaram. As respostas obtidas estão nos gráficos 13, 14 e 15, a seguir.

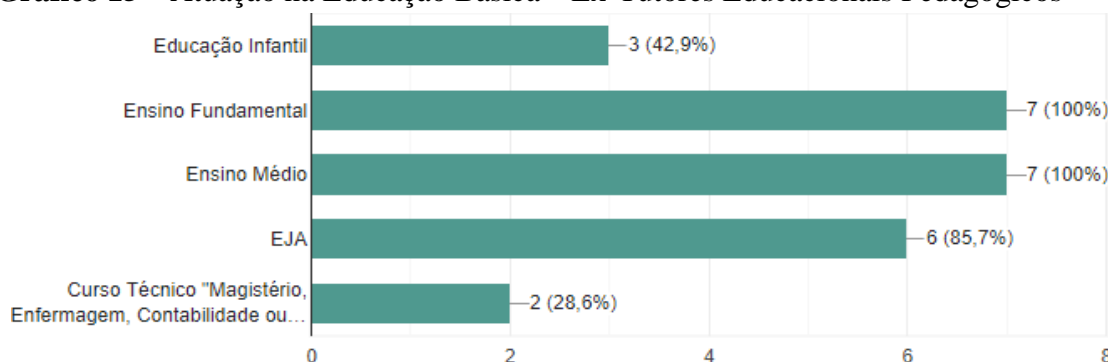
Gráfico 13 – Atuação na Educação Básica – Tutores Educacionais Pedagógicos



Fonte: Pesquisa com Tutores Educacionais Pedagógicos (2021).

Gráfico 14 – Atuação na Educação Básica – Gestores

Fonte: Pesquisa com Gestores (2021).

Gráfico 15 – Atuação na Educação Básica – Ex-Tutores Educacionais Pedagógicos

Fonte: Pesquisa com Ex-Tutores Educacionais Pedagógicos (2021).

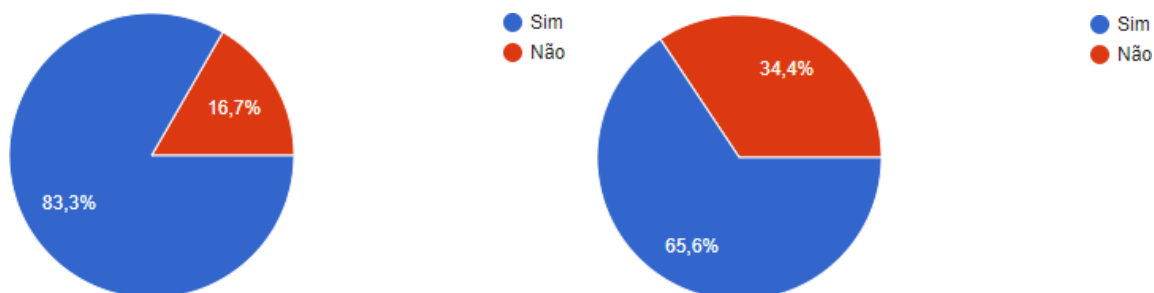
A Educação Básica desempenha um papel fundamental no processo de ensino e aprendizagem numa sociedade. Neste período são construídos os pilares que servirão de base para uma nação e fazer com que pessoas exerçam o seu papel de cidadãos atuantes e com propósitos críticos e reflexivos.

A grande preocupação é como tais profissionais que exercem tais lideranças, já passaram por todas essas fases de conhecimento. É na academia que se inicia essa preparação. Durante a vida profissional se espera essa prática para ser levada aos estudantes em todas as áreas. E como a Rede Estadual de Ensino foca na Educação Básica no Ensino Fundamental II, que corresponde do 6º ao 9º ano e o Ensino Médio, 1º ao 3º ano, a participação de Tutores e Ex-Tutores nesta etapa da educação foi maciça, ou seja, entre 90% e 100% com Tutores e Ex-Tutores. Na Educação Infantil, a atuação se restringe a 25% e 42,9%; na EJA e cursos técnicos, 28,6% e 91,7%, já que a maioria das instituições de ensino da rede estadual não oferecem tais modalidades.

Aqui cabe uma observação. Como foi descrito no parágrafo acima, a educação do Estado de Goiás preocupa-se mais com Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) e do Ensino Médio (1º

ao 3º ano), modalidades essas que são função do Estado, de acordo com a LDB 9.394/1996; já o Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano), é da grande maioria dos municípios, de acordo com a mesma Diretriz.

Gráfico 16 – Local de Atuação

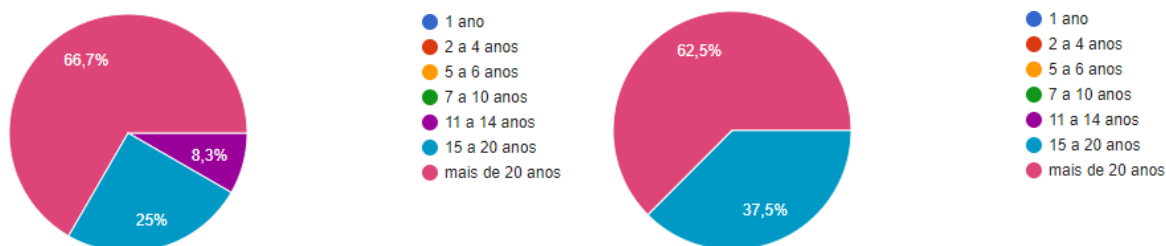


Fonte: Pesquisa com Tutores Educacionais Pedagógicos da Regional de Anápolis-GO (2021).

Fonte: Pesquisa com Gestores Educacionais da Regional de Anápolis-GO (2021).

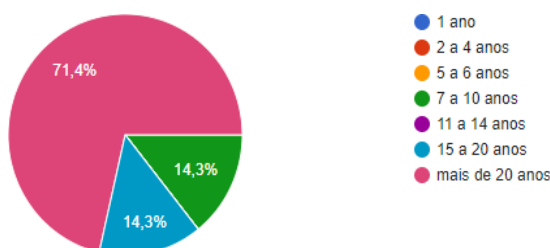
O perfil do Tutor está relacionado com a logística e facilidade para o trabalho, assim, utilizamos a Regional de Anápolis-GO por abrigar várias cidades – 19. Como cada Tutor tem que acompanhar entre 05 (cinco) e 06 (seis) escolas, o profissional, então, acompanha as escolas que ficam na mesma cidade. A título de exemplificação, o município de Alexânia possui 03 (três) Escolas da rede estadual de ensino; um Tutor acompanha essas três escolas, mais duas ou três na cidade de Anápolis, já que o município da regional central concentra mais de 40 Escolas da rede estadual de ensino. Como observamos nos Gráficos acima, a grande concentração dos Tutores Educacionais está no Município de Anápolis 65,6%-83,3%. Já para Gestores, Ex-Tutores e Tutores a menor concentração está nas cidades próximas à Regional de Anápolis, ou seja, a grande maioria dos Profissionais acima trabalham ou acompanham as escolas no município da cidade de Anápolis-GO.

Sobre o tempo de atuação em cargos de liderança escolar (Coordenador, Secretário Geral e Gestor Escolar), os dados revelam o seguinte quadro:

Gráfico 17 – Tempo que exerceu cargo de liderança escolar

Fonte: Pesquisa com Tutores Educacionais Pedagógicos da Regional de Anápolis-GO (2021).

Fonte: Pesquisa com Gestores Educacionais da Regional de Anápolis-GO (2021).



Fonte: Pesquisa com Ex-Tutores Educacionais Pedagógicos (2021).

A meta é promover o ensino e a aprendizagem dos alunos e isso envolve ações e esforços que dependem não apenas da competência e boa vontade dos professores ou de material didático de qualidade, mas, também de organização e supervisão dos profissionais responsáveis pela gestão da escola. Ela necessariamente exige a capacidade de liderança. Somente um Gestor ou coordenador escolar capaz de liderar sua equipe tem a possibilidade de alcançar desempenhos positivos para a instituição e promover a aprendizagem dos seus alunos.

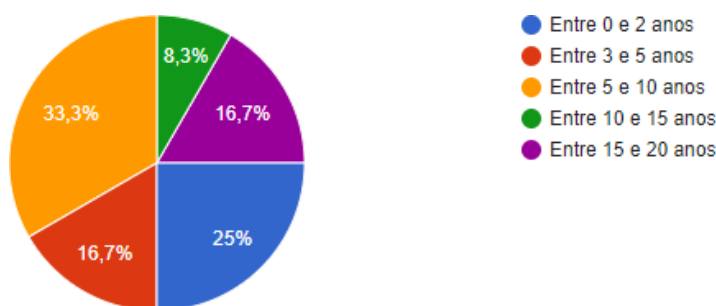
Dessa maneira, devido à experiência histórica do Tutor Educacional Pedagógico, ele pode contribuir com essa liderança tão importante para a gestão escolar, permitindo, com demonstrações da sua liderança em anos anteriores, uma visão para que o Gestor, pela atuação da Tutoria, possa implementar iniciativas que conferem unidade e coerência à escola. Ao demonstrar e apoiar de modo mais adequado a equipe de colaboradores, o Gestor pode efetuar junto aos docentes o planejamento educacional necessário e estruturar os meios pelos quais ele será desenvolvido.

A liderança favorece a gestão de excelência de uma instituição de ensino. O Tutor Educacional Pedagógico incentiva o Gestor, de cada unidade escolar que acompanha, a demonstrar que Ele é o líder, quando se vale de sua experiência pregressa ao mesmo tempo em que mantém os olhos postos no futuro. Com o conhecimento e a experiência somados a uma visão clara da direção a ser seguida, o Gestor conquista naturalmente a confiança e a parceria

de seus colaboradores na execução de seus novos projetos. No gráfico 17, observamos que a maioria dos Tutores e Ex-Tutores 66,7% e 71,4%, já exerceram algum cargo de Gestão, além da atuação em sala de aula por mais de 20 anos. Os dados apontam que somente com os Ex-Tutores houve uma porcentagem mínima de liderança, com 14,3%, ou seja, entre 07 e 10 anos.

Em relação ao tempo de atuação na função de Tutor Educacional Pedagógico, solicitou-se que se considerasse também o tempo em que o entrevistado tinha de Dupla Educacional Pedagógico e Tutor técnico. Os dados estão expressos no gráfico a seguir.

Gráfico 18 – Tempo que está na função de Tutor Educacional Pedagógico



Fonte: Pesquisa com Tutores Educacionais Pedagógicos (2021).

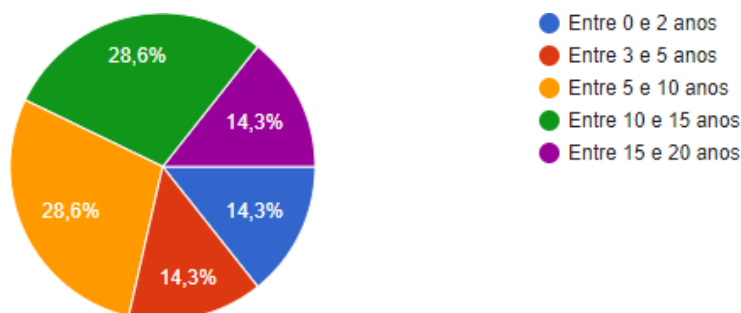
Nos dados do gráfico, observa-se uma grande variedade de permanência na função de tutoria, demonstrando que mesma com toda essa complexidade em ser um Tutor Educacional Pedagógico, 16,7 % estão há mais de 15 anos nesta função; 33,3% desses profissionais estão com esta proposta de ensino entre 05 e 10 anos e 25% dos profissionais pesquisados acabaram de iniciar esta função, ou seja, a grande maioria dos Tutores pesquisados estão há mais de 05 anos nesta função³³.

O Tutor Educacional Pedagógico deve se comunicar da maneira adequada e alinhar seus esforços em função de um mesmo objetivo, ou seja, formar e capacitar pessoas conforme os desígnios da política educacional e a sua experiência profissional e de liderança. Tem como função articular e manter todos os atores do processo de aprendizagem em torno de um único objetivo: colocar o projeto político pedagógico proposto em prática e as ações dos projetos e programas das políticas públicas em ação, diagnosticando e apoiando a equipe Gestora a resolver os principais problemas e gargalos do processo proposto na realidade escolar. Dessa forma, é possível realizar modificações com a finalidade de que a escola alcance suas principais metas propostas.

³³ Conforme descrito na introdução, entre a função de Dupla Pedagógica e Tutor Educacional Pedagógico até o ano de 2022, tem-se um período de 18 anos.

Em relação ao tempo de atuação dos Ex-Tutores na função, considerando também o tempo em que tenha sido da Dupla Educacional Pedagógico e Tutor Técnico, os dados obtidos estão expressos no gráfico a seguir.

Gráfico 19 – Tempo que atuou na função de Tutor Educacional Pedagógico

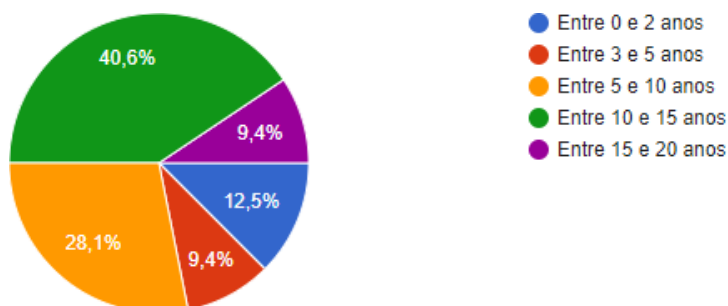


Fonte: Pesquisa com Ex-Tutores Educacionais Pedagógicos (2021).

Esta pesquisa trabalhou com aproximadamente 08 Ex-Tutoras, a maioria já aposentada. No gráfico acima, também se observa uma grande variedade de permanência nesta função, demonstrando que um Tutor Educacional Pedagógico 28,6 % ficaram mais de 10 anos nesta função, sendo a mesma porcentagem para quem ficou entre 10 e 15 anos; somados os que ficaram entre 0 e 05 anos, somente 28,6% dos profissionais pesquisados exerceram esta função, ou seja, a grande maioria dos Tutores pesquisados permaneceram por mais de 05 anos nesta função.

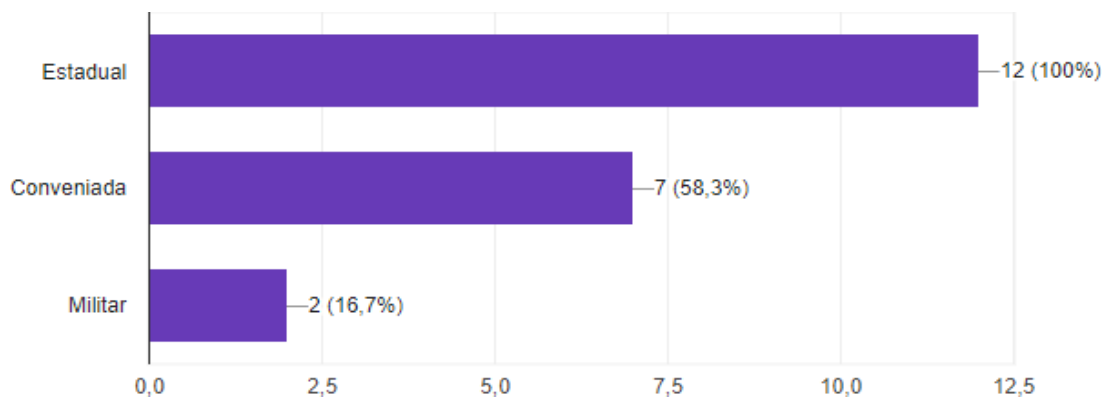
Sobre o tempo em que atua na função de Gestão³⁴, considerando também o tempo em que tenha sido Coordenador Pedagógico ou Secretário Geral, de acordo com o Gráfico 20, 50% dos Gestores ou Coordenadores já possuem uma carga de experiência de liderança, ou seja, a maioria dos Gestores pesquisados já exercem tal função há mais de 10 anos, sendo somente 12,5 % dos Gestores pesquisados que estão inicializando esta função de liderança entre Gestores escolares ou coordenadores dos 31 entrevistados.

³⁴ Nas Escolas Militares Pesquisadas, os comandantes dessas instituições permitiram que os seus Coordenadores Pedagógicos participassem dessa pesquisa, já que esses profissionais são da Educação e os comandantes dessas instituição de ensino não.

Gráfico 20 – Tempo que está na função de Gestão

Fonte: Pesquisa com Gestores Educacionais da Regional de Anápolis-GO (2021).

Primeira vez em um cargo administrativo, sem nenhuma experiência com a parte burocrática que envolve estar à frente de uma escola é um desafio. E mesmo que o Profissional da Educação esteja há anos neste cargo de Gestor Escolar ou Coordenador, a experiência do outro conta e muito. O Tutor Educacional Pedagógico está para ser esse outro, ou seja, através da sua experiência ou práticas de outras instituições de Ensino, nas quais o Tutor venha a acompanhar, pode ser um porto seguro para quem está iniciando nesta função.

Gráfico 21 – Unidades educacionais onde exerce a função de Tutor Educacional Pedagógico

Fonte: Pesquisa com Tutores Educacionais Pedagógicos (2021).

Conforme é feita a distribuição de ensino que o Tutor Educacional venha a acompanhar, e que é feita por cada Regional, todos os Tutores acompanham pelo menos uma escola da rede estadual de Ensino. Como é de práxis, a grande maioria dessas instituições no Estado de Goiás é na Regional de Anápolis-GO, com minoria de Escolas Militares e Conveniadas, ou seja, somente 58,3% dos Tutores Educacionais Pedagógicos acompanham as instituições conveniadas e 16,7% acompanham as instituições de ensino militarizadas.

2.4.4 Tutor Educacional Pedagógico: conhecimento das competências de sua função

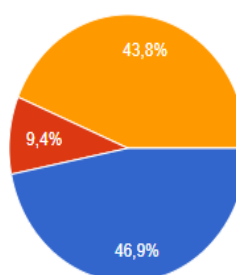
Nesta seção, pretende-se apresentar a compreensão do Tutor Educacional Pedagógico sobre as determinações e competências desse profissional do ensino. Para tal, parte-se do disposto na Lei nº 20.115, de 06 de junho de 2018, capítulo XII, artigo 39.

Gráfico 22 – Conhecimento sobre determinações e competências da Tutoria Educacional Pedagógica



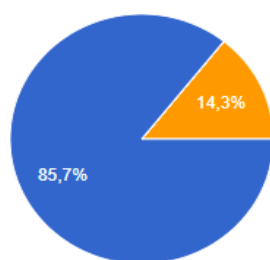
Fonte: Pesquisa com Tutores Educacionais Pedagógicos da Regional de Anápolis-GO (2021)

● Sim
● Não
● Parcialmente



Fonte: Pesquisa com Gestores Educacionais da Regional de Anápolis-GO (2021)

● Sim
● Não
● Parcialmente



Fonte: Pesquisa com Ex-Tutores Educacionais Pedagógicos (2021).

● Sim
● Não
● Parcialmente

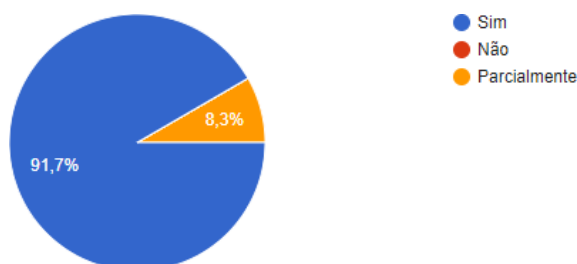
Com o foco em conhecer a função desse profissional, observa-se que na pesquisa com os atuais Tutores Educacionais Pedagógicos 100% conhecem a Lei nº 20.115/2018 dos Ex-Tutores 85,7 %, conhecem tal lei e somente 14,3% a conhecem parcialmente. Já para a equipe de Gestores, a grande maioria conhece ou conhece parcialmente o que é determinado para o Tutores Educacionais, ou seja, 90,6%.

Muitos Tutores Educacionais Pedagógicos e professores, em todas as esferas, seja nacional, estadual ou municipal estão na busca da melhor qualidade do ensino. Neste sentido, é necessário que existam regras, diretrizes, leis e portarias para que as instituições de ensino possuam um norte para se estruturarem, organizarem e elaborarem um bom trabalho pedagógico direcionado à realidade de seus discentes.

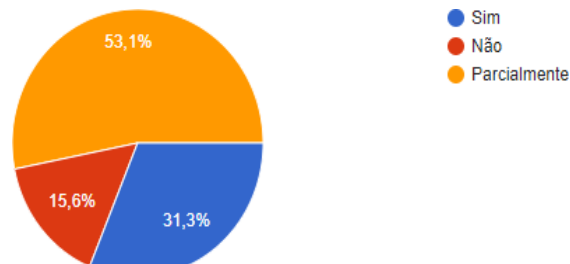
O conhecimento e a ação dessas regras é a essência para que esta incumbência em favor da educação execute um bom trabalho onde toda a equipe deverá abraçar a causa para a construção de um excelente projeto político-pedagógico. Para que isso aconteça, é preciso normas que, de certa forma, acabam reduzindo a deficiência de qualquer ação pedagógica, de estrutura de liderança escolar ou institucional, projetos e programas educacionais.

Quando perguntados se conheciam nas Diretrizes Operacionais da Rede Pública Estadual de ensino em Goiás para os anos de 2020 a 2022, aprovadas pela Portaria nº 0004, de 03 de março de 2020, as funções direcionadas ao Tutor Educacional Pedagógico, as respostas foram as seguintes:

Gráfico 23 – Conhecimento sobre as Diretrizes Operacionais da Educação em Goiás (2020-2022)



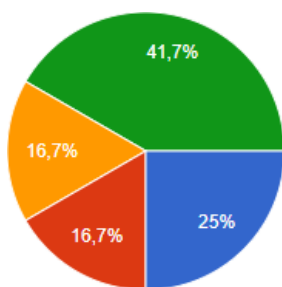
Fonte: Pesquisa com Tutores Educacionais Pedagógicos da Regional de Anápolis-GO (2021).



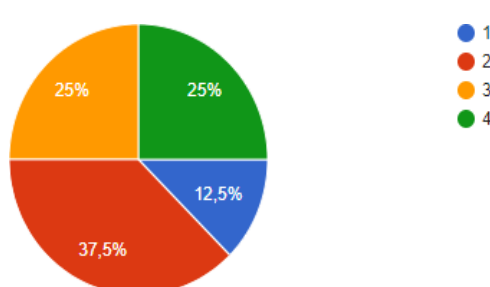
Fonte: Pesquisa com Gestores Educacionais da Regional de Anápolis-GO (2021).

Com o foco em conhecer nas Diretrizes o que é determinado para todos da Rede de Educação do Estado de Goiás, observa-se que na pesquisa com os atuais Tutores Educacionais Pedagógicos, esse conhecimento é obrigatório, até porque faz parte dos processos seletivos para ser Tutor Educacional do Estado. Assim, 91,7% revelam conhecimento dessa Diretriz. Já para a equipe de Gestores, a grande maioria também conhece ou conhece parcialmente o que determina esta normativa estadual, ou seja, 84,4%.

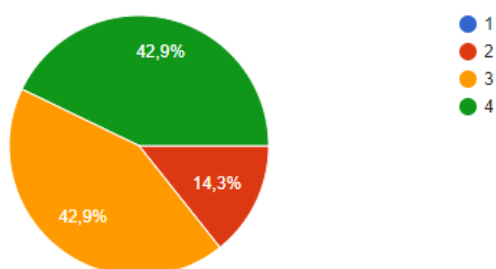
Os gráficos a seguir revelam o conhecimento sobre as funções do Tutor Educacional Pedagógico conforme pontos centrais das Diretrizes Operacionais da Educação em Goiás (2020-2022).

Gráfico 24 – Função: Supervisionar o trabalho de Gestores e professores

Fonte: Pesquisa com Tutores Educacionais Pedagógicos da Regional de Anápolis-GO (2021).



Fonte: Pesquisa com Gestores Educacionais da Regional de Anápolis-GO (2021).

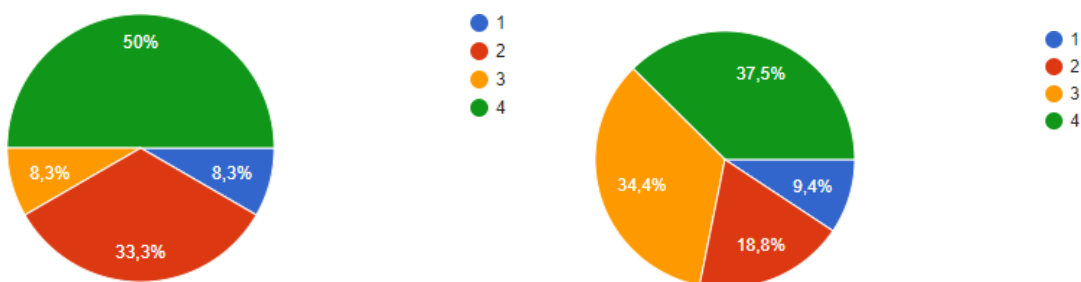


Fonte: Pesquisa com Ex-Tutores Educacionais Pedagógicos (2021).

Como já descrevemos nesta dissertação, o papel do Tutor Educacional Pedagógico é lidar diretamente com todos da equipe Gestora (Gestor e Coordenador) e, posteriormente, com os professores, caso seja necessário. Ele se ocupa da formação, capacitação e orientações nos planejamentos dos programas e projetos de Governo direcionados à educação, da discussão sobre encaminhamentos da prática avaliativas externas (Federal ou Estadual), do acompanhamento da eficácia das aprendizagens e frequências dos alunos, além de outras atividades.

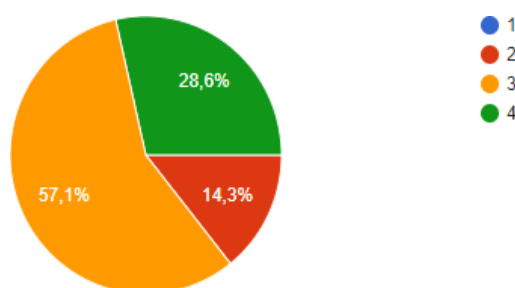
Mas, para a maioria dos Tutores pesquisados, a sua grande preocupação é em acompanhar o trabalho dos Gestores e professores, com 41,7%, 33,4 %; já a soma do 2 e 3 significa que essa não é a principal função; e para 25% esta não é a principal função. Para a equipe Gestora, podemos considerar que praticamente 50% desses servidores compreendem que essa é a principal função, ou seja, a de fiscalizar os serviços da equipe Gestora e de professores; somente 12,5% responderam que esta não é a principal função. E seguindo a mesma ideia da Tutoras Educacionais Pedagógicas, Ex-Tutores consideram sim o acompanhamento do trabalho dos Gestores e professores, ou seja, 85,8% e nenhum dos Ex-Tutores pesquisados responderam que esta não é a principal função.

Gráfico 25 – Função: Supervisionar o cumprimento das Diretrizes e das Normas Oficiais



Fonte: Pesquisa com Tutores Educacionais Pedagógicos da Regional de Anápolis-GO (2021).

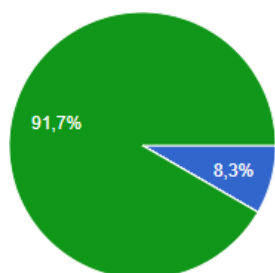
Fonte: Pesquisa com Gestores Educacionais da Regional de Anápolis-GO (2021).



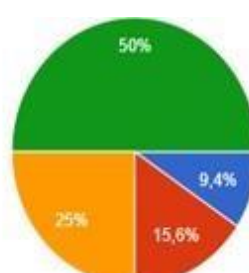
Fonte: Pesquisa com Ex-Tutores Educacionais Pedagógicos (2021).

Para a maioria dos Tutores pesquisados, a sua grande preocupação é supervisionar o cumprimento das Diretrizes e das normas oficiais, totalizando 58,3% dos entrevistados; e, a soma de 4 e 3, ou seja, para 41,7% esta não é a principal função. Para a equipe Gestora, podemos considerar que para a maioria desses servidores 71,9% acham, sim, que essa é a principal função – de supervisionar o cumprimento das Diretrizes e das Normas Oficiais –; e somente 28,1% acham que esta não é a principal função. Seguindo a mesma ideia dos Tutores Educacionais Pedagógicas, as Ex-Tutoras também consideram que a função principal deste servidor é supervisionar o cumprimento das Diretrizes e das Normas Oficiais, ou seja, 85,7%, sendo que para 14,3% dos pesquisados, esta não é a principal função.

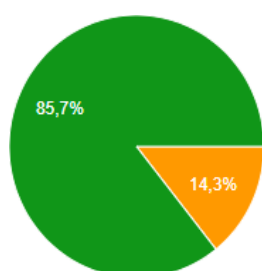
Gráfico 26 – Função: Contribuir na formação pedagógica do pessoal da Escola



Fonte: Pesquisa com Tutores Educacionais Pedagógicos da Regional de Anápolis-GO (2021).



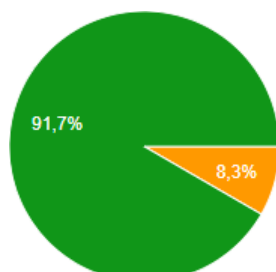
Fonte: Pesquisa com Gestores Educacionais da Regional de Anápolis-GO (2021).



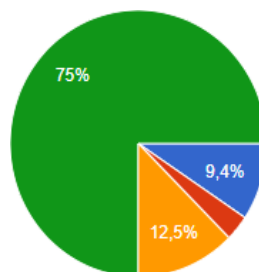
Fonte: Pesquisa com Ex-Tutores Educacionais Pedagógicos (2021).

Podemos atribuir um acordo positivo de todos os pesquisados, ou seja, para a maioria dos Tutores pesquisados, a sua grande preocupação é contribuir na formação pedagógica do pessoal da Escola, com um percentual de 91,7%; mas, para 8,3% esta não é a principal função. Para a equipe Gestora, 75% desses servidores consideram que a principal função do Tutor é a de contribuir na formação pedagógica do pessoal da Escola; e somente 25% acham que esta não é a principal função. Quanto aos Ex-Tutores, 85,7% compreendem que a principal função do Tutor na unidade escolar é contribuir na formação pedagógica do pessoal da escola.

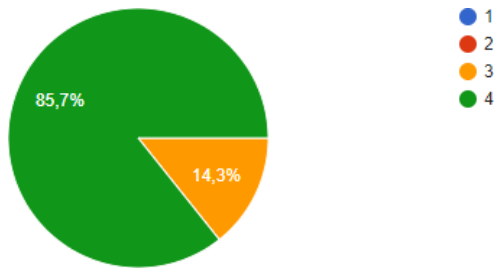
Gráfico 27 – Função: Contribuir com os Gestores para alcançar as metas das avaliações externas e de frequência dos alunos



Fonte: Pesquisa com Tutores Educacionais Pedagógicos da Regional de Anápolis-GO (2021).



Fonte: Pesquisa com Gestores Educacionais da Regional de Anápolis-GO (2021).

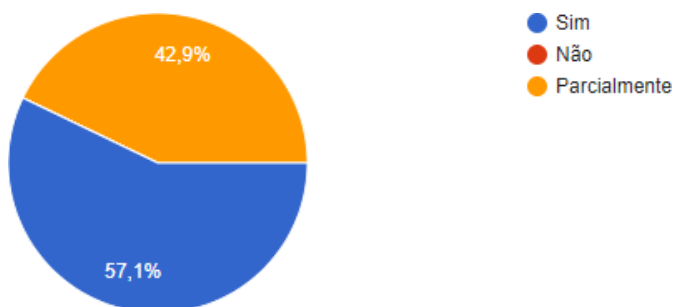


Fonte: Pesquisa com Ex-Tutores Educacionais Pedagógicos (2021).

Podemos atribuir um acordo positivo de todos os pesquisados, ou seja, praticamente 100% que essa é a principal função do Tutor é a de contribuir com os Gestores para alcançar as metas das avaliações externas e de frequência dos alunos; a porcentagem para Ex-Tutores Pedagógicos é de 85,7% neste mesmo quesito. Já para equipe Gestora, podemos considerar que para a maioria desses servidores, 75%, acham sim que essa é a principal função – a de contribuir com os Gestores para alcançar as metas das avaliações externas e de frequência dos alunos; e somente 12,5% acham que esta não é a principal função.

Considerou-se a questões a seguir por compreender que são aspectos que fizeram parte do processo histórico de implementação e de consolidação do Tutor Educacional Pedagógico nas escolas da rede estadual em Goiás. No questionário, priorizou-se as seguintes áreas: conhecimento das normativas acerca da função da tutoria educacional pedagógica, com justificativa; quantitativo entre 6 e 8 escolas determinado pela SEE-GO para atendimento a ser feito por um (01) Tutor Educacional Pedagógico e a percepção quanto ao atendimento nas unidades escolares em que atuou, com justificativa.

Gráfico 28 – Conhecimento das normativas sobre a função do Tutor Educacional Pedagógico



Fonte: Pesquisa com Ex-Tutores Educacionais Pedagógicos (2021).

Na justificativa dada pelos entrevistados, foi possível observar que a Secretaria da Educação promovia muitos encontros formativos, específicos na área de atuação dos Tutores

Educacionais. Alguns não conseguiam participar dessa atualização em relação às diretrizes ou outros documentos, talvez por não serem tão bem divulgado ou estudados em conjunto. Na escrita das justificativas, encontram-se os seguintes registros:

Quando entrei para Tutoria fiz várias capacitações para estudar as funções e atribuições do Tutor, estudar, conhecer, acreditar e saber a aplicabilidade das Leis, Portarias e Pareceres da Educação, dentro da Unidade Educacional. Fazíamos provas para continuarmos na função. Com o passar do tempo e a mudança na SEE, o Tutor pedagógico passou a ser escolha do Coordenador Regional (por afinidades, amizades, indicações, política) e com isso houve uma perda de conhecimento muito grande na função de Tutor. Muitos entraram sem os conhecimentos necessários para a boa qualidade do Ensino e com isso houve uma perda na credibilidade das funções e atribuições de um Tutor Pedagógico ou um Tutor Educacional.

As portarias eram estudadas e discutidas em reuniões semanais.

Muitos colegas não tinham muito compromisso com o trabalho, não levavam a sério tamanha responsabilidade da função desenvolvida na Unidade Educacional.

Infelizmente, alguns assumiam a função mais por pretensão salarial e status.

Todos eram bem orientados e recebiam os arquivos das portarias e diretrizes.

Tínhamos reuniões de estudo para esse fim (Questionário aplicado a Ex-Tutores Educacionais da Regional da Regional de Anápolis-GO, 2021).³⁵

Sobre o conhecimento do Gestor (a) e de sua equipe acerca da função e a carreira do Tutor Educacional Pedagógico de acordo com as Diretrizes e Portarias, registrou-se:

No início foi um pouco complicado esse conhecimento por parte dos Gestores, mas com o tempo houve formações em que a equipe Gestora atuava junto com o Tutor, proporcionando uma boa integração entre todos os envolvidos na gestão escolar.

Alguns Gestores conheciam bem as atribuições, mas não detalhadamente os documentos. Muitos conheciam por causa de conversas informais, outros porque os próprios Tutores apontavam os pontos principais dos documentos.

"Havia diretores parceiros, Gestor que lutava e acreditava na educação e queriam o sucesso da Unidade Educacional, profissionais sob sua gestão e alunos". Esses sim trabalhavam junto ao Tutor e semanalmente tínhamos reuniões de estudo e mudanças de rota se necessário.

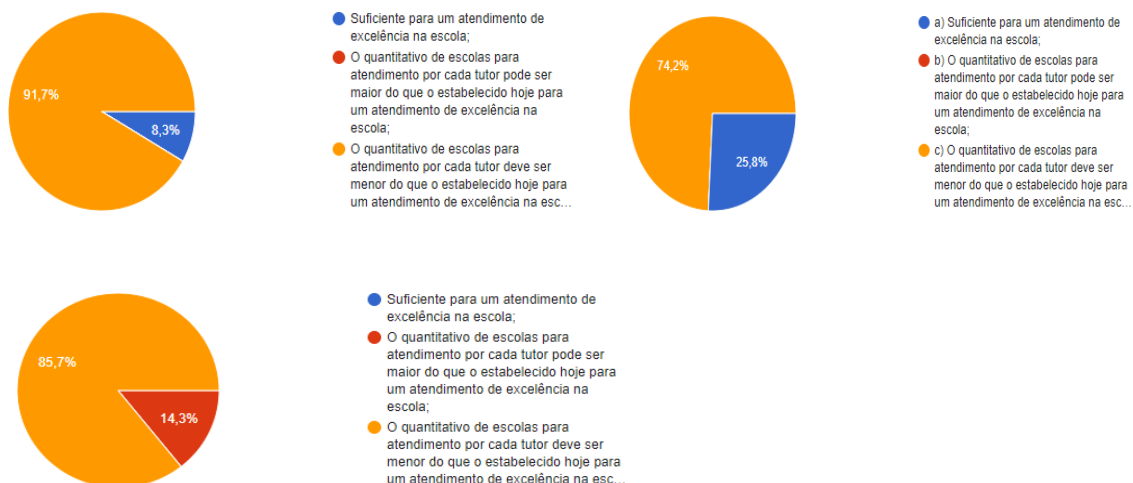
Eu tive o ENORME PRAZER de trabalhar com esses Gestores.

Por algumas vezes, era perceptível que a equipe Gestora das escolas desejava que a Tutoria realizasse atividades que não eram da nossa competência. Talvez por não concordar muito com o trabalho de Tutoria Educacional na Unidade Educacional. Os Gestores participavam de formações semanais na Unidade Escolar e CRE mensalmente com os Tutores educacionais. Nem sempre os Gestores poderiam estar presentes nas reuniões devido à grande demanda da sua função (Questionário aplicado a Ex-Tutores Educacionais da Regional da Regional de Anápolis-GO, 2021).

³⁵ Como já mencionado, não serão identificados nomes ou escolas de atuação destes servidores, por questões éticas. Ressalta-se que estas respostas estão registradas nos questionários aplicados.

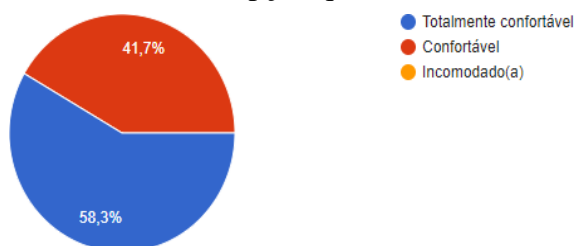
No gráfico a seguir, os resultados obtidos sobre o quantitativo de 6 a 8 escolas, conforme determinado pela SEE-GO, para atendimento a ser feito pelo Tutor.

Gráfico 29 – Quantitativo de escolas sob a responsabilidade do Tutor Educacional Pedagógico



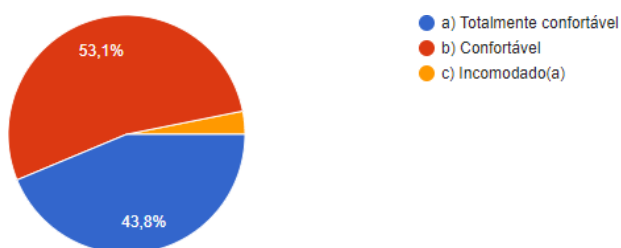
Fonte: Pesquisa com Ex-Tutores Educacionais Pedagógicos (2021).

Gráfico 30 – Percepção quanto ao atendimento nas unidades escolares



Fonte: Pesquisa com Tutores Educacionais Pedagógicos (2021).

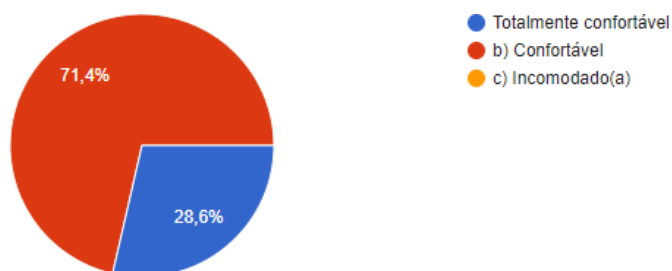
Gráfico 31 – Percepção do Gestor quanto à presença do Tutor na unidade escolar



Fonte: Pesquisa com Gestores (2021).

Tanto os Tutores quanto os Gestores não quiseram justificar a resposta.

Quanto ao atendimento nas unidades escolares, as respostas obtidas estão nos gráficos a seguir.

Gráfico 32 – Percepção quanto ao atendimento nas unidades escolares

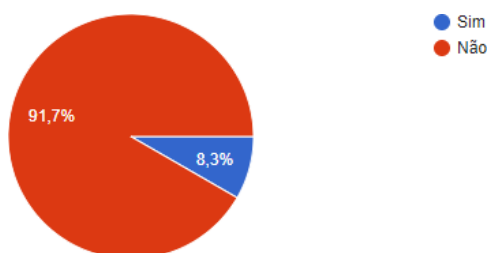
Fonte: Pesquisa com Ex-Tutores Educacionais Pedagógicos (2021).

Justificativa:

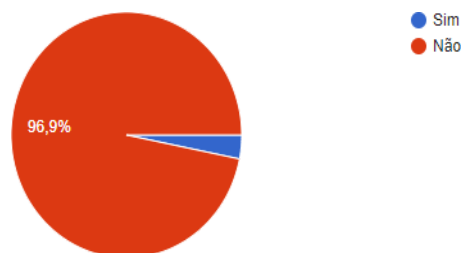
Na maioria das escolas (especialmente os Gestores) eram bem receptivos, mas geralmente o corpo docente não entende bem a função dos Tutores e as contribuições que podem oferecer, por isso tem um comportamento repulsivo. Isso gera desconforto dependendo de como o Gestor conduz as visitas (Questionário aplicado a Ex-Tutores Educacionais da Regional da Regional de Anápolis-GO, 2021).

Também foi perguntando aos Tutores se já sofreram algum tipo de discriminação. Nos gráficos a seguir, os dados obtidos.

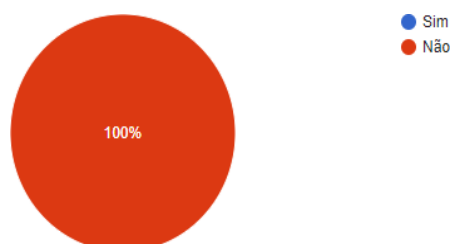
a) de raça:

Gráfico 33 – Tipo de Discriminação – Raça

Fonte: Pesquisa com Tutores Educacionais Pedagógicos da Regional de Anápolis-GO (2021).



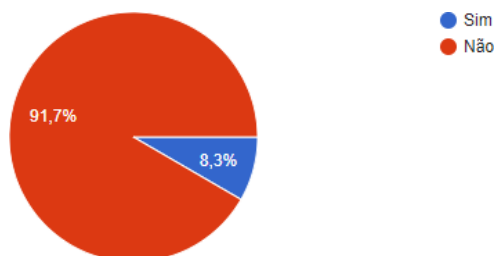
Fonte: Pesquisa com Gestores Educacionais da Regional de Anápolis-GO (2021).



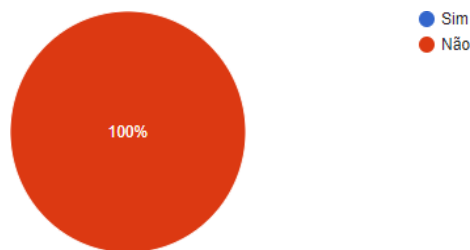
Fonte: Pesquisa com Ex-Tutores Educacionais Pedagógicos (2021)

b) de Gênero:

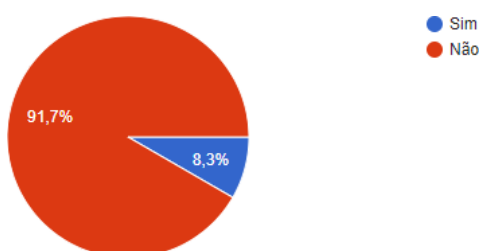
Gráfico 34 – Tipo de Discriminação – Gênero



Fonte: Pesquisa com Tutores Educacionais Pedagógicos da Regional de Anápolis-GO (2021).



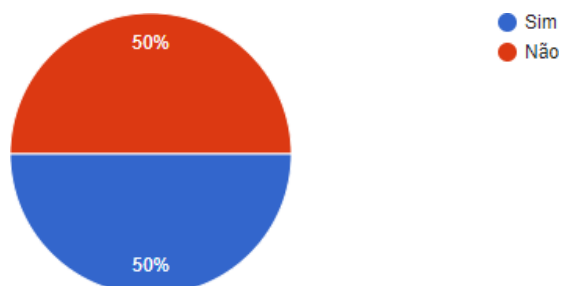
Fonte: Pesquisa com Gestores Educacionais da Regional de Anápolis-GO (2021).



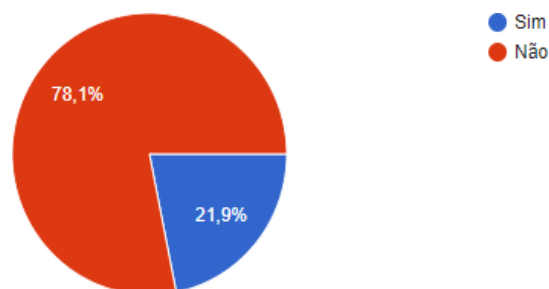
Fonte: Pesquisa com Ex-Tutores Educacionais Pedagógicos (2021).

c) quanto à função que exerce:

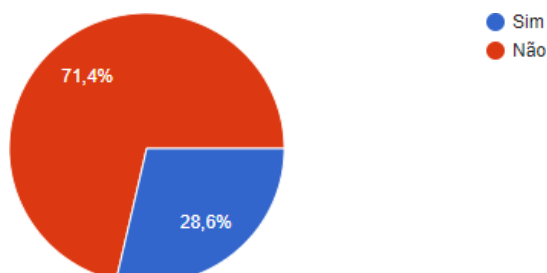
Gráfico 35 – Tipo de Discriminação – quanto à função que exerce



Fonte: Pesquisa com Tutores Educacionais Pedagógicos da Regional de Anápolis-GO (2021).



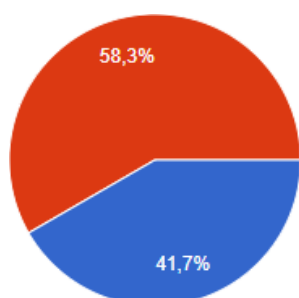
Fonte: Pesquisa com Gestores Educacionais da Regional de Anápolis-GO (2021).



Fonte: Pesquisa com Ex-Tutores Educacionais Pedagógicos (2021).

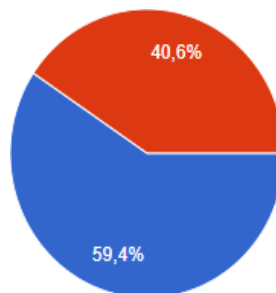
Também se questionou: “Caso tenham acontecido algumas das discriminações dos itens anteriores, você tomou providências?”

Gráfico 36 – Se tomou providências por algum tipo de discriminação sofrida



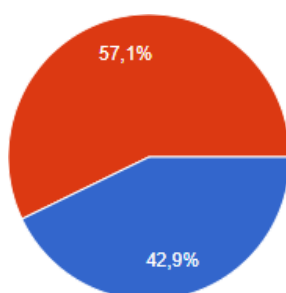
Fonte: Pesquisa com Tutores Educacionais Pedagógicos da Regional de Anápolis-GO (2021).

● Sim
● Não



Fonte: Pesquisa com Gestores Educacionais da Regional de Anápolis-GO (2021).

● Sim
● Não



Fonte: Pesquisa com Ex-Tutores Educacionais Pedagógicos (2021).

● Sim
● Não

De acordo com o Art. 20 da Lei nº 9.459, de 13 de maio de 1997, que alterou os artigos 1º e 20 da Lei nº 7.716/1989, definiu os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor e acrescentou um parágrafo ao art. 140 do Decreto-lei nº 2.848/1940, “Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Pena: reclusão de um a três anos e multa” (BRASIL, 1997).

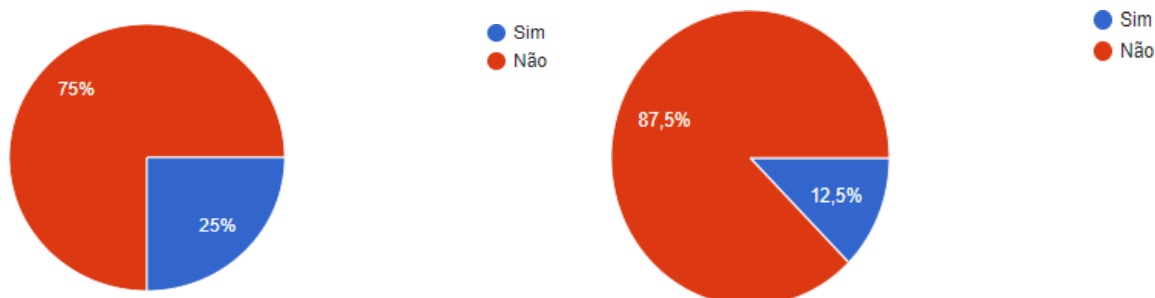
O certo em toda e qualquer situação que o servidor(a) sinta que os seus direitos de cidadania estejam ocorrendo com alguma agressividade, verbal ou física, imediatamente deve fazer ligação para a polícia. Em seguida, o registro do fato na delegacia, através de Boletim de Ocorrência (B.O.), pelo crime de injúria racial (art. 140, §3º do Código Penal Brasileiro) ou racismo (artigos 3º a 20º da Lei 7716/1989).

Qualquer servidor(a) tem que se sentir resguardado civil e criminalmente, além do principal, fazer com que isso pare de ocorrer dentro da escola e dentro ou de outro ambiente. É importante ressaltar que isso vale para todos os ambientes de trabalho, principalmente na escola

onde normalmente tudo começa na vida e na observação de uma criança até a fase da sua juventude.

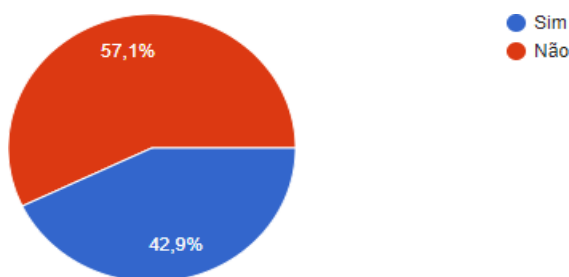
Também foi perguntado aos entrevistados: “Você tomou conhecimento de algum afastamento da função de Tutor? Caso sua resposta seja sim, comente os argumentos apresentados para tal”.

Gráfico 37 – Conhecimento sobre afastamento de Tutor



Fonte: Pesquisa com Tutores Educacionais Pedagógicos da Regional de Anápolis-GO (2021).

Fonte: Pesquisa com Gestores Educacionais da Regional de Anápolis-GO (2021).



Fonte: Pesquisa com Ex-Tutores Educacionais Pedagógicos (2021).

Respostas dos Tutores Educacionais Pedagógicos da Regional de Anápolis-GO:

- Stress;
- Não tomei conhecimento;
- Não conheço nenhum caso de afastamento;
- Não tenho conhecimento;
- Falei sobre a importância do Tutor e destaquei a parceria;
- Tutor que não conseguia atender e cumprir às demandas propostas pela SEDUC;
- Não conheço nenhum afastamento.

Respostas dos Gestores Educacionais da Regional de Anápolis-GO:

- Motivo doença;
- Porque eles têm mais função para vigiar do que cumprir as determinações das diretrizes, ou simplesmente passar recados, fazer relatórios negativos contra a escola não é culpa deles, mas da própria diretriz, ou instituição...
- Licença saúde;
- Nunca presenciei nenhuma das discriminações acima citadas, se as tivesse presenciado, como parte da equipe Gestora teria sim tomado providências;

- Incapacidade de locomoção automobilística dentre outras como não saber ter diálogo com a equipe pedagógica da unidade escolar pela qual reclamou para a equipe supervisora e para ser Tutor Educacional Pedagógico é necessário ter esse diálogo com a equipe de uma maneira geral.

Respostas dos Ex-Tutores Educacionais Pedagógicos da Regional de Anápolis-GO:

- Quando havia alguma resistência em relação a minha pessoa por parte de algum membro da escola, era levado ao conhecimento da equipe Gestora, e também da coordenação pedagógica da SER Anápolis “hoje se conhece como CRE de Anápolis-GO”;

- Algumas vezes foi preciso conversar com os Gestores para que ele intercedesse de forma a explicar bem para os professores qual a função e contribuições deste profissional. Sempre, nos casos mais sérios, a situação era apresentada à responsável pela Tutoria na CREA.

Relatava aos meus superiores o que ocorreu.

Sobre o afastamento dos servidores e ex-servidores da educação na função de tutoria, a ansiedade, estresse e depressão são os maiores distúrbios listados por professores, tanto pelos Tutores e Ex-Tutores, além dos próprios servidores que estão dentro do ambiente escolar, onde todos alegam que existe um sobrecarga na rotina diária devido a vários fatores como nível do ambiente físico de trabalho, sensação de serem desvalorizados profissionalmente e financeiramente, apoio dos familiares e dos poderes políticos relacionados com a educação.

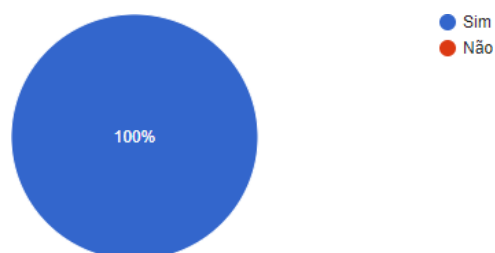
Perguntou-se aos entrevistados: “Você entende como importante para a educação que a função do Tutor Educacional Pedagógico seja regulamentada e oficializada em todas as instâncias?”

Gráfico 38 – Importância da Função do Tutor Educacional Pedagógico



Fonte: Pesquisa com Tutores Educacionais Pedagógicos da Regional de Anápolis-GO (2021).

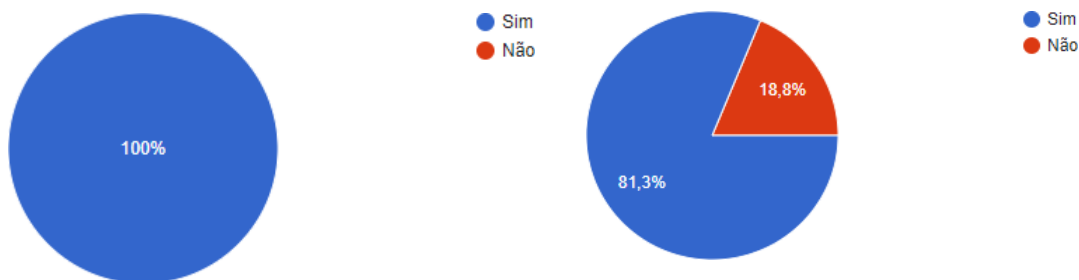
Fonte: Pesquisa com Gestores Educacionais da Regional de Anápolis-GO (2021).



Fonte: Pesquisa com Ex-Tutores Educacionais Pedagógicos (2021).

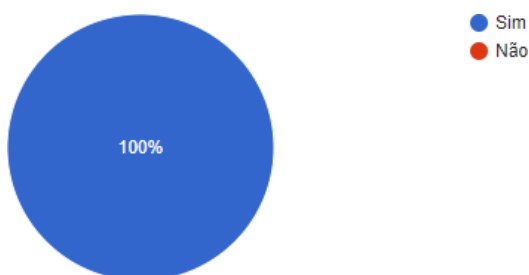
E ainda: “Você Tutor (a) gostaria que a função do Tutor Educacional Pedagógico fosse regulamentada por todas as instâncias governamentais e que se tornasse oficializada em todo o âmbito nacional?”

Gráfico 39 – Importância da Regulamentação da Função do Tutor Educacional Pedagógico



Fonte: Pesquisa com Tutores Educacionais Pedagógicos da Regional de Anápolis-GO (2021).

Fonte: Pesquisa com Gestores Educacionais da Regional de Anápolis-GO (2021).



Fonte: Pesquisa com Ex-Tutores Educacionais Pedagógicos (2021).

Também foi perguntado: “Caso você deixasse essa função de Tutor Educacional Pedagógico, você voltaria para qual função? Justifique.”

Gráfico 40 – Caso deixe a função do Tutor Educacional Pedagógico, voltaria para qual função?



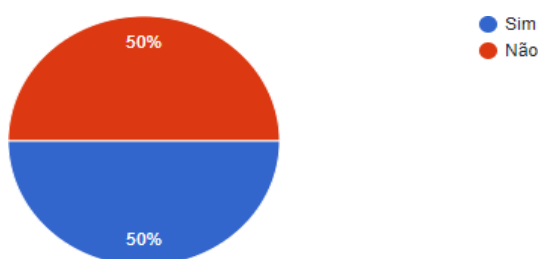
Fonte: Pesquisa com Tutores Educacionais Pedagógicos da Regional de Anápolis-GO (2021).

Justificativa dos Tutores Educacionais Pedagógicos da Regional de Anápolis-GO:

- Como professor, acredito ser importante passar por todas as instâncias (cargo e função) no que diz respeito à secretaria em que trabalho. Saber como funciona a máquina Educacional como um todo nos torna mais efetivos enquanto educadores e nos direciona melhor no que diz respeito às decisões tanto no ambiente pedagógico quanto no administrativo. Gosto muito do trabalho pedagógico e também por ser minha área de formação;
- Sou professor de Língua Portuguesa e não tenho problemas em ministrar aulas;
- Caso deixasse a função de Tutor tenho desejo de trabalhar com crianças com necessidades especiais, pois tenho um carinho muito grande com esse público;
- Tenho perfil e capacidade para ser uma excelente CP, já estive nessa função em 2016;
- Devido a problemas de saúde, não tenho condições de assumir sala de aula;
- Por gostar da parte pedagógica e poder contribuir com a unidade e os professores. Tutor tem um papel de intermediação entre as escolas e a secretaria regional de educação. Função que precisa ter conhecimento para prestar assessoria pedagógica e de gestão às escolas. É uma função que enfrenta alguns desafios nas unidades escolares, por não conhecerem a importância desse profissional; associam-se como um mero fiscal que diz respeito à secretaria em que trabalho;
- Saber como funciona a máquina Educacional como um todo nos torna mais efetivos enquanto educadores e nos direciona melhor no que diz respeito às decisões tanto no ambiente pedagógico quanto no administrativo. Gosto muito do trabalho pedagógico e também por ser minha área de formação;
- Gosto da área pedagógica. Aprendo muito e posso contribuir também Gosto da função de Coordenador Pedagógico.

“Caso você deixasse essa função de Gestor da escola, você aceitaria o convite para ser um Tutor Educacional Pedagógico? Justifique.”

Gráfico 41 – Caso deixe a função de Gestor aceitaria a função de Tutor Educacional Pedagógico?



Fonte: Pesquisa com Gestores Educacionais da Regional de Anápolis-GO (2021).

Justificativas dos Gestores Educacionais da Regional de Anápolis-GO:

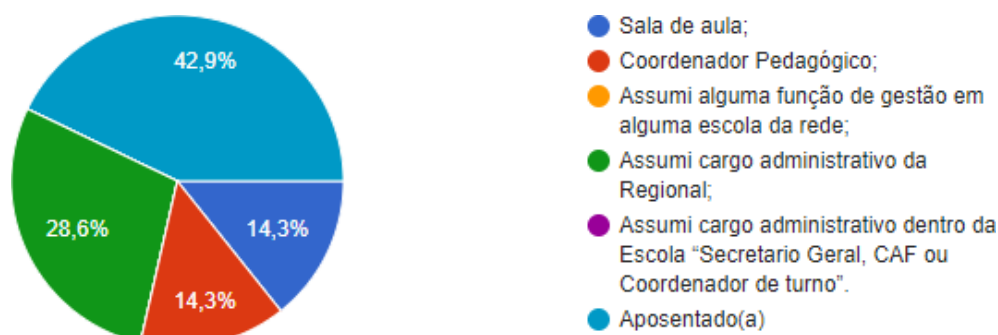
- Não me atrai.
- Não aceitaria, pois acho que existe muito preconceito ainda quanto à função do Tutor, a visão de uma grande parte dos servidores da educação é de que o Tutor está na escola somente para punir, vigiar e denunciar, além do mais não gostaria de ficar de escola em escola, viajando entre municípios para atender escolas;
- Identifico com a parte pedagógica do Tutor;

- Não vejo mais necessidade dessa função, pois as informações chegam por outros meios. Muitas vezes nós que repassamos informações a eles. Com isso sobra apenas a função de vigiar a gestão e os professores. E acho que as escolas não precisam desse tipo de vigilância. É muito luxo poder pagar alguém só para vigiar as escolas;
- Já fui Tutora, e é a pior e a mais difícil função que existe, porque a escola tem muito serviço e nem sempre podemos sentar para receber Tutores, a demanda da escola é muito grande, a função do Tutor é para orientar, mas às vezes foge do foco, fica em apenas para relatar o trabalho do Gestor, se o Gestor está cumprindo as diretrizes ao bom funcionamento da escola, observa tudo, relata tudo, pontos negativos, e positivos, fragilidades, e ali mesmo elas tem que resolver e esclarecer com o Gestor que tais procedimentos não podem, mas em nenhum momento tem uma palavra de apoio, ou soluções, sugestões, por isso que é tenso. Você tem que seguir os decretos, os ofícios e as leis;
- Quando era tutora, uma Gestora me recebeu a ponta pé, porque a escola não estava em um bom funcionamento... não estou criticando, mas se não entender que temos sim problemas, temos sim conflitos, temos dificuldades e pelo menos trazer soluções para a unidade, a escola não carece desse profissional, já tem muitos órgãos para nos fiscalizar, tem a comunidade, os funcionários, os alunos, então eu dispensei críticas destrutivas!
- Gosto de trabalhar na formação de professores e no trabalho pedagógico direcionado para as equipes escolares;
- Seria uma nova oportunidade de conhecimento;
- Já não faz o perfil profissional que atuo. Deixando a função de Gestor, minha preferência é ser professor;
- Não me sinto atraído pela função;
- Não tenho perfil;
- Acho que para ser tutor deveria ser pré-requisito conhecer as esferas da educação ou pelo menos ter passado pela sala de aula, coordenação e gestão;
- Gostaria de contribuir com meu trabalho;
- A dedicação exclusiva em um trabalho tão importante não recebe a ajuda de custo e o complemento salarial justo, não tenho a disponibilidade em atender fora do município;
- No momento não gostaria de atuar como Tutor Educacional Pedagógico;
- Sim, pois vejo o Tutor como um aliado à educação, gostaria de contribuir também nesse processo de ensino aprendizagem, bem como na função pedagógica de formação dos professores e equipe diretiva;
- Gosto do pedagógico e acho que me identificaria com a função;
- Já exerci essa função, enquanto for uma função política, não alcançará seus méritos;
- Acho muito válida essa função Boa a unidades escolares;
- Gosto de contribuir com o desenvolvimento de pessoas e acredito que essa seja uma das diversas funções que o Tutor exerce;
- Acho a função muito pesada quero descansar;
- Acredito que poderia contribuir muito com as unidades educacionais, através de minha experiência enquanto Gestor;
- Nunca pensei sobre o assunto;
- Novo desafio;
- Prefiro a sensação de pertencimento que a alocação em uma unidade escolar nos traz;
- Acho que uma função de grande importância nas escolas;
- Muito trabalho;
- Muito difícil essa função. Tiro o chapéu para as Tutoras;
- Acho que meu conhecimento de gestão contribuiria para o trabalho, principalmente em ajudar orientar Gestores iniciantes;
- Me sinto preparada para assumir tal função;
- Pensaria no caso;
- Eu não conseguiria cumprir tantas demandas e nem estaria disponível a estar viajando para atender escolar em outro município;
- Acredito que exista um processo de preparação e suporte de forma humanizada e personalizada para toda a equipe de profissionais em determinada unidade escolar

com o foco no aluno. Com a experiência de Gestão e liderança durante anos, poderia contribuir para formação para quem está iniciando, pois a grande maioria não possui referenciais e nem um discipulado para obter menos fracassos e obter mais sucessos na gestão de liderança para quem está iniciando uma liderança.

“Quando você deixou a função de Tutor Educacional Pedagógico, você voltou para qual função?”

Gráfico 42 – Função assumida quando deixou de ser Tutor Educacional Pedagógico



Fonte: Pesquisa com Ex-Tutores Educacionais Pedagógicos da Regional de Anápolis-GO (2021).

Nesta pesquisa observa-se que a grande maioria de Ex-Tutores aposentaram, verificando que este cargo realmente tem que exercer uma certa cultura de experiências pedagógicas e de liderança. Em segundo plano, as Tutoras assumiram funções administrativas da CRE-GO, por estarem afastadas por muito tempo da rotina de sala de aula e de coordenação, sendo que a grande maioria delas(es), também já estavam perto de aposentarem.

A função do cargo de um Tutor Educacional Pedagógico em tornar-se um essencial apoiador e auxiliador de uma gestão pedagógica de eficiências, principalmente para os que estão iniciando nesse papel, pode ser crucial para as demandas no ensino e aprendizagem para o aluno, uma vez que toda a equipe Gestora assume funções articuladas de Propostas para as Políticas Públicas com o foco na escola.

Observando essa paixão das ações e transformações no acontecer através de comentários de alguns Tutores, é que traz a esperança de uma relação ensino e aprendizagem em encontrar toda a sua potência, fazendo com que a equipe Gestora crie um ambiente que potencialize as iniciativas dos docentes. Isso fará com que o desenvolvimento seja uma rotina resultante das necessidades de se prever espaços e tempo para cada ação de todos os servidores da comunidade escolar: estudo, planejamento, reuniões de formação, acompanhamento do trabalho dos professores e das classes.

Já para os profissionais que gostariam de trabalhar exclusivamente na função administrativa, seja ela na secretaria de uma escola ou na própria Regional, vale frisar que a prioridade sempre será o desenvolvimento do aluno no seu ensino e aprendizagem. E todos os que gostariam de trabalhar fora do ambiente da escola sabem que continuarão tendo que garantir a manutenção da unidade escolar, verificar se a rede da regional pela qual trabalha está em diálogo com a escola, descrever como anda os espaços físicos e do patrimônio da escola, o processo das avaliações externas, cuidar da verificação das frequências dos alunos e da contratação de servidores para a educação, dentre outras obrigações administrativas e orçamentárias. E isso, sempre com o foco no processo e na otimização dos recursos e a integração de todos os setores da escola, e na garantia do cumprimento de leis e diretrizes de ensino.

CAPÍTULO III – O TUTOR PEDAGÓGICO NA REGIONAL DE ANÁPOLIS-GO

Como já citado anteriormente, a função do Tutor Educacional Pedagógico é conhecer as políticas públicas na área da Educação, nos níveis federal e estadual, demonstrar postura ética e coerente com as concepções (práxis) apresentadas nos referenciais do Plano Estadual de Educação, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e nos demais documentos normativos da SEDUC-GO. Deve ainda ter conhecimento sobre avaliação, Projeto Político Pedagógico, Matriz Curricular do Estado de Goiás, Matriz de Referência do SAEB, Matriz de Referência do ENEM e programas de formação continuada.

É um profissional que necessita ter habilidade para o trabalho em equipe, reconhecendo sua importância, sendo flexível e ágil na articulação e mobilização de pessoas, ter habilidade no uso de sistemas de monitoramento e controle de processos, expressar seriedade e comprometimento profissional na efetivação do trabalho, ser dinâmico, criativo e inovador quanto ao desenvolvimento de práticas pedagógicas (GOIÁS/SEDUC, 2020, p. 274).

Muitos professores veem os Tutore Educacionais Pedagógicos como alguém que está ali para supervisioná-los, apontar erros, relatando suas aulas para a equipe Gestora, já que esse é por muitas vezes o papel do Coordenador Pedagógico nesse mesmo cenário. E mesmo com essa visão o Tutor Educacional Pedagógico deve cumprir seu papel, propondo à escola tarefas e proporcionar uma capacitação para equipe Gestora daquilo que o Estado almeja para a Educação do Estado de Goiás para que toda a rede de ensino esteja alinhada com as políticas educacionais na aprendizagem dos alunos.

O Tutor planeja e organiza as atividades a ser enviadas às escolas que acompanha, sendo de 05 a 07 unidades escolares, segundo a organização e planejamento nesta política do atual Governo, Ronaldo Ramos Caiado, e a Secretária de Educação do Estado de Goiás, Aparecida de Fátima Gavioli.

Relembrando o que foi descrito no Capítulo II, as atividades são desenvolvidas nas unidades escolares e estão a cargo do Gestor e da Coordenadores Pedagógica ou de Turno³⁶ que

³⁶ Modulação do Coordenador Pedagógico e de Turno: O quantitativo de Coordenadores Pedagógicos “CPs (Coordenadores Pedagógicos)” modulados na unidade educacional será definido pelo número de turnos e turmas, considerando a seguinte carga horária: turnos matutino e vespertino: 40 horas (exceto em UEs que funcionem em apenas um turno); turno noturno: 30 horas, observando-se as considerações apresentadas adiante. Será permitido ao CP modulado no Matutino/Vespertino complementar carga horária no contraturno, sob a condição de que o profissional modulado nessa função tenha dois períodos da semana livres para a participação nas formações e cumprimento de horas complementares na UE.

Observação: O quantitativo de CPs nas Unidades Educacionais obedecerá aos quesitos a seguir: 1. Todo turno terá direito a 1 (um) coordenador pedagógico, desde que, no respectivo turno, haja, no mínimo, 3 (três) turmas e mais de 90 (noventa) estudantes matriculados; 2. Nos casos em que houver 15 (quinze) ou mais

deverão repassá-las aos professores. A partir do momento que é repassado, o Tutor Educacional Pedagógico assinará o monitoramento das ações que estão sendo desenvolvidas nas Escolas. Após reflexões e análises dos relatórios, informações e comunicados a equipe Gestora, acontecerá a observação do trabalho do professor, acompanhando os resultados dos alunos, dando sugestões quando necessário a desenvolver atividades que atendam as especificidades daqueles alunos que apresentam maiores dificuldades na aprendizagem ou comportamental.

De acordo com algumas informações Gestores, Coordenadores e até mesmo alguns Tutores, acreditam que ele não tem um perfil definido, e, na maioria das vezes, “fazem tudo”, quando desenvolvem a função de psicólogos e até mesmo de Gestor, quando muito dos professores o veem com perfil de liderança maior que a própria Gestão, de um modo geral, e, às vezes, por ser um representante direto da CRE. E essa visão sobrecarrega e atrapalha os Tutores a exercerem a sua principal função, que seria apenas a de coordenar e apoiar o trabalho pedagógico, auxiliando Gestores e Professores na parte pedagógica.

Segundo Quirino (2015), citado por Saviani (1996), o processo educativo é um fenômeno complexo tanto na forma de organização quanto na forma de efetivação. Diante dessa afirmação de complexidade no processo educativo, pode-se dizer que não é fácil exercer uma função de Tutor Educacional Pedagógico, pois ele precisa ter ou desenvolver habilidades que organizem seu trabalho diário, e o trabalho da equipe Gestora. São Professores que desenvolvem a função de Tutor Educacional Pedagógico e que não basta ter apenas saberes profissionais, ele precisa ter saberes experienciais. É aquele velho discurso teoria sem prática não serve, e vice-versa. Conforme Saviani (1996, p. 151) os saberes experienciais não são um tipo de saber diferenciado, isso porque “não se trata aí de um conteúdo diferenciado dos demais, mas de uma forma que pode estar referida indistintamente aos diferentes tipos de saber”.

3.1 A visão sobre estes profissionais no ambiente escolar

O Tutor Educacional Pedagógico, no atual contexto, assume função crucial no processo. Surge com dupla função, ser um mediador e um fiscalista do processo de educação pública do Estado, de forma que a perspectiva dos modos de participação que embasa a construção de conhecimentos do aluno, assim como daquilo que se espera do futuro cidadão culmine com aquilo que o Estado pensou para seu povo.

turmas no mesmo turno, poderão ser modulados 2 (dois) Coordenadores Pedagógicos; 3. Caso a UE funcione apenas em um turno e tenha direito ao CP, este será modulado com carga horária de 30 (trinta) horas. A redução ou ampliação de turmas ao longo do semestre poderá acarretar na redução ou ampliação do quantitativo de CPs da UE. (GOIÁS/SEDUC, 2020, p. 226. Grifos meus).

Para dar sentido ao objeto desta pesquisa, procurou-se analisar os dados conforme a participação e a presença do Tutor nas atividades cotidianas das escolas e nas avaliações externas que são realizadas pelos governos estadual e federal. Assim, os dados foram analisados numa abordagem de base interpretativa numa perspectiva crítica. Em que a cada ação realizada ou não realizada pela unidade escolar, mostramos o resultado da ação relacionada ao Tutor Educacional Pedagógico.

Os resultados das análises permitiram caracterizar as interações entre Gestor e Tutor, normalmente aceitos pelos professores, indicando a segurança ou não de seu papel profissional dentro do ambiente escolar. Na cartilha do Guia Tutorial (2018), já citada no Capítulo I, do Instituto Unibanco Itaúsocial, parceiro do Estado de Goiás na formação dos tutores educacionais, o propósito do Tutor é dar instruções, avaliar ações e incentivar análises dos *feedbacks* realizados com coordenadores e professores, com o objetivo de aprimorar os conhecimentos, a reflexão e a prática do Tutorado (professor ou Gestor pedagógico), sempre com finalidade de qualificar a aprendizagem dos alunos de acordo com a política de governo.

O Tutor Educacional Pedagógico, no atual contexto, assume função crucial no processo na gestão da educação. Atua com dupla função, ser um mediador e um fiscalista no processo da educação pública na rede estadual de ensino, de forma que contribua na perspectiva dos modos de participação que embasam a construção de conhecimento do aluno. Isso porque espera-se que o educando ao sair da Educação Básica entenda as noções básicas de cidadania além dos conhecimentos formativos adquiridos ao longo do Ensino Fundamental e Médio.

O resultado da pesquisa mostrou que há interação entre o Gestor da escola e o Tutor Educacional Pedagógico. E essa interação, por se tratar de aspectos administrativos e pedagógicos, é aceita pelos professores, uma vez que não interfere diretamente na sua autonomia didática pedagógica.

Nesse sentido, quando essa interação entre Gestor/Tutor Educacional Pedagógico ocorre no ambiente escolar, os resultados dos trabalhos são favoráveis, pois há uma convivência baseada em reflexão crítica, diálogo, escuta, interação e participação dos educadores e educandos.

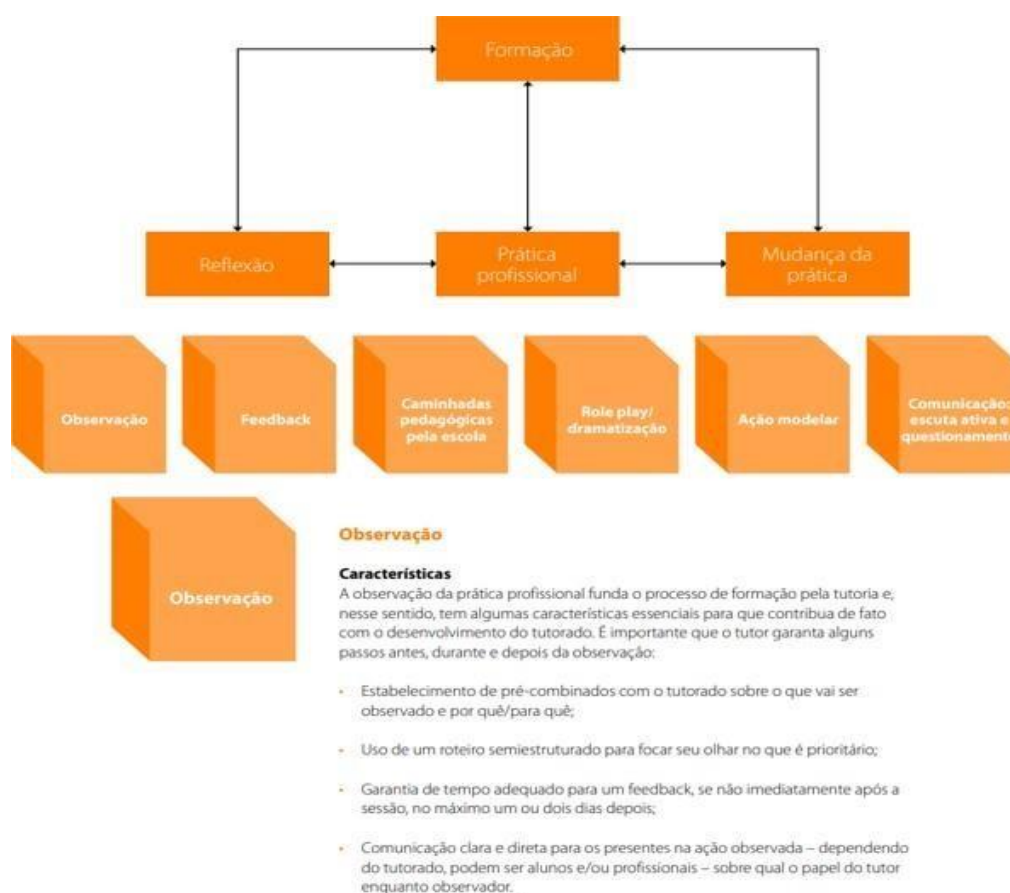
Portanto, para essa função Tutorial existe uma responsabilidade em promover a garantia do direito do aluno com qualidade e equidade. Não há espaço no trabalho de Tutoria para uma postura de baixas expectativas para os alunos, bem como para a equipe escolar como um todo.

Observações da rotina da escola, análise de dados existentes e conversas com outros membros da comunidade escolar permitem identificar possíveis obstáculos ao trabalho do Tutor, assim como os facilitadores – Gestão Pedagógica (Gestor, Secretaria Geral,

Coordenadores e Professores) – que permitirão as mudanças nas atitudes e práticas do Tutorado. A pesquisa também mostra o que pode auxiliar na escolha de estratégias e prazos para aplicação do plano de formação juntando elementos do contexto da escola que podem explicar alguns pontos de atenção no desempenho do Tutorado. Enfim, a pesquisa mostra como as informações auxiliam o Tutor na definição de áreas prioritárias para sua formação e desenvolvimento de seu Tutorado.

A rotina de trabalho do Tutor se pauta em alguns princípios, apoiados pelo que as pesquisas sobre formação e aprendizagem voltadas aos profissionais da educação apontam: Customização³⁷, protocolos e combinados, intencionalidade e transparência, foco na aprendizagem dos alunos.

Imagem 4 – Estratégias da Tutoria Educacional Pedagógica.



Fonte: Guia de Tutoria (2018, p. 7,16-17).

³⁷ Segundo o Guia do Tutor o sentido de customizar é fazer parte do aprendizado que se deve ao seu diferencial de formação customizada. O Tutor precisa olhar atentamente cada tutorado em suas especificidades para construir com ele um diagnóstico e um plano de formação de tutoria. Para isso, identifica desafios e estratégias a partir do que emerge nas conversas com o tutorado e nas observações da sua prática. Em vez de ter uma “receita pronta” para todos, o tutor treina o seu olhar para reconhecer os pontos fortes, as áreas de desenvolvimento e o estilo de aprendizagem de seu tutorado. Disponível em: https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2018/05/46-guia-tutoria-area-09082017_1510329060.pdf. Acesso em: 20 jul. 2022.

Após esses anos estabelecidos entre o período de sua criação até momento atual, o que corresponde entre os períodos da Dupla Educacional Pedagógica ao Tutor Educacional Pedagógico (2004-2021), foi possível fazermos um diagnóstico sobre o trabalho deste profissional, realizando uma pesquisa de caráter científico com Gestores, coordenadores das escolas públicas, bem como as militares e conveniadas, com Tutores e Ex-Tutores sobre o sentido da função e carreira pedagógica além de suas perspectivas de futuro.

Nesse sentido, olhar sua atuação profissional e, entre suas aspirações estão a manutenção do cargo, a definição de sua função e de suas ações e práticas pedagógicas, além disso, o que aspira esse profissional. Esse profissional conecta-se com as ideias atuais sobre como promover uma educação de qualidade tendo que estar centralizado com o pensamento dos jovens, observando o que pensam, seus desejos e anseios e sempre com o olhar de servidores que atuam em prol da educação.

3.2 Tutoras e mulheres: jornadas e condições de vida no trabalho da docente

As funções da Tutoria Educacional Pedagógica são variadas, mas nem sempre estão bem demarcadas. Enquanto o Coordenador Pedagógico ou de Turno atua junto aos professores para que as ações pedagógicas sejam alcançadas, o Tutor Educacional Pedagógico acompanha os resultados e elabora os relatórios que serão repassados às regionais da coordenação conforme descrito no subtítulo 2.3 desta dissertação, quando se descreve sobre a Receptividade do Tutor Educacional Pedagógico no sistema de Ensino da Regional de Anápolis-GO.

Para oferecer uma dimensão mais precisa, já que a Secretaria Estadual de Ensino exige que o profissional Tutor Educacional Pedagógico tenha em vista promover a integração dos indivíduos que fazem parte do processo ensino-aprendizagem, estabelecendo relações interpessoais entre os envolvidos, ou seja, isso abrange desde a Secretaria Estadual de Educação e seus departamentos pedagógicos, de modulação e financeiro até os servidores dentro de uma escola (comunidade escolar).

É um profissional que atua entre a direção e coordenação, mas que também se relaciona com professores, obtendo um papel estratégico na mediação entre as diferentes instâncias educacionais (Regular, integral, conveniado ou militar), exercendo funções de articulação, formação e possíveis transformações em diferentes ambientes escolares, já que eles não atuam somente em uma escola, mas de 05 (cinco) e, às vezes, em até 08 (oito) escolas, dependendo dos períodos entre políticas de governo.

Por meio dessas políticas, o objetivo principal do Tutor Educacional Pedagógico é

oferecer um apoio e suporte constante a equipe Gestora e de professores em determinadas escolas processos que são requeridos para que o estudante obtenha aquilo que esteja no Projeto Político Pedagógico e com as Diretrizes, projetos e programas de Governo da melhor maneira possível de acordo com seus programas e projetos.

No entanto, a identificação de um aspecto da identidade destes profissionais que foi percebido é o fato de serem a maioria mulheres, como já foi demonstrado nos dados fornecidos pela CRE da Regional de Anápolis-GO.

Segundo a Diretriz do Estado, Tutor Educacional Pedagógico tem que estar preparado para as formações necessárias, entender e compreender a sua real responsabilidade em fazer as articulações necessárias que serão demandadas entre os atores e o domínio das leis e diretrizes que envolvidos em todo o processo de ensino e aprendizagem. Devem discutir aspectos relativos ao rendimento escolar dos alunos e propor soluções para potenciais dificuldades de aprendizagem ou de possíveis problemas estruturais e físicos para a gestão Escolar, bem como fortalecer o processo das bases referenciais do ensino e aprendizagem estadual e federal, buscando, junto com a gestão, a equidade do currículo mínimo exigido pelas políticas de governo.

Tanto para o Tutor Educacional Pedagógico como para a Equipe Gestora com os seus conhecimentos e suas práxis pedagógicas, devem auxiliar, por meio de capacitações e cursos, muitas vezes *on-line*, que abordem temas de relevância como prática de ensino, didática e métodos avaliativos, juntamente com toda a equipe pedagógica, administrativa e a Secretaria da unidade escolar, na tentativa em fornecer reflexões contínuas, com o fazer educacional, proporcionando questões aos docentes através de uma postura crítica sobre o papel docente frente à comunidade local e com a realidade social e política de momento.

Com este papel, e ainda com essa responsabilidade do fazer em muitas escolas, está a profissional que acompanha, e se depara com o seu lado humano e o seu conhecimento físico e emocional deste (a) servidor (a), sendo que a grande maioria é constituído pelo gênero feminino, ou seja, a professora, que subsiste ao desgaste emocional e psíquico, quando não atinge o resultado esperado não só nas escolas que acompanha, mas de si mesma. No entanto, é importante alertar-se para as diferentes questões pontuadas por diferentes sintomas abaixo que serão alocadas:

No tocante à naturalização da problemática do mal-estar e dos sofrimentos e adoecimentos na docência, estudos mostram que professores têm dificuldades em perceber o processo de saúde-doença no trabalho e demoram para buscar serviços de atenção à saúde - e quando o fazem, apresentam pouca aderência aos tratamentos e às formas de cuidado (BEZERRA *et al.*, 2014; SOUZA *et al.*, 2014). Além disso, os

professores nem sempre valorizam as necessidades de prevenção e promoção da saúde e apresentam uma cultura de naturalização dos problemas à condição de ser/estar professor (ARBEX; SOUZA; MENDONÇA, 2013). Ademais, Cortez *et al.* (2017) destacam a passividade e a delegação de responsabilidades a terceiros quando se trata da prevenção e da promoção da saúde docente. O professor, na condição de cuidador dos alunos, tem pouca aptidão para ser cuidado! (SILVA; HELOANI, 2009). Há invisibilidade do cuidado e da promoção da saúde na cultura docente; do mesmo modo, há negligência do bem-estar docente na organização do trabalho escolar (FANTINI; FERREIRA; TRENCHÉ, 2011, p. 217).

Muitas dessas profissionais trabalham sob pressão de resultados e da dupla jornada diária de trabalho em uma sociedade que ainda privilegia o trabalho do homem e que não ampliam o seu olhar para uma retomada de dimensões, não bastando somente resultados, mas a participação em questões sociais numa cultura que vem desde a escola nova na luta por uma educação verdadeiramente inclusiva e democrática conforme descreve Saviani (2021, p. 51):

Assim como a escola tradicional, proposta pela burguesia volta-se contra os seus interesses obrigando a uma recomposição de hegemonia por intermédio da Escola Nova, assim também a Escola Nova não fica imune à luta que se trava no seio da sociedade. Se o credo escolanovista se torna predominantemente e toma conta das cabeças dos professores é inevitável o surgimento de pressões no sentido de que a Escola Nova se generalize. Se o escolanovismo pressupõe **métodos sofisticados**, escolas mais bem equipadas, menor número de alunos em classe, maior duração da jornada escolar, se trata de uma escola mais agradável, capaz de despertar o interesse dos alunos, de estimulá-los à iniciativa, de permitir-lhes assumir ativamente o trabalho escolar, por que não implantar esse tipo de escola exatamente para as camadas populares nas quais supostamente a passividade, o desinteresse, e as dificuldades de aprendizagem são maiores?[...] Os ainda não escolarizados, estes estão interessados na escolarização e não na desescolarização. (Grifo do autor).

Torna-se importante destacar que a postura que uma Professora “Tutora Educacional Pedagógica” assume, consciente de suas responsabilidades e funções que lhe são impostas, e mesmo indicando métodos sugeridos pelos projetos e programas de políticas de governo, que poderão proporcionar à escola, ao aluno e o seu aprendizado, possibilidades de um futuro mais ou menos humano e de conhecimentos limitados para o seu crescimento como cidadão e na qualificação do seu futuro trabalho ou simplesmente técnico conforme as necessidades de mercado e dos ideais políticos neoliberal vigente. Conforme Jürgen Habermas (2016), que traz essa reflexão sobre a razão da consciência:

À medida que procuramos aclarar o conceito de racionalidade com base no uso da expressão “racional”, tivemos de nos apoiar sobre uma pré-compreensão que se encontra ancorada em posicionamentos modernos da consciência, [...] partimos do pressuposto ingênuo de que na compreensão de mundo moderna que expressam certas estruturas da consciência que pertencem a um mundo de vida racionalizado e por princípios que possibilitam uma condução racional de vida (HABERMAS, 2016, p. 94).

Entretanto, nem sempre se consegue racionalizar o que as funções no trabalho exigem, com as condições socioemocionais e biológicas existentes para cumpri-las. Tais Profissionais antes de serem Tutoras Pedagógicas, foram e são professoras. Todas elas sabem muito bem como é um ambiente na sala de aula de uma escola pública, das dificuldades da falta de estrutura física e de matérias com ergonomia e organização do ambiente de trabalho necessária ao aluno e ao professor e as várias demandas que param nas mãos dos Tutores Educacionais Pedagógicas.

O resultado é que, ocupadas em afazeres, muitas acabam não dando conta de sua função prioritária na escola: a formação contínua em serviço dos coordenadores e professores. Tais medidas foram editadas pela Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, nos termos do Art. 10 da Constituição Estadual, que sancionou a Lei de nº 20.115/2018, no Art. 39, já mencionada nesta dissertação, que determina as funções dos Tutores Educacionais Pedagógicas:

I – promover e desenvolver mecanismos internos que favoreçam a melhoria do desempenho de diretores e coordenadores pedagógicos das unidades escolares, com vista à gestão para resultados; II – ampliar as ações pedagógicas nas unidades escolares com foco na melhoria da proficiência dos alunos, de modo a promover seu desenvolvimento dinâmico e coerente delas; III – promover formação continuada em serviço de diretores e assessorar o trabalho dos coordenadores pedagógicos, a fim de melhorar a prática pedagógica dos professores; IV – assessorar, planejar e acompanhar ações pedagógicas nas unidades escolares atendidas, tendo em vista os programas e projetos pedagógicos desenvolvidos pelo órgão estadual de educação; [...]; VI – orientar e participar da elaboração ou atualização do projeto político pedagógico e do regimento escolar das unidades escolares, observadas as Diretrizes Curriculares Nacionais, a Matriz Curricular de Referência e as normativas do Conselho Estadual de Educação; VII – acompanhar a execução das ações propostas no plano de ação das unidades escolares, sugerindo intervenções necessárias ao alcance das metas;

Como tal função exigem trabalhos relacionados com a gestão de pessoas, muitos comparam tal função como de apoio a gestão de uma escola que chegou para desafogar o(a) Gestor(a) das várias tarefas entre o administrativo e o pedagógico. O Tutor repassa e verifica se os níveis de ensino e aprendizagem estão condizentes de acordo com as políticas de Governo, verificam os relatórios semanais dos pontos positivos e negativos relacionados à rotina escolar da semana anterior e repassam para gestão escolar, prosseguindo, assim, para outras unidades escolares, a fim de exercer os mesmos papéis, com as mesmas demandas solicitadas, verificando sempre se as unidades escolares estão de acordo com o seu PPP e com os projetos e programas de governo para aquele período, seguindo uma rotina de trabalho que é recomendado pela SEDUC-GO.

Em uma pesquisa da Fundação Victor Civita - FVC³⁸ (2017) detectou que entre os (as) Gestores (as), 9% reconhecem não cumprir sua missão primordial em gerir a escola e acompanhar o trabalho pedagógico de forma eficaz. No entanto a pesquisa constatou que a maioria não consegue exercer a função pedagógica na sua totalidade. Outros 26% admitem ser insuficiente o tempo dedicado ao Projeto Político-Pedagógico (PPP) cuja criação coletiva é atividade-chave no processo de formação docente.

Além disso, as solicitações ocorridas à distância, devido à pandemia da Covid-19 durante os anos de 2020 e 2021, chegaram à Tutoria Educacional Pedagógica providas de todos os lados: dos diretores não só para os assuntos pedagógicos, mas também os estruturais e financeiros, dos coordenadores e dos professores, das divisões de tarefas, das avaliações e dos projetos determinados pela Secretaria Estadual de Ensino, conforme foi determinado pela Lei nº 20.115/2018, no artigo 39 já citado.

É mais uma prova que falta clareza sobre quais são as tarefas primordiais, secundárias e opcionais dos Tutores Educacionais Pedagógicas, que ainda estão descobrindo os limites de seu papel e, por isso, aceitam todas as demandas que lhe são dadas, sobrecarregando-se de trabalho, sem condições concretas de refletir sobre as prioridades a serem elencadas. E a essa ausência de clareza demonstra um parâmetro de um programa que ainda está em construção, tentando formar sua identidade em serviço levando em conta o que as leis determinam como seus deveres e as demandas e imposições no seu trabalho nas escolas e na Coordenação Regional no seu município.

Os Tutores Educacionais Pedagógicas necessitam e precisam de cuidados, pois é bem ilustrativa o que pode ficar esquecido em meio à pressão em dar suporte às escolas e às ações, e intervenções sugeridas à sua Regional na qual assistem, pois, por trás das mesas que separam os Tutoras Educacionais Pedagógicas com Coordenador da CRE, Gestores, Coordenadores e professores, estão pessoas. E no caso ainda como docentes e profissionais, elas “Tutoras Educacionais Pedagógicas”, às vezes, precisaram alterar drasticamente as suas rotinas de trabalho e ao mesmo tempo a sua vida.

Com postura que venha a obedecer frente aos planos de governo, que devem ser informados das ações e, conseqüentemente, inseridos metodologicamente nas escolas pela qual ela acompanha, sempre com objetivos em proporcionar ao aluno o seu aprendizado, busca um

³⁸ Disponível em: <http://www.clickideia.com.br/sg/uploads/uploads/estudos/estudos-pesquisas-computadores-e-internet-nas-escolas-publicas.pdf>, - Gestão escolar nas escolas públicas de Ensino Básico das principais capitais brasileiras: o perfil do protagonista (p. 211). Acesso em: 20 jul. 2021.

futuro mais humano e de conhecimentos necessários para o estudante e seu crescimento como cidadão e na qualificação do seu futuro trabalho.

As cobranças por resultados e prazos associadas à precariedade das condições de trabalho, seja ela Tutora Educacional Pedagógica ou Professora, ainda impõem um sobre-esforço, principalmente para a mulher por ter uma responsabilidade cultural e patriarcal por impô-la ao trabalho duplo, ou seja, o cuidar muitas vezes dos seus parentes de primeiro grau ao chegar em casa, se esquecendo muitas vezes da sua saúde pessoal e principalmente mental. É fato que o trabalho e os problemas pessoais desse profissional que continua exaustivo.

3.3 Perspectiva de Futuro deste Profissional frente à política atual de Governo

Este programa da Tutoria Educacional Pedagógica continua no governo atual, ou seja, no Governo Ronaldo Caiado incentiva-se a participação nos cursos de formação para Tutores Pedagógicos, pois eles são os representantes da Secretaria Estadual de Educação. E, em uma das formações, para ações de presença no comportamento numa posição de formador pedagógico dos programas políticos educacionais no espaço escolar. No cotidiano escolar, são inúmeros eventos que surgem, havendo, assim, uma comunicação e orientação feita pela equipe de gestão, onde todos exercem suas funções. E é nesse momento que o Tutor Pedagógico intensifica o plano de governo.

Muitas pessoas no ambiente de ensino observam o Tutor como um faz tudo da Coordenadoria Regional de Educação, ou seja, quando este profissional está no ambiente escolar, o seu objetivo é simplesmente observar, vigiar, impor as decisões da Secretaria Estadual de Educação e relatar a rotina da escola, se estão todos os personagens principais em seus lugares normais de rotina e se o trabalho está sendo bem feito, numa práxis positivista do ideal muitas vezes de conceitos neoliberais e conservadores, conforme descreve um dos relatos da pesquisa com Gestores e coordenadores.

Mas, ao analisar as orientações e normativas deste profissional, podemos verificar que existem sim propósitos que estão acima dos conceitos ou pré-conceitos que são impostos a este professor formador, caso as políticas públicas venham a ser em conformidade às necessidades humanas e aos objetivos da sociedade contemporâneas. Contudo, a utilidade do Tutor Educacional Pedagógico com certeza poderá agregar valores pedagógicos, por meio de suas experiências com as funcionalidades da escola no que concerne ao ensino e à aprendizagem do aluno, como descreve o seu perfil em demonstrar postura ética e coerente com as concepções (práxis) apresentadas nos referenciais do Plano Estadual de Educação, na Lei de Diretrizes e

Bases da Educação do Estado de Goiás (2020-2022). Ele deve ter habilidade para o trabalho em equipe, reconhecendo sua importância, sendo flexível e ágil na articulação e mobilização de pessoas, além de saber respeitar as opiniões e saberes alheios, de modo a contribuir para o desenvolvimento do próprio aprendiz e do aprendiz do outro, ou seja, ter o mínimo de conhecimento de leis e experiências em auxiliar e apoiar quem está iniciando ou até mesmo compartilhando e práticas pedagógicas.

Essa junção entre a comunicação da Tutoria Educacional Pedagógica e a escola são processos entre trocas de ações compartilhadas, de conexões em consonância constituídas por sentidos de formações para uma melhora no que diz respeito ao ensino e aprendizagem com o foco no aluno e de intensões estabelecendo movimento ativo e construção de relações harmoniosas. Ou seja, uma possível participação e contribuição em busca de uma sociedade com mais equidades e menos desigualdades, e essas conquistas advêm com um bom diálogo com pessoas com propósitos positivos na sua comunicação e nas suas ações.

Conforme Wong (2006, p. 134) “[...] estar bem-informado e saber se comunicar colocam você em um estágio bem mais consciente. Tanto no que diz respeito à sua expertise, pois comunicar é uma arte, como pelo fato de situá-lo no centro de soluções de problemas.”

Esta pesquisa, que retrata sobre quem são os Tutores Educacionais Pedagógicos da Regional de Anápolis, consistiu no recorte na busca em conhecer sobre o que realmente está sendo instruído e construído sobre este programa de governo, que a cada período de política insere nova função no campo da educação, mas que ao mesmo tempo é delimitado pelas diretrizes educacionais realizadas pela Secretaria de Educação do Estado de Goiás.

No primeiro momento, através de pesquisas em sites (devido à pandemia da Covid-19, que limitou as visitas nas Secretarias de Governo Estadual e bibliotecas universitárias), buscou-se uma reflexão sobre o futuro dos Tutores frente à cultura escolar e do que se pretendem as políticas públicas do Estado de Goiás relacionada com a educação, um início de processo histórico, as políticas neoliberais que impuseram modelos de políticas educacionais, entre outras, que favorecem as políticas de capital, cabendo a este, definir e decidir sobre os mais variados assuntos e situações.

Na organização escolar, apesar de ser um campo majoritariamente constituído por mulheres, essas políticas seguem um padrão em detrimento da mulher a quem sempre foi dado um papel passivo, e que por isso, não impunha respeito e nem autoridade com o tipo de forma em como as políticas educacionais têm sido impostas e como essas de certa forma favorecem a exclusão social e a marginalização de uma grande parcela da população, em específico a mulher, como define Rogério Diniz Junqueira (2010, p. 211):

Ao longo de sua história, a escola brasileira [...] estruturou-se a partir de pressupostos fortemente tributários de um conjunto dinâmico de valores, normas e crenças responsável por reduzir à figura do “outro” [...] todos aqueles/as que não se sintonizassem com os arsenais cujas referências eram e ainda são centradas no adulto, masculino, branco, heterossexual, burguês, física e mentalmente “normal”.

Acrescenta-se a isso, a distinção de gênero que há na sociedade atual, impulsionada pelo crescimento acelerado nos meios de informações e suas tecnologias, mas que tem na educação um processo ainda obsoleto e que não consegue acompanhar os avanços sociais e econômicos, como descreve Luiz Carlos de Freitas (2014, p. 1091):

O que motiva, portanto, esta nova investida dos empresários é resolver a contradição entre a necessidade de padronizar e liberar um pouco mais de acesso ao conhecimento sem com isso perder o controle político e ideológico da escola. E, neste sentido, consideram a si mesmos a própria solução do problema: nada melhor do que eles mesmos assumirem a direção do processo educativo. Isso exige que se **desmoralize o magistério e os profissionais da educação**, que se mobilize as forças conservadoras e de senso comum da “sociedade” em apoio às suas teses (incluindo os pais), e que se privatize a operação das escolas [...] e introduzem nas redes e escolas processos de gestão verticalizados que permitem elevar o grau de controle sobre os profissionais da educação, a título de garantir a obtenção de metas e índices nas avaliações externas, definindo os objetivos, a avaliação, a forma e o conteúdo da escola. (Grifos do autor).

Há várias pesquisas em que o magistério é composto pela sua grande maioria de mulheres. Dentro desse conjunto, estão os Tutores Educacionais Pedagógicas, antes conhecidos como “Dupla Educacionais Pedagógicas”, que no caso em estudo, revela que em sua grande maioria são mulheres, que já foram diretoras ou Coordenadoras Pedagógicas antes de estarem nesta função.

Cabe aqui novamente uma observação. Este programa ainda é novo. Foi criado pelo Decreto nº 5.974, de 06 de julho de 2004, como Dupla Educacional Pedagógica e transformada como Tutora Educacional Pedagógica Lei Nº 17.854, de 10 de dezembro de 2012, em comparação com outras funções como Coordenadora ou Diretora Escolar, e estão seguindo esta linha onde essas profissionais um dia foram Diretoras “Gestoras” ou Coordenadoras, conforme comprovamos nos dados analisados.

A grande maioria de mulheres líderes, seja ela Tutora Educacional Pedagógica, Gestora ou Coordenadora, dribla os problemas educacionais com alternativas muitas vezes sacrificantes pessoais, para que a equipe escolar tenha o mínimo de formação para o ensino básico em frente às demandas políticas de momento, ou seja, aquilo que o capital neoliberal almeja para o ensino básico brasileiro.

Já que o Tutor Educacional possui ainda um futuro desconhecido, mas que esta função está sendo inserido em outros estados, conforme descrito no Capítulo I desta dissertação, sempre que é questionada e, na maioria das vezes, dissuadida para as questões políticas de

governo e neoliberal. Normalmente, a Tutora tem na sua formação acadêmica princípios que regem sobre o significado e da importância no ensino e aprendizagem da criança, e isto não é simplesmente aleatório, pois todas passaram por estágios, processo avaliativo para serem estatutária dentre outras experiências profissionais, mas pelos critérios do capital neoliberal todas têm que se adequem ao sistema (SAVIANI, 2008, p. 25)³⁹:

Retenhamos da concepção crítico-reprodutivista a importante lição que nos trouxe: a escola é determinada socialmente; a sociedade em que vivemos, fundada no modo de produção capitalista, é dividida em classes com interesses opostos; por tanto, a escola sofre a determinação do conflito de interesses que caracteriza a sociedade. Considerando-se que a classe dominante não tem interesse na transformação histórica da escola (ela está empenhada na preservação de seu domínio, portanto, apenas acionará mecanismo de adaptação que evitem a transformação) segue-se que uma teoria crítica (que não seja reprodutivista) só poderá ser formulada do ponto de vista dos interesses do dominado.

O perfil profissional deste profissional, sob uma perspectiva do sexo feminino de trabalho, exibe um ambiente complexo e rico para a investigação acerca das disposições desse trabalho. Além da atuação direta e específica com o corpo docente, onde as instituições escolares configuram um ambiente de trabalho mantido principalmente pelos recursos humanos necessários para o ensino e aprendizagem do aluno, mas com recursos econômicos justos, elas estão na luta, aqui retratando o salário digno e estruturas físicas condizentes para todos os atores envolvidos.

Todos os envolvidos com o ensino na condição de trabalhadores da educação e que integram uma estrutura de funcionalismo com cargos institucionalmente hierarquizados, atuam com o Tutor Educacional Pedagógico, que trabalha diretamente para adquirir resultados com o(a) Gestor(ar) escolar, que se apresenta no ambiente educacional como a maior autoridade institucional, concentrando poder político e representativo com os(as) coordenadores(as), e representa essa ligação pedagógica de interesse daquilo que se deseja os ideais políticos, seja ele educacional ou os ideais neoliberal capitalistas, onde o interesse maior é o valor dos resultados não importando o aspecto social, emocional, cultural ou econômico.

³⁹ Como indicado no título do livro “Escola e Democracia”, o eixo em torno das relações entre educação e democracia. Se é razoável supor que não se ensina democracia por meio de práticas autoritárias, a preparação dos jovens para uma participação ativa na democratização da sociedade, buscando sempre uma articulação com um trabalho desenvolvido nas escolas com o processo de democratização da sociedade, um processo de ação propriamente pedagógico, para a democratização da sociedade na medida em que se compreende como se coloca a questão da democracia relativamente à natureza própria do trabalho pedagógico, que, por sua vez, implica uma desigualdade real (no ponto de partida) e uma igualdade possível (no ponto de chegada).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo, apesar dos desafios impostos pela falta de material especializado sobre o assunto, mostrou os desafios no processo de formação humana trazidos pelas inovações na base material de produção capitalista evidenciam que a eficiência da escola pública permanece no centro do debate político atual. Considerando os novos requerimentos postos pela determinação histórica do mundo material, nos estudos sobre as políticas educacionais não se pode perder de vista a importância da formação do trabalhador, principalmente a partir da perspectiva da sua formação humana em sua dimensão social.

Quando surgiu o Tutor Educacional Pedagógico, ele era visto pela comunidade escolar como um fiscal do trabalho docente. Porém, mudanças significativas foram ocorrendo no decorrer dos anos no que diz respeito ao seu papel no contexto escolar, especialmente no sentido de acompanhar o andamento do processo administrativo e pedagógico da escola ou mesmo como um auxiliar do Gestor na sua prática administrativa.

Nos últimos anos, esse profissional passou a ser visto como uma figura importante nas relações entre a Secretaria de Educação e as escolas, uma vez que atua como mediador junto à equipe escolar e a regional de educação de Anápolis, em busca da eficiência nos resultados da educação em Goiás. Assim, revela-se um agente que busca discutir junto às escolas os caminhos mais eficazes para se alcançar bons resultados nas avaliações interna e externa.

Diante das contradições entre o perfil do Tutor Educacional Pedagógico, determinado por sua função como representante da Secretaria de Educação do Estado, que busca a formação dos jovens compenetrados com o mercado e, por outro lado, um sujeito histórico que transita num espaço escolar marcado pela diferença. Nesse sentido, é relevante afirmar que o Tutor, antes de tudo, precisa lidar com as diferenças e as contradições do processo educativo, para que não venha desaparecer enquanto sujeito.

Os dados da presente pesquisa mostram que o Tutor Educacional Pedagógico assume lugar de destaque na gestão da Secretária de Educação do Estado, professora Aparecida de Fátima Gavioli. Isso se deve pela determinação que recebe no sentido de buscar avanços nos resultados do SAEGO e IDEB. Para que os resultados aconteçam é necessário que todos os envolvidos no processo educativo estejam voltados para o mesmo objetivo

O índice alcançado no Ideb é parte integrante do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e do Plano de Metas Compromisso “Todos pela Educação” (Decreto n.º 6.094/2007), dispositivo legal que coloca em ação as 28 propostas contidas no PDE, cujo eixo

principal é a qualidade educacional, bem como a mobilização social para atingir as metas estabelecidas pelo plano. Para tanto, empreende-se uma articulação entre União, Estados, Distrito Federal, Municípios e sociedade civil em prol da qualidade da educação. Segundo o Art. 1.º do Decreto 6.094/2007, “O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (Compromisso) é a conjugação dos esforços da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, atuando em regime de colaboração, das famílias e da comunidade, em proveito da melhoria da qualidade da Educação Básica” (BRASIL, 2007).

Segundo alguns teóricos, a exemplo de Bruno (1996), Oliveira (1996) e Souza (1997), a busca da qualificação da escola está ligada à reestruturação capitalista e à lógica da produtividade, uma vez que, numa sociedade globalizada e tecnológica, o foco do processo produtivo passa a ser o intelecto e não a força. Nesse sentido, é preciso investir na qualificação do sistema de ensino, a fim de formar cidadãos capacitados para atender às necessidades emanadas pelo mercado. Portanto, a busca da qualidade na educação não é referência para a consolidação do direito do cidadão em exercer sua participação política e social. A busca da qualidade está muito mais ligada ao desenvolvimento econômico do país, bem como sua inserção no grupo dos países desenvolvidos.

Partindo desse pressuposto, Souza (1997, p. 264) pondera que a educação precisa alcançar qualidade capaz de responder às demandas decorrentes das transformações globais nas estruturas produtivas e do desenvolvimento tecnológico que vem tomando conta de todos os aspectos da vida cotidiana. Ainda segundo essa mesma autora, as avaliações legitimam a qualidade nos processos educativos e nas escolas, pois funcionam como instrumentos de medida, adequação e controle dos sistemas educativos, passando a orientar políticas públicas na área da educação. Indo nessa direção, o programa Tutoria Educacional busca legitimar-se enquanto sujeito nesse processo, para assegurar que o Estado avaliador atue na construção de indivíduos centralizados sobre o sistema produtivo atual.

Para autores como Azevedo (2007) e de Lima (2008), esse processo nada mais é do que uma forma direta de mercantilização da educação, na medida em que se compara e se administra uma instituição escolar, com valores próprios de uma empresa privada, especialmente com a predominância de valores econômicos. As escolas atuais apresentam formato de pequenos laboratórios de preparação de jovens educados na lógica do mercado, sintonizados com o empreendedorismo.

Na perspectiva da reforma, a Secretaria de Estado de Educação de Goiás entendia que era necessário explicitar para a comunidade e sociedade o desempenho das escolas e com essa intenção foi criado o projeto placas do IDEB nas escolas. No ano de 2011, a Secretaria Estadual

de Educação de Educação, através de seu secretário Thiago Peixoto, criou o projeto Índice da Educação Básica (IDEB) nas escolas com o objetivo de tornar público a nota das escolas da rede estadual de educação de Goiás, almejando estimular, mobilizar a sociedade e a comunidade da região onde está inserido a escola, com vistas a melhorar a qualidade do processo de ensino e aprendizagem das escolas da rede pública estadual de Goiás e foram colocadas nas unidades escolares estaduais placas com a nota do IDEB.

Com um discurso baseado na questão da qualidade do ensino e aprendizagem, a Secretaria Estadual de Educação, sob a direção do Secretário Thiago Peixoto, criou em 2011, o Sistema de Avaliação Educacional de Goiás (SAEGO), com a intenção de estimular transformações no modelo de educação da rede estadual de educação, repetindo sempre o discurso da necessidade do oferecimento de uma escola de qualidade. Essa qualidade tão difundida no contexto educacional vincula-se ao instrumental mercadológico que o jovem deve ser preparado visando sua inserção no emprego.

Na mesma direção foi criado o Índice de Desenvolvimento da Educação Goiana (IDEGO) sendo um dos componentes do SAEGO, e, é entendido como um mecanismo que possibilita ter uma fotografia do processo de ensino e aprendizagem das séries examinadas das unidades escolares de Goiás que foram avaliadas. Destaca-se que as avaliações do IDEB ocorrem a cada dois anos, enquanto o SAEGO acontece anualmente, possibilitando uma análise mais rápida do sistema educacional, do processo ensino e aprendizagem, tomada de novas medidas, ações e políticas com o intuito de melhorar a qualidade do sistema educacional.

Para que essas políticas direcionadas a educação pudessem ser acompanhadas, foi criado um programa de incentivo de resultados, em que o Tutor Educacional Pedagógico entraria na execução do programa da seguinte forma:

Tutor pedagógico – a) formação continuada, participar dos de formações ministrados através da Gerência de Tutoria Pedagógica da Secretaria de Estado da Educação; b) presença, estar presente na escola(s) que orienta e/ou na Subsecretaria Regional de Educação que faz parte, e, é lotado (NASCIMENTO, 2017, p. 14).

De acordo com o planejamento semanal de dez turnos/períodos, conforme estipulado pelo Diretor Pedagógico de sua Subsecretaria, com oito turnos nas escolas e dois na Subsecretaria a qual pertence.

Como conclusão deste estudo, pode-se compreender que o Tutor Educacional Pedagógico foi um artifício proposto pelo governo do Estado de Goiás para, através do Pacto Pela Educação, atuar nas escolas a fim de atingir alguns objetivos para o ensino e aprendizagem dos alunos no Estado, como: melhorar os índices nas avaliações externas. Acompanhar a

organização do tempo escolar, e o planejamento dos professores entre outros. Além dessas o BIRD (Banco Mundial), também exigia a descentralização e avaliação externa, atreladas a redução das despesas financeira dos governos nos estados. Assim, no final dos anos 90 e início de 2000, a ideologia do Banco Mundial e de seus seguidores, a questão central era combater a estrutura educacional brasileira, flexibilizando e alterando o sistema, de forma que o sistema educacional e as escolas fossem ajustados ao mercado. Ou seja, as escolas são concebidas como miniaturas de empresas.

A pesquisa se revela importante pelo fato de o Tutor Educacional Pedagógico ser um sujeito ativo e participante nas políticas educacionais na educação no Estado de Goiás. É preciso que novas pesquisas surjam nessa área, pois há lacunas que ainda não foram respondidas desde a identidade deste profissional ao seu papel político no espaço escolar.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. F.; TOSCHI, M. S.; FERREIRA, N. S. R. Os colégios militares em Goiás: processo de expansão e diferenciação da rede estadual. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 12, n. 23, p. 271-287, jul./out. 2022. <http://doi.org/10.22420/rde.v12i23.865>.

AMARAL, F. E. **O que é E-book**. Tecmundo. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/educacao/1519-o-que-e-e-book-.htm>. Acesso em: 22 jul. 2020.

AZEVEDO, J. M. L. de. **A educação como política pública**. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

AZEVEDO, J. M. L. de; AGUIAR, M. A.S. A produção do conhecimento sobre política educacional no Brasil: um olhar a partir da Anped. **Educação & Sociedade**, Campinas, ano XII, n. 77, p. 49-70, dez. 2001b

AZEVEDO, J. M. L. de; AGUIAR, M. A.S. Políticas de educação: concepções e programas. *In*: WITTMANN, Lauro C.; GRACINDO, R. V. (Coord.). **O estado da arte em política e gestão da educação no Brasil (1991-1997)**. Brasília: Anpae; Campinas, SP: Autores Associados, 2001a. p. 15.

BALL, S. J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. **Como as escolas fazem políticas**: atuação em escolas secundárias. Trad. Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

BEZERRA, Z. F. *et al.* **Comunidade e escola**: reflexões sobre uma integração necessária. Curitiba, n. 37, p. 282, 2010.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 25 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. **Conselhos Escolares**: uma estratégia de gestão democrática da educação pública. Brasil: 20004.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. **Conselho Escolar e a aprendizagem na escola**. Brasília: 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. **Conselho Escolar e o respeito e a valorização do saber e da cultura do estudante e da comunidade**. Brasília: 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Subsídios para Diretrizes Curriculares Nacionais Específicas da Educação Básica**. Das Disposições Gerais – Brasília: 2022. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109224/lei-de-diretrizes-e-bases-lei-9394-96>. Acesso em: 17 jul. 2022.

BRUNO, L. Educação, qualificação e desenvolvimento econômico. *In*: BRUNO, L. (org.). **Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo: leituras selecionadas**. São Paulo: Atlas, 1996.

BRZEZINSKI, I. (Org.). **Políticas de formação do magistério: ANFOPE em movimento**. Brasília: Goiânia: Espaço Acadêmico, 2018b.

CAMARGO, S. A. F.; ROSA, S. V. L. Internacionalização das políticas educacionais, trabalho docente e precarização do ensino. *In*: LIBÂNEO, J.C.; FREITAS, R. A. M. M. (Orgs.). **Políticas educacionais neoliberais e escola pública: uma qualidade restrita de educação escolar** [livro eletrônico]. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2018. p. 277-297. Disponível em:

http://www.mprj.mp.br/documents/20184/1330165/Políticas_Educacionais_Neoliberais_e_Escola_Publica_-_uma_qualidade_restrita_de_educacao_escolar.pdf#page=277&zoom=100,0,0. Acesso em: 19 jun. 2020.

CARMO, R; JÚNIOR, R. **Contrarreformas educacionais e o Pacto pela Educação**. Goiânia: Kelps, 2012.

CASELET, M. **Desafios a la calificación: nuevas respuestas de la formación profesional**. México, FLACSO-Sede México, Informes de investigación, 1993.

COLÉGIO ESTADUAL DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS (CEPMGO). **Regimento Interno do Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás**. Goiás: CEPMGO, 2017. Disponível em: <http://colegiomilitarpmvr.com.br/comunicado/RegimentoPronto.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2022.

CRUZ, L. A. C. M. **Militarização das escolas públicas em Goiás: disciplina ou medo?**. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Escola de Formação de Professores e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2017. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/3746> Acesso em: 8 jul. 2020.

CURY, A. **Pais brilhantes: professores fascinantes**. Coleção autoestima. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.

DIAS, M. C. N.; GUEDES, P. M. **Guia de Tutoria pedagógica**. Fundação Itaú Cultural. Disponível em: http://conteudopublicacoes.com.br/itausocial/assets/af200-14fis_pdf_tutped_livro1_v13.pdf. Acesso em: 17 jul. 2020.

DIDONÊ, D. Coluna Compartilhe. **Revista Vida Simples**, São Paulo, v. 129, p. 11, 2013.

EVANGELISTA, E. G.S. **A UNESCO e o mundo da cultura**. 2000. 222p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280781>. Acesso em: 30 jun. 2020.

FABIANI, J.L. O que resta do agente social? A análise sociológica frente à exemplaridade biográfica e à diminuição de si. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP**, São Paulo. Paulo, 14(1): 33-65, maio de 2002.

FANTINI, L. A.; FERREIRA, L. P.; TRENCH, M. C. B. O bem-estar vocal na formação de professores. **Distúrbios da Comunicação**. São Paulo, v. 23, n. 2, p. 217-226, 2011.

FERREIRA, E. M.B. Novos tempos e aprendizagens. **Jornal Mundo Jovem**, Porto Alegre, v. 14, p. 17, 2012.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 35, nº. 129, p. 1085-1114, out.-dez., 2014.

FRIGOTTO, G. A nova e a velha faces do capital e o labirinto dos referenciais teóricos. *In*: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (Orgs.) **Teoria e educação no labirinto do capital**. Petrópolis: Vozes, 2001.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995.

GADOTTI, M. **Pedagogia da Práxis**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

GADOTTI, M. **A escola e o professor: Paulo Freire e a paixão de ensinar**. São Paulo: Publisher, 2007. Disponível em: <http://www.paulofreire.org>. Acesso em: 15 nov. 2013.

GAMBOA, S. S. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologia**. Chapecó: Argos, 2007.

GOIÁS. **Documento Curricular para Goiás (DC-GO)**. Goiânia/GO: CONSED/ UNDIME Goiás, 2018. Disponível em: <https://cee.gov.br>. Acesso em: 17 jun. 2020.

GOIÁS. **Lei nº 19.679 de 13 de junho de 2017**. Dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Estado de Goiás e dá outras providências. Goiás, 1976. Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/98683/lei-16469. Acesso em: 21 jul. 2022.

GOIÁS. **Lei nº 19.679 de 13 de junho de 2017**. Dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Estado de Goiás e dá outras providências. Goiás, 1976. Disponível em: <https://anup.org.br/legislacao/portaria-no-40-de-22-de-janeiro-de-2021/#:~:text=GABINETE%20DO%20MINISTRO%20PORTARIA%20N%C2%BA%2040%2C%20DE%2022,nos%20Estados%2C%20nos%20Munic%C3%ADpios%20e%20no%20Distrito%20Federal>. Acesso em: 21 jul. 2022.

GOIÁS. **Lei nº 20.115, de 06 de junho de 2018**. Dispõe sobre o processo de escolha democrática de diretor de unidade escolar da Rede Pública de Educação Básica e dá outras providências. Gabinete civil de Goiás. Disponível em: http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/2018/lei_20115.htm. Acesso em: 17 jul. 2020.

GOIÁS. **Lei nº 8.125, de 18 junho de 1976**. Dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Estado de Goiás e dá outras providências. Goiás, 1976. Disponível em: http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/1976/lei_8125.htm. Acesso em: 21 jul. 2022.

GOIÁS. **Portaria nº 0004, de 03 de março de 2020**. Estabelece novas Diretrizes Operacionais da Rede Pública Estadual de ensino para os anos de 2020 a 2022. Goiânia, GO, 03 mar. 2020. Gabinete da Secretaria de Estado de Educação. Disponível em: https://site.educacao.go.gov.br/files/Diretrizes-Operacionais/Diretrizes_Operacionais_Nete_Publica_Estadual_de_Educacao_de_Goias_2020_2022.pdf. Acesso em: 17 jul. 2020.

GOIÁS. **Resolução CEE/CP nº 07/2021, de 08 de outubro de 2021**. Estabelece normas para oferta do Ensino Médio no âmbito do Sistema Educativo do Estado de Goiás com vistas à implementação da Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 e aprova o Documento Curricular para Goiás - Etapa Ensino Médio. Goiânia/GO, 2021. Disponível em: <https://cee.go.gov.br/files/CONFIRA-A-RESOLUCAO-DO-CEEGO-QUE-APROVA-O-DCGO-ETAPA-ENSINO-MEDIO.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2022.

GOIÁS. **Diretrizes Operacionais da Rede Pública Estadual de Ensino de Goiás 2009/2010**. Goiânia, GO, 2009. Gabinete da Secretaria de Estado de Educação. Disponível em: <http://www.educacao.go.gov.br/documentos/diretrizes2009.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2020.

GRECO, L. **Noções básicas de direito no ensino médio: uma realidade em busca da cidadania**. Brasil Escola. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/nocoebasicas-direito-no-ensino-medio-uma-realidade-busca-cidadania.htm>. Acesso em: 22 jul. 2020.

INDICADORES DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO. **Ação Educativa**, Unicef, PNUD, Inep-MEC (coordenadores). – São Paulo: Ação Educativa, 2004. Acesso em

JUNQUEIRA, R. D. Currículo heteronormativo e cotidiano escolar homofóbico. **Revista Espaço do Currículo** (Online), João Pessoa, v. 2, n. 2, p. 208-230, 2010.

LIBÂNEO, J. C. **As Teorias Pedagógicas Modernas Revistadas pelo debate contemporâneo na Educação: Educação na era do conhecimento em rede e transdisciplinaridade**. Campinas: Alinea, 2005.

LIBÂNEO, J.C. **Políticas Educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar**, Cadernos de Pesquisa, Ed. Escola em foco Volume: 46, Número: 159, Publicado: 2016

LOPES, M. A. O Pacto pela Educação: o Programa de Governo como exercício do biopoder. **Revista Mediação**, Pires do Rio - GO, v. 12, n. 1, p. 111-128, jan.- dez. 2017. ISSN 1980-556X (versão impressa) / ISSN 2447-6978 (versão on-line).

LUCKESI, C.C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MARRACH, S. A. Neoliberalismo e Educação. *In*: GHIRALDELLI, J. **Infância, Educação e Neoliberalismo**. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

MEC publica Portaria que que regulamenta a certificação das Escolas Cívico-Militares. Disponível em: <https://escolacivicomilitar.mec.gov.br/>. Acesso em: 21 jul. 2022.

MOREIRA, W. Revisão de Literatura e Desenvolvimento Científico: conceitos e estratégias para confecção. **Janus**, Lorena, ano 1, n° 1, p. 20-30. 2° semestre de 2004.

MUZEL, A. A. **Educar é uma Arte**. 2011. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

NASCIMENTO, M. das G. A formação continuada dos professores: modelos, dimensões e problemática. Ciclo de Conferências da Constituinte Escolar. Caderno Temático, Belo Horizonte, n. 5, jun. 2017.

NOVO, B. N. **Direito constitucional**. Conteúdo Jurídico. Disponível em: <https://www.conteudojuridico.com.br/consulta/artigos/53238/democracia-brasileira-problemas-e-solues>. Acesso em: 22 jul. 2020.

OLIVEIRA, D. A. Das Políticas de Governo à Política de Estado: reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n. 115, p. 323-337, abr.-jun. 2011. Disponível em <https://www.scielo.br/j/es/a/hMQyS6LdCNDK8tHk8gL3Z6B/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jul. 2022.

OLIVEIRA, T. F. M. Escola, cultura do ideal e do amoldamento. São Paulo – SP: Ed. Iglu, 2003.

PARO, V. H. **Artigos sobre administração escolar**. Disponível em: <http://www.vitorparo.com.br/index.php/en/>. Acesso em: 07 set. 2020.

PARO, V. H. **Escritos sobre educação**. São Paulo: Xamã, 2001.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2000.

PAULO NETO, J. **Introdução ao Estudo Método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PORFÍRIO, F. **Immanuel Kant**. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/filosofia/immanuel-kant.htm>. Acesso em: 22 jul. 2020.

RISCAL, J. M.; LUIZ, M. C. **Gestão democrática e a análise de avaliações em larga escala: o desempenho de escolas públicas no Brasil**. São Carlos – SP: Pixel, 2016.

RODRIGUES, N. **Da mistificação da escola à escola necessária**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. Campinas-SP: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, D. Os saberes implicados na formação do educador. *In*: BICUDO, M. A; SILVA JUNIOR, C.A. (Orgs.). **Formação do educador: dever do Estado, tarefa da Universidade**. São Paulo: Unesp, 1996.

SOUZA, S. M. Z. L. Avaliação do rendimento escolar como instrumento de gestão educacional. *In: OLIVEIRA, Dalila Andrade. Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 264-283.

SOUZA, W. E.de. **O catálogo editorial e a bibliografia como fontes de pesquisa: avanços e desafios na era digital**. InCID: R. Ci. Inf. e Doc., Ribeirão Preto, v. 7, n. esp., p. 202-223, ago. 2016.

TROMBETA, F. S.P; TROMBETA, S. Educar é sempre um ato político: desafios contemporâneos. **Ideação, Revista do Centro de Educação, Letras e Saúde**. v. 23, nº2, 2021. e-ISSN: 1982-3010. DOI: <https://doi.org/10.48075/ri.v24i2.25553>. p. 7-30.

TV SENADO. Programa em discussão. **Diretor de escola pública: como escolher?** Disponível em: http://www.senado,leg.br/noticias/tv/programaListaPadrao.asp?txt_titulomenu=Em%20programa=S&cod_progrma=291. Acesso em: 20 nov. 2020.

VEIGA, I. P. A.(org). **Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1995.

VOSGERAU, D. S.R.; ROMANOWSKI, J. P. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista Diálogo Educacional**, 2014. 14(41), 165–189. Disponível em: <https://doi.org/10.7213/dialogo.educ.14.041.DS08>. Acesso em: 08 abr. 2022.

WOLTON. D. **Internet, e depois? Uma teoria crítica das novas mídias**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

WONG, R. **O sucesso está no equilíbrio**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

APÊNDICE - QUESTIONÁRIO

QUESTIONÁRIO

A Tutoria educacional pedagógica da secretária estadual de educação: uma análise na Educação Básica da regional de Anápolis-GO.

Prezados(as) professores(as), meu nome é José Cassimiro Dias Neto e sou aluno do mestrado em Educação na Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Solicito a gentileza de responder esse questionário, o qual subsidiará a pesquisa de Mestrado em Educação, com o tema acima especificado, e que tem como objetivo geral desenvolver uma análise histórica da implementação do programa da Tutoria Educacional Pedagógica no contexto na Regional de Anápolis, sua importância como um componente de desenvolvimento das avaliações externa e interna, seu perfil profissional e a sua contribuição dentro do ambiente escolar. Como objetivos específicos pretende-se: Desenvolver uma análise histórica da implementação do programa da Tutoria Educacional Pedagógica no contexto na Regional de Anápolis, sua importância como um componente de desenvolvimento das avaliações externa e interna, seu perfil profissional e a sua contribuição dentro do ambiente escolar.

Termo de consentimento livre e esclarecido

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), em uma pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, marque sim e prossiga para próxima sessão. Em caso de recusa, você não participará da pesquisa e não será penalizado (a) de modo algum. Título do Projeto: A Tutoria educacional pedagógica da secretária estadual de educação: uma análise na Educação Básica da regional de Anápolis-GO.

Pesquisadores Responsáveis: José Cassimiro Dias Neto e Lúcia Helena Rincón Afonso (Orientadora) Telefones para contato: (62) – 9 9102-8116 e (62) 9 8590-5686. A qualquer momento da pesquisa, poderão retirar todas as suas dúvidas com os pesquisadores por meio dos telefones relacionados.

Suas Respostas

Os riscos aos respondentes são controláveis e se relacionam com a possibilidade de se constrangerem ou se emocionarem ao responder alguma pergunta do questionário. A probabilidade de ocorrência de danos psicológicos aos sujeitos é mínima, no entanto, a pesquisador assumirá a responsabilidade pela assistência integral àqueles (as) que se sentirem prejudicados (as). Os benefícios decorrentes da pesquisa de uma forma geral relacionam-se com a possibilidade de contribuir com a discussão sobre a educação e assim contribuir para subsidiar políticas públicas que visem sua melhoria. Repetimos em caso de recusa, você não participará da pesquisa e não será penalizado (a) de modo algum. Firmamos, ainda, o compromisso com a confidencialidade das informações prestadas pelos respondentes.

Suas Respostas

Após o interesse em participar desta pesquisa seguiu-se as questões:

Quanto à formação continuada, identifique as atividades que você participou nos dois últimos anos *Assinale de acordo com o que tiver mais frequência.